



Produtos, Mercados e Destinos Turísticos

Products, Markets and Tourism Destinations

Parte II | Part II



III Jornadas Científicas Internacionais de **Turismo ISCE 2014:**

Produtos, Mercados e Destinos Turísticos

www.isce-turismo.com

Organização:



Apoios:



Volume 3 | Número 3 | Novembro 2014
Volume 3 | Number 3 | November 2014
Volumen 3 | Número 3 | Noviembre 2014

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS EDUCATIVAS
HIGH INSTITUTE OF EDUCACIONAL SCIENCES**

Presidente/President: Prof. Doutor Luís Picado



Departamento de Turismo

Tourism Department

Diretor/Director: Prof. Doutor Nuno Abranja

Endereço para correspondência do THIJ

Mailing adress of THIJ

Rua Bento de Jesus Caraça, 12, Serra da Amoreira
2620-379 Ramada – Odivelas – Portugal

Contactos/Contacts

Tel.: +351 219 347 135 * Ext. 1017 Fax: + 351 219 332 688

Email: thijournal@isce.pt

URL: <http://www.isce-turismo.com>

THIJ – TOURISM AND HOSPITALITY INTERNATIONAL JOURNAL

ISSN: 2183-0800

v. 3, n° 3 (November, 2014) Special Edition

CONSELHO EDITORIAL | EDITORIAL BOARD

Editor Executivo | Executive Editor

Nuno Alexandre Pereira Abranja - ISCE, Portugal

Editores | Editors

Ana Patrícia Ricardo Marques – ISCE, Portugal

Ana Catarina G. Afonso Alcântara – ISCE, Portugal

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO | EDITORIAL ADVISORY BOARD

Álvaro Matias – APIDT, Portugal

Donária Coelho Duarte – Univ. de Brasília, Brasil

Gilson Zehetmeyer Borda – Univ. de Brasília, Brasil

Jaime Serra - ECS, Univ. de Évora, Portugal

Luiz Moutinho – ASBS, Univ. of Glasgow, UK

Natasha Luzhkova – V. B. Sochava Institute of
Geography SB RAS

Noémi Marujo - Universidade de Évora, Portugal

Pauline Sheldon - STIM, Univ. of Hawai'i, Hawaii

Richard Butler - Strathclyde University, UK

Rosário Borges - Universidade de Évora, Portugal

COMISSÃO CIENTÍFICA | SCIENTIFIC BOARD

Abraham Pizam RCHM, Univ. Central Florida, EUA

Alan A. Lew Department of Geography, Planning
and Recreation, Northern Arizona University

Alcina Sousa Universidade da Madeira, Portugal

Alfonso Vargas Sánchez Univ. de Huelva, Espanha

Ana Maria Ferreira Universidade de Évora, Portugal

António Sérgio Almeida ESTM – IPL, Portugal

Carlos Cardoso Ferreira IGOT – UL, Portugal

Charles Arcodia DTSHM, Griffith Univ., Austrália

Chris Cooper Oxford Brookes University, UK

Christof Pforr SM-CBS, Curtin University, Austrália

Cláudia R. de Almeida ESGHT-UALG, Portugal

Eduardo Yázigi Universidade de São Paulo

Eduardo Moraes Sarmento ULHT, Portugal

Eva Corrêa ISCE, Portugal

Fernando Moreira ESHTe, Portugal

David Airey University of Surrey, UK.

Dimitrios Buhalis ST, Bournemouth University, UK

John Fletcher ST, Bournemouth University, UK

Jordi Tresserras Juan Univ.de Barcelona, Espanha

Jorge Umbelino FCSH - UNL, Portugal

José Álvarez García FCET, Univ.de Vigo, Espanha

José d'Encarnação ULHT, Portugal

José António Figueiredo Univ. Lusíada, Portugal

José Jiménez Quintero Univ.de Málaga, Portugal

Júlio Mendes Universidade do Algarve, Portugal

Luís Picado ISCE, Portugal

Manuel Salgado ESHTS - IPG, Portugal

María de la Cruz del Río Rama U. de Vigo, Espanha

Mário Passos Ascensão HAAGA-HELIA, Finlândia

Miguel d'Abreu Varela INP/ISG, Portugal

Miguel Moital ST, Bournemouth University, UK

Nuno Gustavo ESHTe, Portugal

Paula Farinho ISCE, Portugal

Paulo Jorge Almeida ESTM – IPL, Portugal

Ricardo Martins ISCE, Portugal

Themudo Barata Universidade de Évora, Portugal

Vítor Ambrósio ESHTe, Portugal

Xerardo Pereiro UTAD, Portugal

CONDIÇÕES GERAIS | GENERAL CONDITIONS

Entidade Editora

A revista científica *Tourism and Hospitality International Journal* é um projeto editorial conjunto do Departamento de Turismo do Instituto Superior de Ciências Educativas - ISCE, enquadrado no Centro de Investigação da Instituição (ISCE-CI), em parceria com a Associação Portuguesa de Investigação e Desenvolvimento em Turismo – APIDT, em formato online, dedicada à publicação de artigos científicos originais nas áreas do Turismo, Hotelaria e Restauração.

Missão

A publicação tem como missão a partilha de conhecimento e competências obtidas a partir de uma investigação científica e aplicada em Turismo, Hotelaria e Restauração, aproximando gradualmente a comunidade de investigadores das três áreas.

Periodicidade

A revista terá uma periodicidade semestral, em setembro e março, e a sua publicação será consumada em formato digital de forma a atingir uma distribuição mundial e gratuita.

Idiomas

O seu âmbito internacional e multicultural permitirá a publicação de textos em português, inglês e castelhano, aceitando trabalhos de autores de qualquer país que visem o contributo para uma discussão pertinente e útil ao desenvolvimento do Turismo.

Avaliação

Esta publicação pretende reger-se por critérios internacionais de excelência, assegurando a qualidade dos artigos científicos através de um processo de revisão anónima (*blind referee*) por um comité científico composto por avaliadores externos à entidade editora, de prestigiadas instituições de ensino superior e personalidades representantes nacionais e estrangeiras.

Numa fase inicial o Conselho Editorial reserva-se ao direito de rejeitar *papers* que considere de qualidade insuficiente, ou não relevantes o suficiente para as áreas temáticas da revista. Os trabalhos avaliados pelo Conselho Editorial com qualidade suficiente e relevantes para as áreas temáticas da publicação são encaminhados aos avaliadores científicos para a revisão anónima.

Publisher

The scientific journal *Tourism and Hospitality International Journal* is an editorial project of the Department of Tourism of the Instituto Superior de Ciências Educativas – ISCE, framed at the Research Centre of the Institution (ISCE-CI) in an online format, dedicated to publishing original scientific papers in the Tourism, Hospitality and Catering areas.

Mission

The publication's mission is to share knowledge and skills gained from a scientific and applied research in Tourism, Hospitality and Catering, gradually putting together the research community of the three areas.

Periodicity

The journal will have a semi-annual periodicity, both in October and April, in a digital format in order to reach a free worldwide distribution.

Languages

Its international and multicultural scope will allow the publication of texts in Portuguese, English and Spanish. Papers will be accepted from authors in any country aiming to contribute to a relevant and helpful discussion to the development of tourism.

Evaluation

This publication intends to follow international standards of excellence, ensuring the quality of scientific papers through an anonymous review process (*blind referee*) by a scientific committee composed of external evaluators of prestigious higher education institutions and personalities, both national and international.

Initially, the Editorial Board reserves the right to reject papers that do not have quality enough or that are not relevant enough to the areas of the journal. The studies evaluated by the Editorial Board with quality and relevance to the areas of the publication will be sent to reviewers for *blind referee*.

NORMAS DE SUBMISSÃO | SUBMISSION PROCEDURES

Normas de Publicação

Os trabalhos submetidos devem ser originais e isentos de plágio, neutros e independentes, baseados sempre em factos científicos. O autor deve assegurar-se que esses trabalhos não foram anteriormente publicados ou encontrem-se atualmente sob análise e possibilidade de publicação num outro espaço físico ou eletrónico. Não obstante, o autor pode submeter trabalhos apresentados em eventos científicos que não tenham sido publicados.

Os artigos publicados são da responsabilidade dos seus autores.

Os trabalhos podem ser apresentados por professores, investigadores, profissionais e estudantes das áreas do Turismo, Hotelaria, Restauração e afins. Os estudantes de licenciatura e mestrado que submetam trabalhos para apreciação devem ter um professor como coautor. Os artigos podem incidir sobre investigações empíricas, revisões de literatura em áreas específicas ou reflexões teóricas.

O Conselho Editorial reserva-se ao direito de rejeitar trabalhos que considere de qualidade insuficiente, ou não relevantes o suficiente para as áreas temáticas da revista ou que não cumpram as normas abaixo apresentadas.

Ao submeter trabalhos para publicação no *Tourism and Hospitality International Journal*, o autor confirma a aceitação de transferência de direitos autorais para a revista, bem como os direitos para a sua difusão, incluindo bases de dados científicas nacionais e internacionais e repositórios, sempre sob a missão de partilha de conhecimento e competências obtidas a partir de uma investigação científica e aplicada em Turismo, Hotelaria e Restauração, aproximando gradualmente a comunidade de investigadores das três áreas. Ao enviar trabalhos o autor autoriza ainda a Comissão Editorial a fazer alterações de formatação aos mesmos. A rejeição de um artigo submetido para publicação pelos Conselhos Editorial ou Científico implica a devolução automática dos direitos autorais.

O autor deve enviar junto ao trabalho científico o documento "Formulário de Direitos Autorais", disponível no *site* da revista.

Em seguida expomos as normas específicas para entrega de trabalhos, de forma a facilitar o sistema de submissões e a otimizar o processo para autores, corpo editorial e revisores. O *Tourism and Hospitality International Journal* está disponível para receber trabalhos de toda a comunidade académica e profissional. Os trabalhos científicos submetidos devem respeitar as normas de publicação a seguir expostas e o autor deve, antes de enviar o manuscrito, certificar-se que cumpre as normas de publicação da revista e as normas de publicação da APA (American Psychological Association, 2010, Publication Manual of the American Psychological Association, 6ª ed., Washington, DC: APA).

A opção de escrita pelo acordo ortográfico é da responsabilidade dos autores.

Publication Procedures

All papers submitted must be original, neutral, independent and plagiarism free, based on scientific facts. Authors must ensure that the papers have not been published previously or currently under evaluation for paper or electronic publication. Nevertheless, authors may submit papers presented in other events since they have not been published yet.

Authors are responsible for their published papers.

Works can be presented by professors, researchers, professionals and students of Tourism, Hospitality and Catering, among others. Bachelor and master students must have a teacher as co-author, in order to submit a paper. Papers may focus on empirical research, literature reviews in specific areas or theoretical reflections.

The Editorial Board reserves the right to reject papers that do not have quality enough, that are not relevant enough to the areas of the journal or that do not fulfil the following procedures.

By submitting work for publication in the *Tourism and Hospitality International Journal*, the author accepts transferring copyright to the journal. These rights are extensive to their dissemination, including scientific databases and national and international repositories, always willing to share knowledge and skills gained from a scientific and applied research in Tourism, Hospitality and Catering. Thus, the aim is to gradually approach the research community of the three areas. By submitting work, the author also authorizes the Editorial Board to make formatting changes to it. The rejection of an article submitted for publication by the Editorial Board or Scientific implies the automatic return of copyright.

Authors should submit the document "Copyright Form" available on the journal's website along with the scientific work.

Papers must fill in the scientific procedures, in order to facilitate the submission system and optimize the process for authors, reviewers and editorial staff. The *Tourism and Hospitality International Journal* is available to receive papers from the academic and professional community. The scientific papers submitted must meet the standards of publication set out below and the author must, before submitting the paper, make sure it meets the standards of journal publication and publication guidelines of the APA (American Psychological Association, 2010 Publication Manual of the American Psychological Association, 6th ed. Washington, DC: APA).

Normas de Formatação

Todos os artigos deverão ser enviados para o e-mail thijournal@isce.pt.

Para publicar na edição de setembro deve submeter o seu trabalho até 30 de junho. Para a publicação de março deverá enviar o seu artigo até 30 de dezembro.

Os artigos submetidos não devem estar identificados no próprio documento. O nome, afiliação e contactos dos autores deverão ser enviados no corpo do e-mail e no "Formulário de Direitos Autorais".

O documento deve ser enviado em formato *word* e não deve exceder as 25 páginas no total.

A dimensão da folha deve ser A4 (21cm x 29,7cm), com margens superior, inferior e laterais de 3 cm.

O tipo de letra deve ser *Times New Roman* a tamanho de 12 pontos. O espaçamento entre linhas deve ser a dois espaços.

Os parágrafos devem ser indentados (iniciados para dentro) cinco a sete espaços (0,5cm), exceto nos títulos, no texto do resumo e nas citações em bloco (excertos com mais de 40 palavras). O texto deve estar alinhado apenas no lado esquerdo da página (*left justification*) e a margem direita incerta (não justificada).

A estrutura do artigo a enviar deve incluir a seguinte estrutura:

1. Página de título
2. Página do resumo e *abstract*
3. Páginas de texto
4. Referências
5. Página de Notas (opcional)
6. Página de Quadros (opcional)
7. Página de Figuras (opcional)
8. Anexos (opcional)

Os artigos deverão ser acompanhados de um resumo em português e inglês, não devendo cada um exceder as 250 palavras. Devem também ser apresentados, em português e inglês, pelo menos 4 palavras-chave e o título do artigo. O resumo começa na primeira linha com a palavra Resumo, centrada. Os parágrafos do resumo não devem ser indentados e devem estar alinhados à esquerda e à direita. O resumo é uma sinopse específica e acessível das principais ideias do artigo.

Os títulos e subtítulos devem respeitar a seguinte formatação por níveis:

- Nível 1: Centrado, em Negrito, com Letras Maiúsculas e Minúsculas
- Nível 2: Alinhado à Esquerda, em Negrito, com Letras Maiúsculas e Minúsculas
- Nível 3: Indentado à esquerda, em negrito, com letras minúsculas e termina num ponto.
- Nível 4: Indentado à esquerda, em negrito e em itálico, com letras minúsculas e termina num ponto.
- Nível 5: Indentado à esquerda, em itálico, com letras minúsculas e termina num ponto.

Os vocábulos estrangeiros deverão ser apresentados em itálico e não entre aspas, salvo quando se tratar de citações de textos.

Formatting Procedures

All papers must be sent to thijournal@isce.pt.

Authors must send their works until the 30th June in order to be published in the September edition and until the 30th December to be published in the March edition.

Papers submitted must be free of personal information. Name, institution and author contacts must be sent in the email text and in the "Copyright Form" as well.

Documents must be sent in word format and must not exceed 25 pages, at the most.

Each page must be in A4 format (21cm x 29,7cm), with 3 cm superior, inferior and side margins.

Texts must be written in Times New Roman 12 with 2.0 line spacing.

Paragraphs must be indented at 5 to 7 spaces (0,5cm), except titles, abstract text and block quotations (more than 40 words). Text must be left justified (left justification) with no right margin.

Papers must follow the structure below:

Papers must follow the structure below:

1. Title page
2. Abstract page
3. Text pages
4. References
5. Notes page (optional)
6. Tables page (optional)
7. Pictures Page (optional)
8. Attachments (optional)

Papers must have an abstract both in Portuguese and English, with no longer than 250 words. The title of the paper and the keywords (at least 4) must be written in Portuguese and English. The abstract begins in the first line with the word Abstract, centered. Paragraphs of the abstract should not be indented and must be both left and right justified. The abstract is a short and simple text of the main ideas of the paper.

Titles and subtitles must follow the formatting level below:

- Level 1: Centered, Bold, Uppercase and Lowercase
- Level 2: Left Justified, Bold, Uppercase and Lowercase
- Level 3: Left Indented, Bold, Lowercase and ends with a final point.
- Level 4: Left Indented, Bold, Italic, Lowercase and ends with a final point.
- Level 5: Left Indented, Italic, Lowercase and ends with a final point.

Foreign words must be presented in italic but in text quotations must be considered quotation marks.

As aspas devem ser usadas para excertos de texto com menos de 40 palavras, títulos de artigos ou de capítulos a que se refere no texto, para reproduzir material de um item de teste ou instruções aos participantes, ou quando introduzir um termo de calão ou um novo conceito proposto.

As citações de autores e obras no decorrer do texto deverão obedecer ao seguinte padrão:

- (Cunha, 2013);
- (Cavaco & Simões, 2009);
- Cavaco e Simões (2009);
- Abranja et al. (2012);
- Dolabela (1999a, 1999b)

Em citações diretas (em que se transcreve o texto) deve indicar o autor, o ano e a página junto à transcrição e em citações indiretas (em que se parafraseia) o autor e o ano da publicação. Recomenda-se não mais de 3 citações diretas por cada 10 páginas. Prefira para as suas citações revistas científicas a revistas de divulgação. No caso de citações diretas com mais de 40 palavras (citações em bloco), não se aplicam as aspas e muda-se de linha para iniciar a citação; o texto deve estar afastado da margem esquerda meia polegada, 5 espaços ou 1,3cm e o início não é indentado.

Na secção das Referências deve incluir todas as citações do artigo e apenas essas citações; não deve colocar obras que não tenha referido no texto. As publicações devem ser referenciadas conforme as normas da APA e ter em atenção as seguintes indicações:

- As referências começam numa nova página e devem estar listadas por ordem alfabética;
- Quando há várias referências do mesmo autor, indicar por ordem de antiguidade (primeiro as mais antigas), começando pelas publicações em que o autor aparece sozinho e só depois as que aparece com outros autores;
- Se não há autor, é colocado por ordem alfabética a primeira palavra com sentido da referência (normalmente o título);
- Se tiver duas referências dos mesmos autores e do mesmo ano, diferenciá-las colocando uma letra a seguir ao ano;
- Todas as referências devem estar alinhadas à esquerda na 1.ª linha e ser indentadas nas linhas subsequentes, e colocadas a dois espaços;
- Os títulos de artigos ou de livros são escritos em letras minúsculas, com exceção da primeira letra do título e do subtítulo, e nos nomes próprios (nomes de pessoas, países, religiões, etc.).

Recomendamos ainda a consulta dos seguintes exemplos de referências:

- Abranja, N., Alcântara, A., Braga, C., Marques, A. & Nunes, R. (2012). *Gestão de agências de viagens e turismo*. Lisboa: Lidel.
- Carneiro, M., Eusébio, M., Kastenholz, E. & Alvelos, H. (2010). Turismo de saúde para o mercado sénior: Quais os benefícios da participação em programas de turismo social? In N. Abranja, A. Marques, F. Coelho e I. Carneiro (eds.), *Turismo Acessível. Estudos e Experiências* (pp. 153-170). Mangualde: Edições Pedagogo.
- Martín-Fuentes, E. & Ramon, N. D. (2014). Promotion of tourism through social networks. *Tourism and Hospitality International Journal*, 2(1), 34-55.

Quotation marks should be used to text of less than 40 words, titles of articles or chapters referred to in the text, to reproduce material from a test item or instructions to the participants, or to mention a slang term or newly proposed concept.

Quotations must follow the procedures below:

- (Marques, 2013);
- (Cavaco & Simões, 2009);
- Cavaco e Simões (2009);
- Abranja et al. (2012);
- Dolabela (1999a, 1999b)

Direct quotations (in transcribed text) must indicate the author, year and page with the transcript and indirect quotations (in which paraphrases) must indicate the author and year of publication. It is recommended to avoid no more than 3 direct quotations per 10 pages. Authors should give preference to journals instead of magazines. In the case of direct quotations over 40 words (block quotations), do not apply the quotes and give a blank space to start the citation; the text should be half inch away from the left edge; 5 spaces or 1.3 cm; the beginning should not be indented.

References section must include all the references of the article and only those references; should not include works that are not mentioned in the text. Publications should be referenced according to APA standards and consider the following:

- References begin on a new page and should be listed in alphabetical order;
- When there are multiple references by the same author, indicate in order of age (oldest first), starting with the publications in which the author appears alone and only after that those with the other authors;
- If there's no author it is placed alphabetically by the first word in the reference (usually the title);
- If you have two references of the same author and the same year, distinguish them by placing a letter after the year;
- All references must be left justified in the first line and be indented on subsequent lines with 2.0 spaces;
- The titles of articles or books are written in lowercase, except for the first letter of the title and subtitle, and proper nouns (names of people, countries, religions, etc).

We strongly recommend consulting the following references examples:

- Abranja, N., Alcântara, A., Braga, C., Marques, A. & Nunes, R. (2012). *Gestão de agências de viagens e turismo*. Lisboa: Lidel.
- Carneiro, M., Eusébio, M., Kastenholz, E. & Alvelos, H. (2010). Turismo de saúde para o mercado sénior: Quais os benefícios da participação em programas de turismo social? In N. Abranja, A. Marques, F. Coelho e I. Carneiro (eds.), *Turismo Acessível. Estudos e Experiências* (pp. 153-170). Mangualde: Edições Pedagogo.
- Martín-Fuentes, E. & Ramon, N. D. (2014). Promotion of tourism through social networks. *Tourism and Hospitality International Journal*, 2(1), 34-55.

Para todos os casos de Referências os autores deverão cumprir com as normas de publicação da APA, descritas no *Publication Manual da American Psychological Association* (6th ed., 2009).

Os quadros, figuras ou gráficos deverão respeitar estritamente, no seu conteúdo e forma, as regras de formatação da APA, devendo ser apresentados em páginas separadas (um quadro/figura/gráfico por página) no final do artigo, depois das Referências e antes dos Anexos. Os quadros deverão ser apresentados no tipo de letra *Times New Roman*, a tamanho de 10 pontos. Os gráficos deverão expor sempre os valores a que se referem no espaço próprio do gráfico, ou sob a forma de tabela anexa, devendo permitir a sua edição (construído em *word* ou *excel*: formato *microsoft graph*).

As notas devem ser apresentadas em formato "Nota de Fim".

Os anexos (se os houver) deverão ser colocados depois de todo o artigo. Deve iniciar cada anexo numa página diferente e numerá-los através de letras (Anexo A, Anexo B...).

All cases of references must comply with the standards of the APA publication, described in the *Publication Manual of the American Psychological Association* (6th ed., 2009).

Tables, figures and graphs should strictly abide, in its content and form, the formatting rules of the APA and should be submitted on separate pages (one table / chart / graph per page) at the end of the article, after the references and before the attachments. Tables should be presented in the font *Times New Roman*, the size of 10 points. Graphs should always expose the values referred to within the graph itself or in the form of the attached table should allow its editing (built in *word* or *excel*: *Microsoft graph* format).

Notes must be submitted in the format "Endnote".

Attachments (if any) should be placed after the whole article. Each attach must start in a different page and letter (Annex A, Annex B...).

ÍNDICE | INDEX

Índice.....	164	
Editorial.....	165	
Jornadas Científicas Internacionais de Turismo_ISCE 2014.....	166	
ISCE International Scientific Tourism Conference 2014.....		
O setor turístico em Ouro Preto (Brasil): O perfil e o envolvimento dos ocupados em face da participação de cursos de qualificação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC Turismo.....	176	
Márcia Elena Honório & Kerley Santos Alves		
Turismo em <i>b-learning</i>	193	
Adriano Afonso		
Una aproximación del impacto del turismo de golf en el sur de la Península Ibérica: El caso del Algarve y Andalucía Occidental	213	
Andrea Soares Miranda, José Luis Sánchez-Ollero & Alejandro F. García-Pozo		
Viagens técnicas como instrumento de aprendizagem dos alunos do curso técnico em Guia de Turismo do IFRS – Câmpus Osório.....	227	
Ana Lúcia Olegário Saraiva & Maria Augusta Martiarena de Oliveira		
Planejamento turístico no Cariri Cearense: Integração e desenvolvimento responsável.....	242	
Cassiana Gabrielli		
Carrying capacity and spatial plan as a condition for sustainability: The National Park Tara.....	259	
Brankica Todorovic		

EDITORIAL

O presente volume da nossa revista é composto por três números especiais que publicam na íntegra os artigos científicos selecionados por um comité científico internacional de referência e apresentados nas **Jornadas Científicas Internacionais de Turismo_ISCE 2014** [www.isce-turismo.com], subordinadas ao tema "Produtos, Mercados e Destinos Turísticos", que tiveram lugar no Centro de Exposições de Odivelas, nos dias 5 e 6 de Novembro de 2014.

Este evento foi realizado em parceria com a V.B. Sochava Institute of Geography – The Siberian Branch of the Russian Academy of Sciences, o Centro de Excelência em Turismo da Faculdade UnB Planaltina da Universidade de Brasília e a Câmara Municipal de Odivelas, e contou com os parceiros institucionais Turismo de Portugal, I.P., da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa [ERT-RL], da Associação Portuguesa de Agências de Viagens e Turismo [APAVT], do Sindicato Nacional de Actividade Turística, Tradutores e Intérpretes [SNATTI] e ARTE H, com os parceiros media Ambitur e ON-Odivelas Notícias, e ainda com o apoio do Banif, Travelport, Oficina do Turismo, MOR Douro Valley, Tons&Sabores, O Pesca Café e OMelhorDoTurismo.org.

Foram assim rececionados no *call for papers* deste congresso mais de meia centena de artigos científicos provenientes de três continentes, desenvolvidos por mais de uma centena de investigadores, em que os melhores tiveram oportunidade de apresentar os seus trabalhos em Odivelas durante os

dois dias de congresso, perante a presença de mais de 300 pessoas na assistência, entre investigadores, professores, estudantes e profissionais.

Estas III Jornadas debruçaram-se sobre um tema de elevada pertinência e atualidade. Considerado como um setor em franco crescimento que muito contribui para o processo de globalização, o Turismo tem vindo a reforçar a sua posição, muito em parte graças às parcerias que estabelece com outras áreas do conhecimento. Sustentada em Produtos, Mercados e Destinos Turísticos, a atividade turística tem vindo a potenciar o empreendedorismo, a criatividade e a inovação de projetos exemplares que merecem ser discutidos e alavancados para uma dimensão sustentável e duradoura. Estas III Jornadas pretenderam dar a conhecer a pertinência, relevância e qualidade da conjugação do que se faz de melhor em termos de Produtos, Mercados e Destinos Turísticos não só de Odivelas mas de todo o país.

Os cinco melhores trabalhos científicos deste congresso selecionados pelas comissões científica e organizadora e pela editora foram publicados no livro "Produtos, Mercados e Destinos Turísticos", numa edição conjunta do ISCE e Edições Pedagogo.

Nuno Alexandre Abranja

Editor Executivo

Instituto Superior de Ciências Educativas



**III Jornadas Científicas
Internacionais de
Turismo_ISCE 2014:**

Produtos, Mercados
e Destinos Turísticos



**III ISCE International
Scientific Tourism
Conference 2014:**

Products, Markets
and Tourism Destinations

Programa



Departamento
Turismo@ISCE

Comissão Organizadora *Organizing Committee*

Nuno Alexandre Abranja, Instituto Superior de Ciências Educativas
Ana Ricardo Marques, Instituto Superior de Ciências Educativas
Ana Afonso Alcântara, Instituto Superior de Ciências Educativas
Fátima Paixão, Câmara Municipal de Odivelas
Filipa Coelho, Instituto Superior de Ciências Educativas
Ricardo Viseu Ferreira, Instituto Superior de Ciências Educativas
Teresa Peral Ribeiro, Instituto Superior de Ciências Educativas

167

Comissão Científica *Scientific Committee*

Abraham Pizam, Rosen College of Hospitality Management, University of Central Florida
Alan A. Lew, Department of Geography, Planning and Recreation, Northern Arizona University
Alcina Sousa, Universidade da Madeira
Alfonso Vargas Sánchez, Universidad de Huelva
Álvaro Matias, Instituto Superior de Ciências Educativas / APIDT
Ana Maria Ferreira, Universidade de Évora
Ana Runa, Instituto Superior de Ciências Educativas
Bruno Marques, Instituto Superior de Ciências Educativas
Carlos Fernandes, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Carlos Cardoso Ferreira, IGOT, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
Cláudia Ribeiro de Almeida, Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, Universidade do Algarve
Chris Cooper, Oxford School of Hospitality Management, Faculty of Business, Oxford Brookes University
Cristiana Oliveira, Universidade Europeia
Dimitrios Buhalis, Int. Centre for Tourism and Hospitality Research, School of Tourism, Bournemouth University
Donária Coelho Duarte, Faculdade Planaltina, Universidade de Brasília
Douglas Pearce, School of Management, Victoria University of Wellington
Eduardo Moraes Sarmiento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Eva Corrêa, Instituto Superior de Ciências Educativas
Geoffrey Wall, University of Waterloo
Gilson Zehetmeyer Borda, Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília
John Fletcher, School of Tourism, Bournemouth University
Jordi Tresserras Juan, Facultat de Geografia i Historia, Universitat de Barcelona
Jorge Umbelino, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
José Álvarez García, Facultad de Estudios Empresariales y Turismo, Universidad de Extremadura
José António Figueiredo, Universidade Lusíada
José Antonio Jiménez Quintero, Universidad de Málaga
José d'Encarnação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
José Manuel Simões, IGOT, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Júlio Mendes, Universidade do Algarve
Luís Picado, Instituto Superior de Ciências Educativas
Luiz Moutinho, Adam Smith Business School, University of Glasgow
Manuel Salgado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Seia
Manuela Sarmiento, Universidade Lusíada
María de la Cruz del Río, Facultad de Ciencias Empresariales y Turismo, Universidad de Vigo
Maria João Carneiro, Universidade de Aveiro
Maria João Delgado, Instituto Superior de Ciências Educativas

Mário Passos Ascensão, HAAGA-HELIA University of Applied Sciences
Miguel d'Abreu Varela, Instituto Superior de Novas Profissões / Instituto Superior de Gestão
Miguel Moital, Bournemouth University
Natalia Luzhkova, V. B. Sochava Institute of Geography SB. Russian Academy of Sciences
Noémi Marujo, Universidade de Évora
Nuno Almeida, Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, Instituto Politécnico de Leiria
Nuno Gustavo, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
Paula Farinho, Instituto Superior de Ciências Educativas
Pauline Sheldon, School of Travel Industry Management, University of Hawai'i
Paulo Almeida, Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, Instituto Politécnico de Leiria
Paulo Malico de Sousa, Instituto Superior de Ciências Educativas
Ralf Buckley, Griffith University
Ricardo Martins, Instituto Superior de Ciências Educativas
Richard Butler, Strathclyde University, Glasgow
Sancho Silva, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
Sérgio de Almeida, Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, Instituto Politécnico de Leiria
Themudo Barata, Universidade de Évora
Vitor Ambrósio, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
Xerardo Pereira, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Valter Pinheiro, Instituto Superior de Ciências Educativas

Informações *Informations*

Instituto Superior de Ciências Educativas

Departamento de Turismo

Rua Bento Jesus Caraça, 12
Serra da Amoreira
2620-379 Ramada - Odivelas
Tel.: 219 347 135 * Ext. 1017 Fax: 219 332 688
Página Web: <http://www.isce-turismo.com/>

Secretariado Secretary: Ana Marques – 924 322 059 * jornadaturismo@isce.pt

WebSite oficial *Ofitial* website

www.isce-turismo.com

Facebook:

<http://www.facebook.com/profile.php?id=100003239805468&sk=info>

Parceiros Académicos *Academic Partners*



Parceiros Gold Gold Partners



169

Parceiros Institucionais Institutional Partners



Parceiros Media Media Partners



Patrocinadores Sponsors



4ª. feira, 5 de novembro Wednesday, November 5th	
08h30	Receção e registo de participantes <i>Participants reception and registration</i>
09h30	<p style="text-align: center;">Sessão de Abertura <i>Opening Session</i></p> <p>Nuno Abranja Diretor do Departamento de Turismo do ISCE Luís Picado Presidente do ISCE Ricardo Martins Representante da Entidade Instituidora do ISCE João Cotrim de Figueiredo Presidente do Turismo de Portugal, I.P.* Susana Amador Presidente da Câmara Municipal de Odivelas*</p>
10h15	<p style="text-align: center;">Sessão Plenária <i>Main Session</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Coordenador Coordinator:</i> António Abrantes [ISCE]</p> <p>Jorge Humberto Silva Diretor Núcleo de Estruturação do Produto e Qualificação da Oferta da ERT-RL - Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa António Loureiro Diretor da Travelport Ricardo Martins Presidente do SNATTI – Sindicato Nacional de Atividade Turística, Tradutores e Intérpretes</p>
11h15	Pausa para café <i>Coffee break</i>
11h30	<p style="text-align: center;">Painel A – História, Cultura e Sociedade em Turismo</p> <p style="text-align: center;"><i>Session A - History, Culture and Society in Tourism</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Coordenador Coordinator:</i> Ana Afonso Alcântara [ISCE]</p> <p>Guias e monografias turísticas entre os anos de 1930 e 1950 José Pedro de Aboim Borges & Maria Mota Almeida [Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa / Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Estoril]</p> <p>Traços de viagem: A institucionalização do turismo na primeira metade do século XX Maria João Castro [Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa]</p> <p>A Sociedade Propaganda de Portugal e o Estado: Competências públicas e privadas na construção do turismo português (1906-1911) Pedro Cerdeira [Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa]</p> <p>Turismo e Museus Locais: desafios e inovações contemporâneas Maria Mota Almeida & José Pedro de Aboim Borges [Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa / Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Estoril]</p>
13h00	Almoço <i>Lunch time</i>

<p>14h30</p>	<p align="center">Painel B – Mercados e Produtos Turísticos <i>Session B - Markets and Products of Tourism</i></p> <p align="center"><i>Coordenador Coordinator:</i> Filipa Coelho [ISCE]</p> <p>A importância da análise fatorial de correspondências no apuramento cuidado do perfil de determinado mercado turístico Teresa Fecha [ESTM-IPL] & Paulo Almeida, professor [ESTM-IPL]</p> <p>O turismo acessível nos hotéis de cinco estrelas: O caso da linha de Cascais Catarina Brás [ULHT], Eduardo Moraes Sarmento [ULHT/CEsA-ISEG (Universidade de Lisboa)/ISCE] & Carla Oliveira [Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa]</p> <p>O acesso dos deficientes visuais à cultura: Um estudo nos museus da cidade de Pirenópolis – Goiás Rogério Lacerda de Carvalho, Donária Coelho Duarte & Gilson Zehetmeyer Borda [CET/Universidade de Brasília]</p> <p>Marketing territorial: Proposta de criação da marca Beja Cláudia Louro, [ULHT], Eduardo Moraes Sarmento [ULHT/CEsA-ISEG (Universidade de Lisboa)/ISCE] & Carla Oliveira [Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa]</p> <p>Hostels e centros históricos das cidades: Envelhecimento ou rejuvenescimento? Jorge Manuel Abrantes</p>
<p>16h30</p>	<p align="center">Painel C - Planeamento e Sustentabilidade em Turismo <i>Session C - Planning and Sustainability in Tourism</i></p> <p align="center"><i>Coordenador Coordinator:</i> Helena Raposo [ISCE]</p> <p>Planeamento turístico no Cariri Cearense: Integração e desenvolvimento responsável Cassiana Gabrielli [FATE - Fortaleza/CE]</p> <p>Carrying capacity and spatial plan as a condition for sustainability the National Park Tara Brankica Todorovic [School of Economics, Uzice, Serbia]</p> <p>Birdwatching tourism planning in Ria Formosa natural park through the evaluation of land units in GIS Istomina, E., Khilekel, V. & Luzhkova, N. [V.B. Sochava Institute of Geography SB RAS, Russia, Irkutsk]</p> <p>Modern strategies of integrated development of recreational resources of the Baikal region Oksana V. Evstropyeva [V.B. Sochava Institute of Geography SB RAS, Russia, Irkutsk]</p> <p>Una aproximación del impacto del turismo de golf en el sur de la Península Ibérica: El caso del Algarve y Andalucía Occidental Andrea Soares Miranda, Jose Luis Ollero & Alejandro Garcia Pozo [Universidad de Málaga]</p>
<p>18h00</p>	<p>Vinho de honra & Momento cultural <i>Wine of honor & Cultural moment</i></p>
<p>19h30</p>	<p>Jantar do Congresso (atividade opcional, por inscrição) <i>Conference dinner (optional activity, by registration)</i></p>

* A aguardar confirmação *Awaiting confirmation*

5. ^a feira, 6 de novembro Thursday, November 6 th	
09h00	Receção e registo de participantes <i>Participants reception and registration</i>
09h30	<p style="text-align: center;">Painel D - Eventos, Animação e Marketing Turístico <i>Session D - Events, Entertainment and Tourism Marketing</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Coordenador Coordinator:</i> Teresa Ribeiro [ISCE]</p> <p>O surf como expressão de identidade e de estilo de vida Patrícia Reis [Universidade de Aveiro]</p> <p>Turismo e eventos culturais: A festa do fim-de-ano na ilha da Madeira e as experiências dos turistas Noémi Marujo [Universidade de Évora/ISCE/IGOT-CEG]</p> <p>Impactos da copa do mundo FIFA 2014 no turismo das cidades-sede: Uma percepção dos residentes da cidade do Rio de Janeiro no período pré-evento Thayrine da Silva Pacheco [UFF], Paola Bastos Lohmann [Fundação Getulio Vargas], Deborah Moraes Zouain [COPPE/UFRJ], Kaarina Barbosa Virkki [Fundação Getulio Vargas] & Marcel Dantas de Quintela [ENCE]</p> <p>Festivais de música: Uma análise da motivação sob a ótica do turismo Rayane Ruas [IESB] & Donária Coelho Duarte [CET/Universidade de Brasília]</p> <p>Marketing turístico: Condicionantes da satisfação e confiança do turista em Manaus Ana Cláudia Lopes [ISG], Álvaro Lopes Dias [ISG] & Mafalda Patuleia [INP]</p>
11h00	Pausa para café <i>Coffee break</i>
11h30	<p style="text-align: center;">Painel E - Formação e Empregabilidade em Turismo <i>Session E - Training and Employability in Tourism</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Coordenador Coordinator:</i> Ana Afonso Alcântara [ISCE]</p> <p>Cursos técnicos superiores profissionais do ISCE: Gestão Hoteleira e Alojamento e Turismo Desportivo e de Aventura – Uma aposta formativa com empregabilidade Nuno Alexandre Abranja & Ana Patrícia Marques [Instituto Superior de Ciências Educativas]</p> <p>O setor turístico em Ouro Preto (Brasil): o perfil e o envolvimento dos ocupados em face da participação de cursos de qualificação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC Turismo Márcia Elena Honório & Kerley Santos Alves [Univ. Federal de Ouro Preto, Minas Gerais]</p> <p>Turismo em <i>b-learning</i> Adriano Afonso</p> <p>Viagens técnicas como instrumento de aprendizagem dos alunos do curso técnico em guia de turismo do IFRS – Câmpus Osório Ana Lúcia Saraiva & M^a Augusta de Oliveira [IFRS – Câmpus Osório]</p> <p>Educação a distância e a formação em turismo: Cenários de utilização em instituições de ensino superior europeias Sandra Vieira Vasconcelos [ESTG-IPVC], Ana Balula [CIDTFF-ESTGA] & Pedro Almeida [CETAC Media-Universidade de Aveiro]</p>
13h00	Almoço <i>Lunch time</i>

14h30	<p>Sessão Plenária <i>Main Session</i></p> <p>Coordenador <i>Coordinator</i>: Alexandre Pessoa [ISCE]</p> <p>Francisco Moser Diretor Geral de Operações Altis Hotels</p> <p>Sofia Almeida Diretora de Marketing ARTEH® Hotels & Resorts</p> <p>Pedro Carvalho Diretor do Departamento de Investigação, Planeamento e Estudos da AHRESP</p>
15h45	<p>Vinho <i>moment Wine moment</i></p>
16h00	<p>Painel F - Hotelaria, Restauração e Gastronomia</p> <p><i>Session F - Hotels, Restaurants and Gastronomy</i></p> <p>Coordenador <i>Coordinator</i>: Inês Ribeiros [ISCE]</p> <p>Innovation in the restaurants industry: A review of the evidence Pedro Simão & Adriana Silva [DEGEI, Universidade de Aveiro]</p> <p>Globalización, vinos y turismo Cynthia Regina Pinto [Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Brasil) / Universidad Nacional del Sur (Argentina)]</p> <p>A experiência do projeto de extensão Caminhos de Osório: Tours pela cidade como valorização da memória local Ana Lúcia Saraiva & M^a Augusta de Oliveira [IFRS Câmpus Osório]</p> <p>O sector da restauração: Estratégias de sucesso de internacionalização Pedro Simão [DEGEI, Universidade de Aveiro]</p>
17h15	<p>Entrega de prémios Melhores Artigos <i>Best papers Awards</i></p>
17h30	<p>Sessão de Encerramento <i>Closing Session</i></p> <p>Nuno Abranja Diretor do Departamento de Turismo do ISCE</p> <p>Luís Picado Presidente do ISCE</p> <p>Edgar Valles Vereador do Turismo da Câmara Municipal de Odivelas*</p>

* A aguardar confirmação *Awaiting confirmation*

O setor turístico em Ouro Preto (Brasil): O perfil e o envolvimento dos ocupados em face da participação de cursos de qualificação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC Turismo

176

Márcia Elena Honório¹

Kerley Santos Alves²

Professora da Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais (UFOP)

Honório, M. E. & Alves, K. S. (2014). O setor turístico em Ouro Preto (Brasil): O perfil e o envolvimento dos ocupados em face da participação de cursos de qualificação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC Turismo. *Tourism and Hospitality International Journal*, 3(3), 176-192.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais (UFOP)

² Professora da Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais (UFOP)

Resumo

Diante a competitividade do mercado de trabalho e a importância da qualidade na prestação de serviços temos diversas instituições de ensino cuja formação é para o turismo, sejam cursos superiores, tecnólogos ou técnicos. Mesmo assim, há incompatibilidades no que diz respeito a atuação no mercado de trabalho. O setor absorve profissionais de outras áreas e até mesmo pessoas que não possuem formação ou sequer um curso profissionalizante. O presente trabalho objetiva identificar as características da força de trabalho ocupada e que participa de cursos de qualificação na hotelaria em Ouro Preto. Como resultados, foi possível detectar que os cursos e programas não regulares, são importantes ferramentas para a capacitação e qualificação profissional, em especial, cursos para garçons, camareiras, e atendimento ao público em geral. No caso específico dos cursos PRONATEC, foram aplicados 52 questionários, os quais permitiram detectar que o processo seletivo para ingressar nos cursos foi aleatório, com pouca participação de quem está ocupado no setor, da mesma forma no que tange o rol de oferta de cursos para Ouro Preto. Nesses termos, a pesquisa³ ainda em processo, sinaliza para a necessidade de realizar pesquisas de oferta e demanda de cursos de capacitação e qualificação para o turismo na cidade.

Palavras-chave: Turista, Qualificação profissional, PRONATEC, Ouro Preto.

³ Este artigo é fruto de Programa Voluntário de Iniciação Científica –PIVIC /UFOP e já teve outros resultados parciais Publicados no XXI SEIC, em 2013.

Abstract

Before the competitiveness of the labor market and the importance of the quality in the services rendered we have several institutions of teaching which formation is for the tourism, be degree courses, technologists or technicians. Even so, there are incompatibilities what concerns acting in the labor market. The sector absorbs professionals of other areas and even persons who have no formation or even a vocational course. The present work aims to identify the characteristics of the occupied workforce and who participates of qualification courses in the hotel management in Ouro Preto. As results, it was possible to detect what the courses and programs will not regulate, tools are important for the training and professional qualification, in special, courses for waiters, chambermaids, and service to a public in general. In the specific case of the courses PRONATEC, there were applied 52 questionnaires, which they allowed to detect that the selective process to join the courses was random, with little participation of the one who is kept busy in the sector, likewise in what plays the roll of offer of courses for Ouro Preto. In these terms, the inquiry still in process, signal for the necessity of carrying out inquiries of offer and it demands of courses of training and qualification for the tourism in the city.

Keywords: Tourist, Professional qualification, PRONATEC, Ouro Preto.

1. Introdução

Compreender o mercado de trabalho e atuação profissional no turismo é fundamental para o desenvolvimento do setor. No caso do turismo, a qualidade dos serviços prestados é fundamental tanto para o destino visitado, para os serviços utilizados e para o turista. Qualquer erro acarretará impactos negativos na percepção de um turista, tornando a viagem frustrante.

De acordo com estudos do Ministério do Turismo o setor turístico representa 3,7% do PIB do Brasil, ainda “Estima-se ainda que para o ano de 2022 o turismo seja responsável por 3,63 milhões de empregos”. Conforme Estudos de Competitividade do Turismo Brasileiro (BRASIL, [sd]) a WTTC - *World Tourism & Travel Council* (Conselho Mundial de Viagens e Turismo) aponta para o ano de 2015 que 1 de cada 14 empregos serão gerados no setor turístico, ou seja 2.975.410 de postos de trabalho.

Conforme afirma Trigo (1998, p. 19) “é evidente a necessidade de preparar os profissionais da área, sob pena de os projetos ficarem comprometidos e com sua operacionalidade prejudicada em virtude da falta de profissionais eficientes”. Conforme afirma Gaio e Fernandes (2006):

Contudo, possuir mão-de-obra capacitada, seja na área gerencial ou operacional, é um dos elementos básicos para o desenvolvimento turístico de qualidade. Acredita-se que, por ser uma atividade ainda recente, o turismo tenha muito a evoluir e conseqüentemente o mercado de trabalho começará a valorizar

e a requisitar mais os serviços desse profissional. Sistematizar os processos de atuação do turismólogo, a necessidade de passar pelo operacional até chegar a cargos de gestão.

O desenvolvimento de conhecimento e habilidades no setor de prestação de serviços é fundamental, embora não acarrete maior produção em menos tempo. Porém é através de cursos, sejam eles de nível superior, técnico ou cursos rápidos de profissionalização, que o indivíduo irá desenvolver competências para prestar serviços padronizados com excelência. Afinal “o mercado e a sociedade precisam de ‘gente que pensa’, de filósofos do cotidiano treinados e experientes para atuar em face de novos desafios, dificuldades e oportunidades” (Trigo, 1998, p.39).

Este estudo tem como objetivos identificar as características da força de trabalho ocupada e que participa de cursos de qualificação na hotelaria em Ouro Preto. Como metodologia foram realizadas pesquisas bibliográficas e de campo. A pesquisa bibliográfica foi para identificar os tipos de ensino profissional e compreender o que se tratava do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego eixo Turismo e Hospitalidade. No que tange a pesquisa de campo, num total de 70 foram aplicados 52 questionários, sendo essa amostra de alunos frequentes aos cursos de Inglês Básico, Recepcionista de Eventos e Agente de Informações, os quais foram ofertados via PRONATEC COPA em abril de 2013.

O mercado de trabalho está cada vez mais competitivo. De um lado há a carência de força de trabalho apta a

executar suas respectivas funções, de outro temos outros campos de atuação que necessitam que a força de trabalho esteja sempre atualizada acerca das tendências mercadológicas.

2. A Importância da Qualificação a Luz da Teoria do Capital Humano

O mercado de trabalho é cada vez mais competitivo. De um lado há a carência da força de trabalho apta a executar suas respectivas funções, de outro temos outros campos de atuação que necessitam que a força de trabalho esteja sempre atualizada acerca das tendências mercadológicas. Fatos estes, que temos em discussão desde o decorrer da Revolução Industrial, quando surgem teorias sobre as questões da produção no trabalho, onde mais produção resultaria em mais rendimentos. O objetivo era que o trabalhador produzisse mais em menos tempo. A partir daí surgem teorias acerca da produção e trabalho. Dentre estas teorias destaca-se a Teoria do Capital Humano e a Teoria do Capital Social.

A Teoria do Capital Humano, cujo ápice foi na década de 1960, denota a questão da influência do tempo de estudo na produção capitalista. Em síntese esta teoria aborda que quanto mais tempo de estudos, investimento na educação ou treinamento implica em retorno financeiro, ou renda. Isso pelo fato de que, quando há a capacitação e qualificação os indivíduos desenvolvem suas habilidades e conhecimentos.

A partir da década de 1960, as mudanças ocorridas na economia não foram apenas no nível de fortalecimento do setor terciário. “Houve um

crescimento acentuado e concentrado no setor de serviços e as novas tecnologias propiciaram esse desenvolvimento, ao mesmo tempo em que racionalizavam e criavam novas linhas de produção automatizadas no setor industrial” (Trigo, 2001, p.86).

Todavia, Schultz (1973) *apud* Almeida e Pereira (2000, p. 2), traz o questionamento sobre o que de fato a educação é: Consumo, o indivíduo estudaria até quando estivesse satisfeito, não estudaria por obrigação da sociedade capitalista ou produção de capacitação, onde se aplica a teoria do capital humano, o estudo seria para desenvolver conhecimentos e habilidades no trabalho, com estes o indivíduo produziria mais e conseqüentemente teria maior remuneração.

A Teoria do Capital Social é vista como complemento da Teoria do Capital Humano (Silva & Puziol, 2008, p. 9), sendo esta se referindo “... às instituições, relações e normas que configuram a qualidade e a quantidade das interações sociais de uma sociedade” (p. 9) Banco Mundial (2002) *apud* Silva e Puziol (2008).

Todavia deve-se considerar que tanto a Teoria do Capital Humano e a Teoria do Capital Social tem como principal objetivo o ensino voltado para o trabalho, sendo assim, por meio de ações governamentais a criação de programas de ensino. Através destas há a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico.

Analisando sob outros pontos de vista, a que demanda por estudo também está associada ao quesito *status* social, por vezes somente acessível aos mais

abastados economicamente, esses tinham acesso a mais tempo de estudos, conforme afirma Mascellani (2010):

A educação no Brasil, desde os primórdios da República, sempre se expressou através de um sistema dualista de ensino: de um lado, os cursos propedêuticos para os filhos das famílias remediadas e abastadas; de outro, as escolas de artífices para os filhos da classe pobre. (p. 37).

Nesses termos pode-se considerar, na perspectiva de Barreto *et al* (2004), que “a educação no Brasil surge como um meio para garantir a manutenção do sistema social e econômico, sem qualquer compromisso com a transformação e emancipação do ser humano” (p. 13).

O desenvolvimento social consiste, no caso, em maior número de vagas de emprego. Porém, é evidente que ofertar empregos não é suficiente. Há a escassez de força de trabalho capacitada para ocuparem vagas em determinados setores, contribuindo que para altos salários para atrair profissionais capacitados para ocuparem cargos compatíveis com seus conhecimentos.

Ademais em foco ao tema deste trabalho, é analisado que a qualificação profissional é exigência do mercado de trabalho, onde há a necessidade de demanda de força de trabalho qualificada para ocupar determinados cargos.

É importante ressaltar que não é possível generalizar que a remuneração vai depender do tempo de estudo, considerando que há uma série de fatores econômicos e sociais que influenciarão nos cargos e salários de cada região, dentre eles os cargos comissionados. Mas

de fato é válido ressaltar que independente da atuação é necessário desenvolver as competências e habilidades individuais, as quais são possíveis de alcançar devido às experiências adquiridas com estudos.

Analisando a Teoria do Capital Humano, onde o investimento deve ser voltado para o conhecimento, considera-se “que todas as habilidades são inatas ou adquiridas, que podem ser aperfeiçoadas por meio de investimentos apropriados ao enriquecimento do capital intelectual” (Ruckstadter, 2005, p.4). Mas qual é a melhor forma de lapidar o conhecimento? Como e o que é necessário para desenvolver a sociedade tanto intelectual quanto economicamente? Independente, temos que “a educação, como importante instrumento de promoção humana e de desenvolvimento social, comporta múltiplas abordagens e formas de intervenção”.

Fato é que, diante do sistema capitalista, temos a educação e ensino redirecionados para o mercado de trabalho. Considerando que “... com a introdução da ciência e da tecnologia no setor produtivo, o sistema de ensino foi reformulado para adequá-lo às exigências de qualificação da força de trabalho.” (Barreto *et al*, 2004, p. 15).

Assim a qualificação profissional é exigência do mercado de trabalho, onde há a necessidade de demanda e de força de trabalho qualificada para ocupar determinados cargos. Ademais, no turismo, há ocupações que independem de formação superior, onde o conhecimento prático é predominante. Nesse sentido são apontados

treinamentos rápidos, com os quais é possível que o indivíduo esteja habilitado para exercer suas atividades. Dentre eles está o programa PRONATEC que discutiremos a seguir.

3. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)

Com o objetivo de ampliação da oferta de cursos de formação educacional e tecnológica, em 2011 o Governo Federal cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Os cursos são resultados da parceria do Governo Federal com as unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT); e instituições de educação profissional vinculadas aos sistemas de ensino, existe ainda, a Rede e-Tec Brasil, pela qual são oferecidos cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional na modalidade a distância. Entretanto, não há participação do município na modalidade a distância. Uma vez são priorizados, os cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, para trabalhadores, estudantes de ensino médio e beneficiários de programas federais de transferência de renda, com duração mínima de dois meses.

Destas modalidades de ensino o Programa abrange 13 eixos, são eles: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial; Recursos Naturais;

Segurança e Turismo, Hospitalidade e Lazer. Em cada eixo são ofertados diferentes cursos correlacionados às áreas de atuação.

O Pronatec Turismo, Hospitalidade e Lazer é resultado da parceria do Ministério do Turismo com o Ministério da Educação e está subdividido em três linhas de ação: PRONATEC COPA; PRONATEC COPA na EMPRESA e PRONATEC COPA SOCIAL. O programa busca qualificar pessoas que desejam ser inseridas no setor turístico. Sendo o PRONATEC COPA uma das principais ações do governo federal para preparar o Brasil para os grandes eventos, no caso a Copa do Mundo de 2014.

Nesse caso os cursos e programas não regulares, são importantes ferramentas para a capacitação e qualificação profissional, isso no tocante da força de trabalho ocupada no operacional do turismo, por exemplos cursos de capacitação para garçons, camareiras, e atendimento ao público em geral.

Os cursos de qualificação profissional são cursos rápido com duração máxima de 200 horas, como no caso dos cursos ofertados pelo PRONATEC COPA. Em geral apresentam didática voltada para a prática e abrangem sub-setores específicos do turismo, como no caso dos cursos de recepcionistas em meios de hospedagem, visam qualificação para trabalhar no setor de recepção. Apresentam a concepção de passar conhecimento e não de compartilhamento de conhecimentos. Em outros termos se resumem basicamente em uma disciplina vista no curso de graduação em turismo.

4. Ouro Preto e o PRONATEC COPA

Ouro Preto é conhecida pela diversidade de seus atrativos turísticos histórico-culturais, inscrita na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 1980. É um dos 65 Destino Indutores de Turismo do Brasil, título esse que remete ao um “destino consolidado”, além de ser um destino próxima a Belo Horizonte, uma das cidades sedes da Copa do Mundo de 2014, possibilitando que a cidade fosse contemplada com os cursos do PRONATEC COPA, cujo objetivo é capacitar pessoas que já trabalham com o turismo ou que tem a intenção em trabalhar no setor turístico, em especial para preparar o Brasil para receber os grandes eventos, em destaque a Copa do Mundo.

Em específico, o PRONATEC COPA propõe somente cursos do eixo turismo. De acordo com o Site oficial do PRONATEC COPA (<http://pronateccopa.turismo.gov.br>), existe cerca de 40 cursos para a atividade turística, contando também com cursos de inglês, espanhol e LIBRAS (Língua Brasileira dos Sinais), considerando que a oferta de cada curso depende da demanda de cada cidade.

Os cursos em Ouro Preto foram ministrados pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), contato com apoio da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio. No primeiro semestre de 2013, a cidade foi contemplada com os seguintes cursos do PRONATEC COPA: Inglês Básico, Recepcionista de Eventos e Agente de Informações Turísticas, os participantes dos cursos receberam

auxílio alimentação e transporte. Para o 2º semestre de 2013 estão sendo realizados os cursos de recepcionista de meios de hospedagem e organizador de eventos.

4.1. Resultados e Discussões

Diante a competitividade do mercado de trabalho, deve-se considerar que de um lado há a carência de força de trabalho apta a executar suas respectivas funções. Como resultados parciais da pesquisa foram identificados os seguintes resultados:

Os cursos ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC- no município de Ouro Preto no primeiro semestre de 2013 (Figura 1) foram de Agente de Informações Turísticas, Recepcionista de Eventos e Inglês. Pode-se inferir que maior demanda pelo curso de Agente de Informações Turísticas é em função da diversidade de atrativos que o município tem, bem como da necessidade de profissionais para o atendimento ao turista.

Conforme apontado por Barreto (2000, p. 28) “...estudos preliminares demonstram que o gênero feminino é o mais requisitado”, confirmando que a atuação do sexo feminino é cada vez maior na atividade turística (Figura 2).

A concentração de Faixa Etária é entre 19 a 25 anos e de 26 a 30 anos.

A maioria dos cursantes tem Ensino Médio (sendo este completo ou incompleto) segundo a Figura 3. Considerando as características dos cursantes apresentadas, é visível que a qualificação é meio de inserção de

público jovem no mercado de trabalho turístico, conforme afirma Barbosa e Deluiz (2008):

No contexto atual de estreitamento e volatilidade do mercado de trabalho, de extremas exigências de qualificações profissionais e do excedente de mão-de-obra pouco escolarizada e qualificada, um dos maiores desafios a serem enfrentados é a inserção dos jovens no mundo do trabalho (p. 51).

Deve-se considerar, também, que embora a maioria dos participantes sejam de pessoas assalariadas (53%), mesmo considerando número significativo de assalariados (Figura 4), o setor é dado como uma nova perspectiva de emprego. Todavia, seria interessante que pessoas ocupadas em agências de receptivos turísticos tivessem feito ao menos o curso de agente de informações turísticas. Embora seja visto como possibilidade fazer um curso de qualificação para obter renda extra, devido a sazonalidade do setor, conforme aponta figura 5. É pertinente considerar a afirmação de Rocha e Jaques (2011) citado em Rocha e Amaral (2012):

...desvalorização salarial da mão-de-obra especializada pelo empresariado, os baixos salários pagos e a ausência de perspectiva de ascensão na carreira, são fatores influentes na opção dos trabalhadores desse mercado em não investir na verticalização da formação profissional. (p. 132)

Mesmo com esse pensamento de contratação temporária, há porcentagem significativa de empresas que realizam treinamento para os funcionários que ingressam no mercado. Há um ponto relevante no que tange inserção destes

participantes inseridos no mercado turístico, pois evidencia que empresas turísticas, preferem contratar pessoas sem experiência/formação na aérea e moldá-las de acordo com a política de cada um.

Dos 28% que responderam trabalhar no setor de prestação de serviços (Figura 5), a maioria respondeu “outros” onde se enquadram pessoas que trabalham no comércio turísticos ou com artesanato, atividades essas diretamente ligadas ao turismo no município. Entretanto ainda é necessário o envolvimento de pessoas que atuam em agência de receptivo e até mesmo pessoas que trabalham no setor de alimentos e bebidas.

Com essa pesquisa, pode-se considerar que há interesse maior da participação de mulheres que querem qualificar no setor de prestação de serviços ou que consideram essa uma oportunidade de ingressarem no mercado de trabalho do setor turístico (Figura 6). Todavia a quase 20 anos atrás o cenário no Brasil era diferente: “Em 1995, a participação de homens e mulheres no emprego formal do segmento ‘Alojamento’ no Brasil era bastante equilibrada: 51% dos empregados eram homens e 49% mulheres” (Silva & Miyashiro, 2007, p. 35). Já em 2005 os autores identificam a seguinte mudança “as mulheres aumentaram a participação relativa de 49% para 55% no conjunto dos empregados, passando a ser a maioria da categoria” (p. 37).

Outra hipótese seria no que diz respeito aos cursos de formação rápida, não há interesse em trabalhar no setor, ou perceberam a demanda de trabalhar em momentos, que normalmente seriam dedicados ao lazer. Conforme afirma

Bolívar (1993) *apud* Dall'Agnol (2008), “o turismo é uma atividade de utilização intensa de capital humano, as tarefas são complexas e exigem a atuação de profissionais especializados, com conhecimento e formação na área” (p.9). Logo tal situação detecta na pesquisa é incompatível com o proposto da atividade: a maioria são de pessoas que não possuem formação e de pessoas que possuem formação só que em outras áreas.

5. Considerações Finais

Como resultados parciais, foi possível detectar que os cursos e programas não regulares, são importantes ferramentas para a capacitação e qualificação profissional, em especial, cursos para garçons, camareiras, e atendimento ao público em geral. No caso específico dos cursos PRONATEC Copa foi possível detectar que o processo seletivo para ingressar nos cursos foi aleatório, com pouca participação de quem já está ocupado no setor, considerando que o público-alvo do programa envolve pessoas que já da mesma forma no que tange o rol de oferta de cursos para Ouro Preto. Embora, tenho sido estudado o perfil dos participantes dos cursos profissionalizantes em Turismo - PRONATEC, com esta pesquisa, foi possível identificar que mesmo diante a gama de oferta de cursos de formação existentes na cidade, temos que os ocupados no hotelaria não possuem formação ou participação efetiva em cursos. Fato este que vem caracterizar o amadorismo no setor turístico não somente ao que se refere a cidade de

Ouro Preto, mas a nível nacional.

Temos de um lado a oferta de cursos, sejam estes superiores, tecnólogos ou técnicos, de outro público em potencial. Porém é de conhecimento que pequena porcentagem dos que concluem tais cursos normalmente não estão ocupados no setor. Outro fato percebido é a falta motivação, principalmente relativa a questão salarial e até mesmo ao fato do empregador promover a flexibilidade do horário, para o funcionário participar de tais cursos.

Deve-se destacar que esta é uma iniciativa positiva para o ocupado, para o empregador e para o turismo no município, deve-se considerar a possibilidade de levar estes cursos aos distritos e povoados de Ouro Preto, localidades nas quais a atividade turística está se expandindo, proporcionando, assim formação e maior preparo para atuar no setor.

Referências

- Almeida, E. P. & Pereira, R. S. (2000). *Críticas à teoria do capital humano (uma contribuição à análise de políticas públicas em educação)*.
- Álvares, L. C. A., Silva, I. O. & Cavalcanti, J. E. A. (2006). Educação e capacitação comunitárias para o turismo: Um estudo dos pólos turísticos Caminhos do Norte e Vales do São Francisco e do Jequitinhonha – MG. *Turismo - Visão e Ação*, 8(1), 47-60.
- Barbosa, C. S. & Deluiz, N. (2008). Qualificação profissional de jovens e adultos trabalhadores: o Programa nacional de estímulo ao primeiro

- emprego em discussão. *B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof.*, 34(1).
- Barretto, M. In Serrano, C., Bruhns, H. T. & Luchiari, M. T. D. P. (2000). (Orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas, SP: Papirus – Coleção Turismo.
- Barretto, M., Tamanini, E. & Silva, M. I. P. (2004). *Discutindo o ensino universitário de turismo*. Campinas, SP: Papirus – Coleção Turismo.
- Dall'Agnol, S. (2008). *O perfil do prestador de serviços hoteleiros e da gerência na era da informação e do conhecimento*. V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR): Turismo: Inovações da Pesquisa na América Latina.
- Gaio, C. & Fernandes, L. R. (2006). *Perfil do bacharel em turismo: A disparidade entre a realidade da formação profissional e a necessidade do mercado de trabalho*. IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul/ RS.
- Mascellani, M. N. (2010). *Uma pedagogia para o trabalhador: O ensino vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados*. São Paulo: IIEP.
- Rocha, F. G., & Amaral, F. M. (2012). *Qualificação para as atividades do turismo: Perfil profissional de trabalhadores, proprietários e gestores de empresas de alimentação fora do lar na Região Litorânea Central do Estado de Santa Catarina (Brasil)*. *Turismo & Sociedade*, 5(1), 124-143.
- Ruckstadter, V. C. M. (2005). *Educação e economia nos anos 1990: A resignificação da teoria do capital humano*. 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Cascavel/PR.
- Silva, J. A. & Puziol, J. K. P. (2008). *A influência da Teoria do Capital Humano e da Teoria do Capital Social nas políticas educacionais brasileiras da atualidade*. Paraná: Universidade Estadual de Maringá.
- Silva, F. R., Castro, M. S., Santana, R. R., Pereira, T. S. & Lima, V. D. (2001). *Iluminismo: A revolução intelectual*. Belém – Pará: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – MEC – SEMTEC.
- Silva, A. L. & Miyashiro, R. (2007). *Turismo e hospitalidade no Brasil: Um estudo sobre os trabalhadores da hotelaria*. São Paulo: CUT.
- Souza, J. S. (2006). *O Recrudescimento da Teoria do Capital Humano*. *Cadernos CEMARX – Centro de Estudos Marxistas*, 3.
- Trigo, L. G. G. (1998). *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*. Campinas, SP: Papirus – Coleção Turismo.

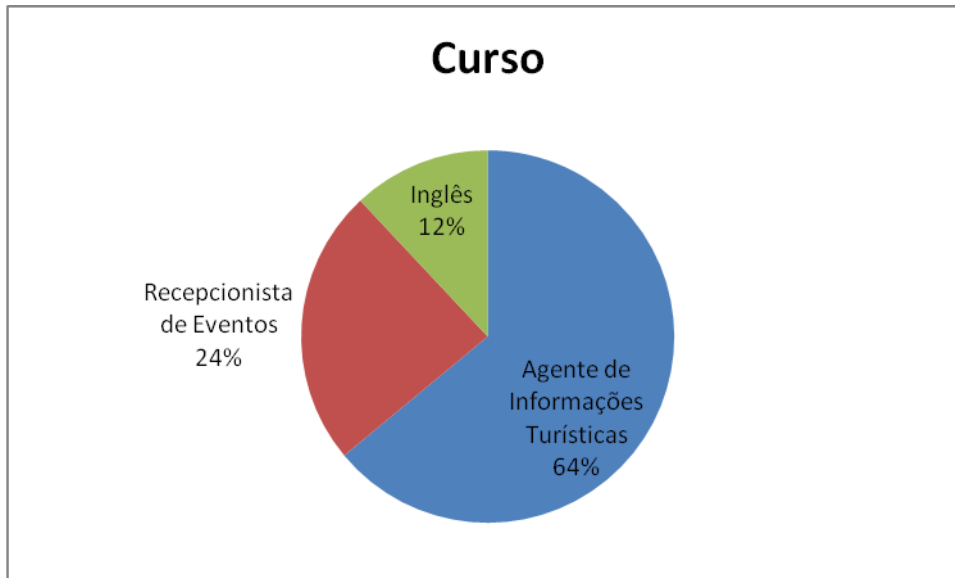


Figura 1. Cursos ofertados

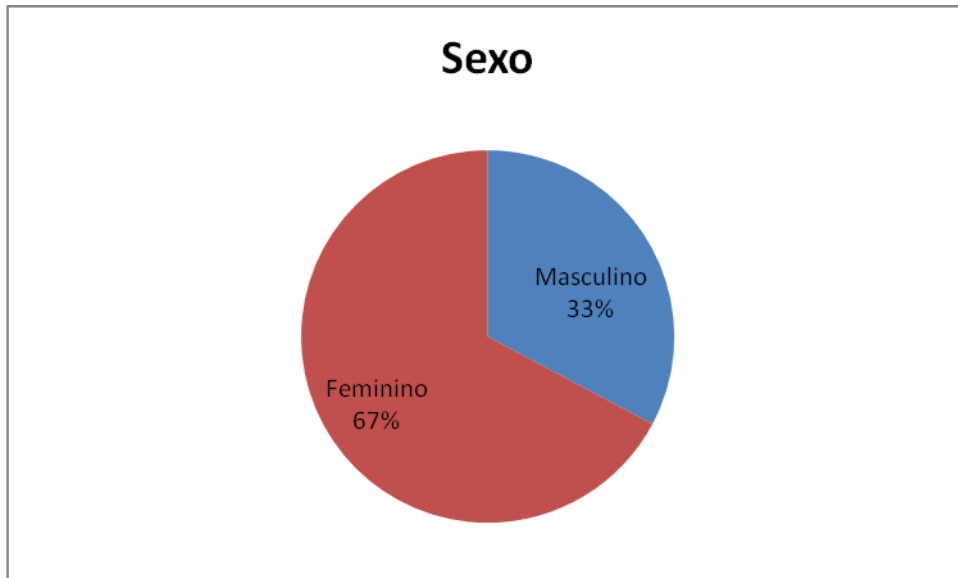


Figura 2. Sexo dos participantes

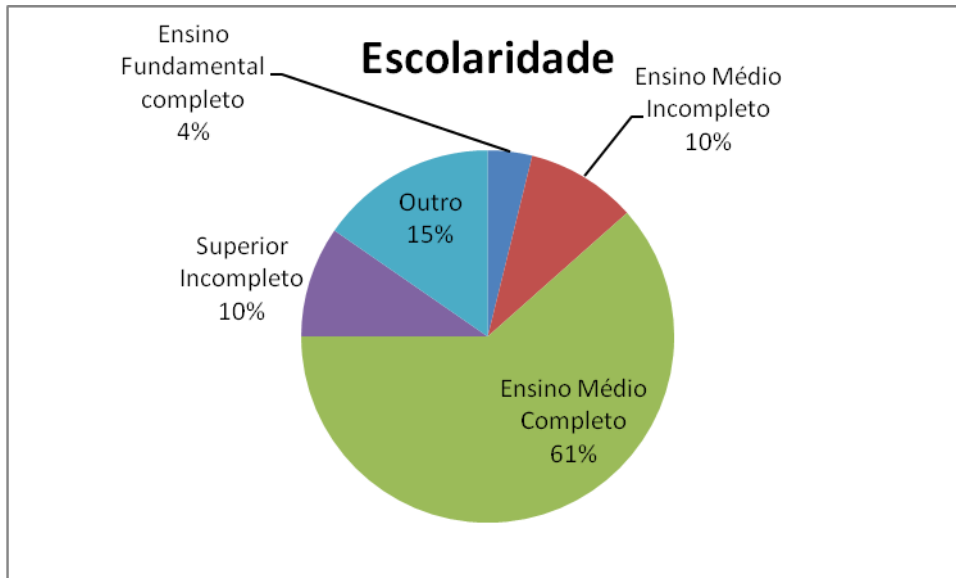


Figura 3. Escolaridade dos participantes

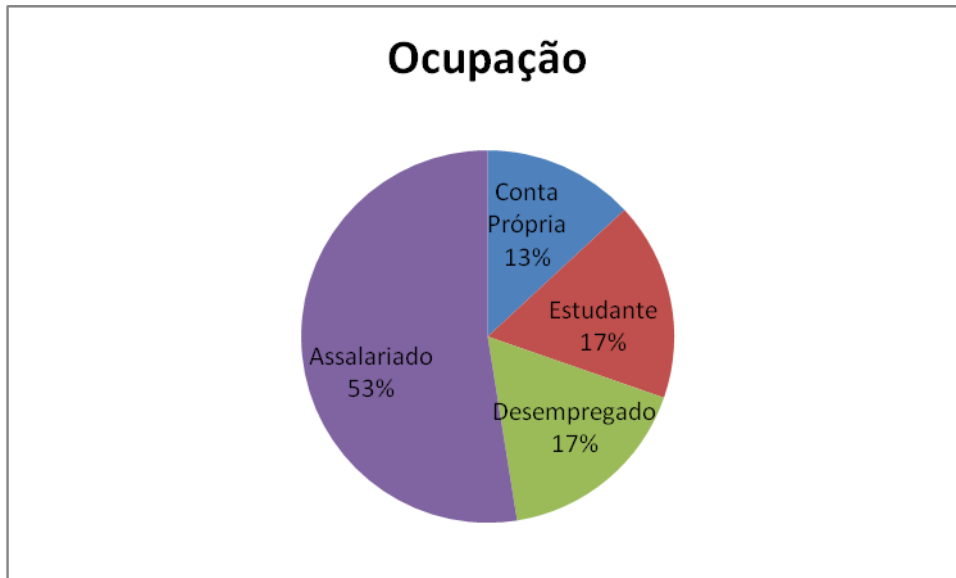


Figura 4. Ocupação dos participantes



Figura 5. Ocupados no sector de prestação de serviços

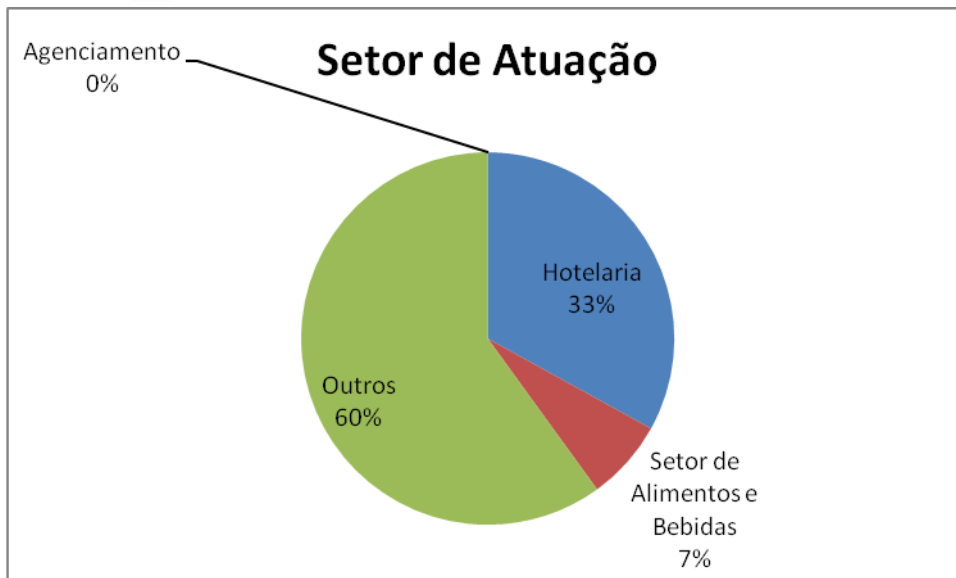


Figura 6. Segmento de atuação no setor de prestação de serviços

Turismo em *b-Learning*

Adriano Afonso

Afonso, A. (2014). Turismo em *b-learning*. *Tourism and Hospitality International Journal*, 3(3), 193-212.

Resumo

Com a implementação do processo de Bolonha no contexto universitário em Portugal, o *b-Learning* assume-se como uma ferramenta muito importante para o seu modelo de desenvolvimento de competências. Começamos por, considerando diferentes significações defendidas por diversos autores, clarificar os conceitos *e-Learning* e *b-Learning*. Assim, foi necessário proceder à averiguação dos modelos disponíveis sobre esta modalidade de ensino, que permitisse a caracterização do perfil de um “b-Professor”, condição essencial para este estudo. A ausência de uma tabela que defina todas as competências necessárias, a perquisição bibliográfica permitiu respostas, que contudo necessitaram de enquadramento e contextualização para serem efectivas no contexto actual. O artigo também considera uma observação de boas práticas produzidas pelo estudo de Leite et al.. (2009a) referente a um processo de implementação de *b-Learning* na Universidade do Porto e baseado no testemunho de seis docentes vencedores do Prémio Excelência *e-Learning*. Por fim, para cumprir o objectivo deste estudo de paragonar as competências dos docentes do curso de Turismo dos ISCE com o perfil de um “b-Professor”, culmina com uma análise comparativa entre os resultados de um questionário e as competências resgatadas na revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Turismo, B-learning, E-learning, Ensino em b-learning, Formação em b-learning, ISCE

Abstract

With the implementation of the Bologna process in the university context in Portugal, the b-Learning takes now as one of the main tools for the skills model development. This research begins by considering different meanings advocated by several authors to clarify the concepts of e-Learning and b-Learning. Thus, it was necessary to investigate the models available on this type of education that would allow the characterization of the profile of a "b-Teacher", an essential condition for this study. In the absence of a table that defines all the necessary skills, the bibliographic research allowed responses, which however need framework and contextualization to be effective in the current context. This paper also considers an observation of good practices produced by the study that Leite et al. (2009a) made referring to a process of implementation of b-Learning at the Oporto University and based on the testimony of six faculty winners of the e-Learning Excellence Prize. This study ends with a comparative approach, using a questionnaire, of the skills retrieved in the bibliographical review with the abilities set for the teachers from the School of Tourism ISCE.

Keywords: Tourism, B-learning, E-learning, Teaching in b-learning, Training in b-learning, ISCE

1. Introdução

Em 1998 a UNESCO (1998) declarava no seu *artigo 12.º* uma clara referência ao potencial e aos desafios das novas tecnologias, numa implícita sugestão para que os estabelecimentos de ensino promovessem o potencial das mais recentes tecnologias da informação e da comunicação (TIC), mas nunca desprezando a atenção na qualidade da docência e os resultados de aprendizagem. Enumerava também o *e-Learning* e os ambientes virtuais como sendo meios reconhecidos para atingir esse propósito.

No século seguinte, em Portugal, o extinto Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (hoje Ministério da Educação e Ciência) aprovava através do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, os princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior. É conferida a máxima importância à necessidade de adaptação dos vários processos de aprendizagem aos conceitos e perspectivas da sociedade moderna e aos meios tecnológicos disponíveis. O *b-Learning* irá ter aqui um papel fundamental no que concerne à promoção da autonomia e da mobilidade dos estudantes sendo reconhecido como um contributo fundamental para a promoção da aprendizagem ao longo da vida. Estes princípios referidos, bem como a referência à importância *b-Learning* são também directrizes do processo de Bolonha.

Estas directrizes têm induzido as instituições de ensino a adoptar e a fomentar ferramentas que permitem a criação de condições de alfabetização

tecnológica e de suporte ao ensino por meio de recursos digitais (PAOL, 2007). Aliás, o próprio discurso legislativo (Decreto-Lei n.º 74, de 24 de Março do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2006) orienta que a «questão central no Processo de Bolonha é o da mudança de paradigma de ensino de um modelo passivo, baseado na aquisição de conhecimentos» (*Ibidem*). que é transposto para «um modelo baseado no desenvolvimento de competências, onde se incluem quer as de natureza genérica – instrumentais, interpessoais e sistémicas – quer as de natureza específica associadas à área de formação, e onde a componente experimental e de projecto desempenham um papel importante» (*Ibidem*). Igualmente, acrescenta que «identificar as competências, desenvolver as metodologias adequadas à sua concretização, colocar o novo modelo de ensino em prática são os desafios com que se confrontam as instituições de ensino superior» (*Ibidem*).

No entanto PAOL (2007), Fino (2007) além de outros, apontavam para uma fraca utilização das potencialidades pedagógicas e comunicacionais destes sistemas antes de 2007. «Apesar das vantagens associadas à utilização deste tipo de soluções, não parece ser difícil constatar que, actualmente [em Portugal], o ensino continua a obedecer a lugares definidos no tempo e no espaço, e onde o professor continua responsável pela transmissão de conteúdos», justificavam desta forma Morais e Cabrita (2008, p. 168). Igualmente Fino (2007, p. 9) afirmava que «são precisamente as ‘velhas’ estratégias, flutuando à tona da

tecnologia, e a presunção de que a aprendizagem é o resultado da instrução centrada nos conteúdos, o fundamento conceptual das ‘novas’ salas de aula virtuais».

Mesmo o estudo de Leite et al. (2009, p. 2) mais actual, ainda afirma que «talvez por isso, muitas instituições de ensino começam a adoptar uma componente lectiva *online* em complemento à vertente presencial, sem, contudo, haver a necessária adaptação a este novo contexto».

Entretanto, já Miranda (2007, pp. 46-47) chamava a atenção para o facto de não ser apenas suficiente a introdução dos meios tecnológicos para que as mudanças sejam efectivas, ou, como sustenta: «não é suficiente introduzir os computadores e a Internet nas escolas para se começarem a obter resultados positivos na aprendizagem dos alunos.» Acaba por completar, afirmando que «é necessário reflectir sobre o que torna a aprendizagem efectiva e modificar a organização dos espaços e das actividades curriculares de modo a que estas novas ferramentas possam apoiar a aquisição de conhecimento disciplinar significativo».

Embora existam directrizes europeias, decretos de lei e esforços das entidades competentes, o que se verifica é que, no nosso país, ainda há um longo caminho a percorrer no que toca à correcta implementação e adaptação, quer do professor, quer dos conteúdos ao ambiente digital. De um modo geral, tendo o professor um papel fundamental na transladação do modelo de ensino, a sua adaptação é encarada como um factor crítico de sucesso, para evitar “velhos” hábitos que cada vez menos funcionam

em “novos” tempos.

Portanto, apesar de grande parte das escolas superiores e universidades portuguesas, já terem hoje sistemas informáticos adequados e plataformas de LMS (LMS - *Learning Management Systems* ou em português, Sistemas de Gestão de Aprendizagem), é necessária uma nova atitude nos responsáveis pedagógicos e nas suas metodologias para que ele se efective perante as novas directivas.

2. e-Learning e b-Learning

Este momento dedica-se à necessária significação e contextualização do termos (*e-Learning* e *b-Learning*), essencial para o enquadramento e estabelecimento de relações entre ambos.

Miranda (2007, p. 43) define a área da “Tecnologia Educativa” como todo o processo de planeamento, concepção, gestão, utilização e avaliação dos recursos tecnológicos envolvidos na promoção da aprendizagem. No subdomínio dos recursos tecnológicos a serem utilizados encontram-se o *e-Learning* e o *b-Learning* (*b=blended*).

É legítimo considerar o *e-Learning*, originalmente como a transladação do ensino à distância para o meio tecnológico (Leite et al., 2009, p. 3). Já o segundo é diferenciado pela utilização de um modelo misto que compreende sessões presenciais e não-presenciais, que ainda podem ser síncronas e assíncronas (Paiva, 2003; Leite et al., 2009). Outros autores defendem que a distinção é um pouco mais profunda, definindo-o como um composto de metodologias e métodos de entrega da aprendizagem, seleccionados e

otimizados para suportar as várias necessidades das diversas audiências (King & McSporry, 2005, p. 4; Whitelock & Jelfs, 2003).

Heinze e Procter (2004, p. 12) acrescentaram ainda aspectos comunicativos e de aprendizagem, ao definirem o conceito como «uma aprendizagem facilitada pela efectiva combinação de diferentes modos de distribuição, modelos de ensino e estilos de aprendizagem, fundamentados numa transparente comunicação entre todos os intervenientes envolvidos».

Em tom conclusivo, partilha-se a sintetização de Leite et al. (2009, p. 4) relativa ao termo *b-Learning* como «um processo complexo de mediação de aprendizagens através do recurso a diversos meios em momentos presenciais e não-presenciais (...), [hoje] via Internet, que tenham como pressuposto a comunicação, a interactividade, a partilha e a construção do conhecimento.» Na mesma linha, Inocêncio (2009) completa na sua investigação que este «consiste num modelo de formação a distância que incorpora uma componente de formação *online* e, outra, de formação presencial. No contexto de *b-Learning*, determinadas unidades curriculares ou componentes da mesma unidade são abordadas em regime presencial, em sala de aula, enquanto que outras são exploradas em contexto a distância (...). Conclui, o autor, afirmando que se trata de um «ensino misto entre o presencial e o *e-Learning*».

Depois de melhor compreender e distinguir os dois termos, é importante reconhecer também a importância das mais recentes interfaces computacionais ubíquas. A desnatação do mercado dos

computadores portáteis e dos dispositivos móveis (*tablets*, *smartphones*, etc) em conjunto com a redução do custo efectivo das ligações tem permitido ao estudante o acesso e a utilização cada vez maior destes equipamentos.

À desnatação pode-se ainda acrescentar o sucesso da adopção das mais recentes tecnologias (o HTML5, as aplicações móveis) adaptadas aos diferentes tamanhos de ecrãs dos diferentes dispositivos. Tendo agora um acesso fácil e rápido, de uma forma cada vez mais simples, estas interfaces possibilitam cada vez mais o ensino-aprendizagem à distância (ou *e-Learning*), ou um ensino que pode conter momentos presenciais e não presenciais, síncronos e assíncronos, (que correspondem ao *b-Learning*).

3. Modelos de b-Learning

São identificados Adão e Bernardino (2003) dois modelos de *b-Learning* que classificam a sua abordagem na implementação: a primeira como complemento à formação; a segunda como minimização da componente presencial.

O primeiro é adoptado quando é pretendido um alargamento no apoio dado ao aluno ou formando, tendo este a possibilidade de, à distância, poder aceder aos conteúdos programáticos, interagir e comunicar com os pares e professores, participar em grupos de discussões e em actividades curriculares, recuperar e consolidar conhecimentos e saberes (Adão & Bernardino, 2003, p. 4). O segundo é um modelo focado para o complemento ou continuação de um

modelo presencial. Aqui as aulas presenciais são estrategicamente programadas no tempo com as aulas *online*, e normalmente apontadas para o início ou para o fim da unidade e entre o início de cada módulo que compõe o evento educativo ocorrendo todos os restantes eventos a distância. Faz parte deste modelo a calendarização do tempo destinado ao auto-estudo, das sessões de comunicação síncrona (*chat*), dos testes de auto-avaliação, da realização de trabalhos e de outras actividades de aprendizagem.

Os mesmo autores sustentam ainda que as sessões presenciais não têm como principal objectivo «transmitir conteúdos programáticos e nem informações, mas utilizar os momentos de presencialidade para avaliação dos formandos, apresentação de trabalhos, socialização de conhecimentos e informações, conhecimento entre pares e entre formandos e formadores [alunos e formadores], preparação para as sessões e actividades subsequentes, orientação, incentivo e motivação dos formandos.»

Esta clara divisão ajuda-nos a compreender as duas abordagens diferentes ao *b-Learning*. Ajuda-nos também a perceber claramente que uma abordagem é menos trabalhosa e mais facilitista que a outra. Relembrando o que foi abordado na introdução deste estudo, e excluindo aqui o facto de algumas disciplinas em que a abordagem obriga a que seja adoptada uma ou outra metodologia, questiona-se até que ponto é que o professor responsável tenha adoptado a abordagem mais correcta. Teria a outra abordagem melhores resultados? Ambas as metodologias foram

testadas?

Isto levanta uma questão fundamental que se tenta perceber no ponto seguinte: que competências deverá ter um b-professor?

4. O b-Professor

As orientações dadas pelo processo de Bolonha, anteriormente referidas, têm fundamentado a ideia da urgência de se configurarem mudanças no domínio pedagógico-didáctico das instituições de ensino superior. Estas mudanças referem-se nomeadamente à centralidade do estudante na construção do conhecimento transmutando – direccionando o processo de aprendizagem para o aluno, na contínua tarefa de aprendizagem ao longo da vida e na importância da educação a distância.

Ora, essencialmente este novo paradigma do aluno e a educação a distância são mudanças de fundo que resultam na necessidade da adaptação do docente a uma nova metodologia de trabalho.

Zabalza (2006) coloca o papel da docência como fulcral na actual conjuntura, sustentando que não é secundária a forma como são organizadas e desenvolvidas as aulas, mas sim primordial. É nesse aspecto que radica o princípio de uma docência centrada na aprendizagem, encetado pelo processo de convergência europeia.

Pressupõe-se então um domínio dos processos de organização e desenvolvimento do currículo que possa potenciar as actividades dos estudantes na construção do seu conhecimento e no desenvolvimento de competências

consideradas importantes para o perfil de formação. Estas passam obrigatoriamente por competências tecnológicas, pedagógicas e conhecimentos de organização e desenvolvimento de currículos.

Esta linha orientadora eclode no momento em que, especialmente no caso do ensino superior e por diversas razões, muitos dos profissionais liberais (técnicos, enfermeiros, engenheiros, matemáticos, arquitectos, entre outros) são tornados docentes, sem que necessariamente possuam conhecimentos específicos no domínio das Ciências da Educação, para o correcto exercício da docência.

Masetto (2003, p. 14) reforça que «só recentemente os professores universitários começaram a se consciencializar de que seu papel docente do ensino superior, (...) exige capacitação própria e específica que não se restringe a ter um diploma de bacharel, ou mesmo de mestre ou doutor, ou ainda o exercício de uma profissão.» “Quem sabe automaticamente sabe ensinar” (Leite & Ramos, 2007, p. 29). Conclui afirmando que «exige isso tudo, e competência pedagógica, pois ele é um educador.». Leite (2007, p. 4) designa este acontecimento como o «paradigma de Bolonha», e que tem realçado que a docência baseada no ensino deve dar lugar à docência baseada na aprendizagem, tem constituído talvez um dos principais motivos para o despertar do reconhecimento da necessidade de se aprender a «ser professor/a.»

Cunha (2003, p. 11) e Leite et al., (2009a) sustentam que existe um saber específico fundamental ao exercício da docência. Nesse sentido o primeiro

efectuou uma recolha sobre que conjunto de saberes implicam ser [hoje] professor/a que se apresenta na Tabela 1.

Muitas das competências enunciadas pelos autores a que Cunha (2003) recorreu são coincidentes entre si e podiam ser objecto de análise, mas aqui interessa essencialmente focar que, à parte dos conhecimentos específicos das suas áreas de competência, «é necessário, para o exercício da docência, capacidade para fazer a transposição didáctica desses conhecimentos, consciência do sistema em que se está inserido, conhecimento do perfil de formação desejado para os seus estudantes, domínio dos modos de trabalho pedagógico e dos efeitos por eles gerados, conhecimento sobre estilos de aprendizagem possíveis, reconhecimento da importância da organização e gestão do currículo e da criação de ambientes de aprendizagem.» (Leite *et al.*, 2009a).

Perrenoud (1999, p. 31) reforça que, ao professor é necessário recorrer ao *habitus* dentro da sua «competência, [e] ao mesmo tempo que mobilizar a lembrança das experiências passadas, livrar-se delas para sair da repetição, para inventar soluções parcialmente originais, que respondem, na medida do possível, à singularidade da situação presente» de ensino.

Masetto (2003, p. 27) sustenta que «difícilmente poderemos falar de profissionais do processo de ensino-aprendizagem que não dominem, no mínimo, quatro grandes eixos do mesmo: o próprio conceito de processo de ensino-aprendizagem, o professor como conceptor e gestor do currículo, a compreensão da relação professor-aluno e aluno-aluno no processo e a teoria e

prática da tecnologia educacional».

Segundo o mesmo autor, o docente “tecnológico” deve «explorar com seus alunos novos ambientes de aprendizagem, tanto ambientes profissionais como virtuais (através da Internet) o dominar o uso das TIC, a valorizar o processo colectivo de aprendizagem e a repensar e reorganizar o processo de avaliação» (*ibidem*). É então determinante que o professor, para este novo paradigma do processo educativo, desenvolva novas competências (Thorpe, 2002, p. 129). Tal como transcreve Leite et al. (2009a) do seu estudo, o professor que «se decide embarcar numa experiência de *e-Learning* sabe (deve saber) que vai ter de dedicar muito do seu tempo, e portanto só o faz imbuído de um forte espírito de criação e procura de melhor atingir os seus objectivos».

Mas não é intenção com este trabalho aprofundar esta questão, é mais importante aqui fazer um levantamento das actuais competências necessárias ao correcto exercício da docência num estabelecimento do ensino superior que contemple uma componente de (*e-/b-Learning*).

Para um cenário de ensino ou de aprendizagem *online* considera-se, segundo Littlejohn & Pegler (2007, p. 31) a existência de três factores decisivos na escolha de uma metodologia de ensino:

- factor espacial (localização espacial de alunos);
- factor temporal (que influencia o tipo de comunicação: e.g., comunicação síncrona e assíncrona);
- factor interactivo (o nível de interacção pretendido);

A metodologia a adoptar deverá ter profundamente em conta as necessidades do processo de aprendizagem (Rosenberg, 2006, pp. 69-70), optando por soluções que sejam mais eficazes, e que, quando implementadas de uma forma coordenada, podem facilmente conduzir ao cumprimento dos objectivos educacionais (Wilson & Smilanich; 2005, pp. 12). Tal como já foi referido citando Miranda (2007), é clara a importância dos meios tecnológicos, mas, para que contribuam e orientem para uma correcta aprendizagem, estes devem ser utilizados adequadamente.

Ledesma (2011) apresenta uma metodologia de implementação de *b-Learning* por três fases que completa a anterior, visto que esta se centra na componente a desenvolver *online*. Divide-se então pelas seguintes fases:

- Fase de diagnóstico/adaptação;
- Fase de desenvolvimento;
- Fase de avaliação.

Na fase de diagnóstico/adaptação deve-se proceder a uma recolha de dados necessários para a implementação do curso, por exemplo, através de um questionário on-line. O resultado deste irá permitir caracterizar os estudantes/formandos-alvo e aferir das aptidões tecnológicas. Irá permitir também preparar algumas actividades de adaptação ao ambiente *online* e de familiarização com a plataforma.

A fase de desenvolvimento tem por obrigação definir quais actividades que irão decorrer no modo presencial e no modo à distância. Ledesma (2011) sugere que as sessões presenciais podem centra-se mais no desenvolvimento de competências das diversas aplicações

necessárias e na apresentação das actividades aos restantes membros.

Quanto à organização do processo de formação a distância, Ledesma (2011) adapta de Salmon (2000) (ver Figura 1) uma perspectiva de organização de actividades. Este modelo destaca a necessidade de interacções perante o suporte tecnológico e indica as diferentes funções durante todo o desenrolar do processo.

- Acesso e Motivação: Primeiro contacto com o ambiente de aprendizagem, o papel do professor/formador é sobretudo de orientação, apoio e encorajamento;
- Socialização on-line: Construção da comunidade de aprendizagem, o papel do professor/formador é essencialmente dinamizar e mediar discussões para que o grupo se constitua;
- Troca de informação: Partilha de informação na comunidade de aprendizagem, o papel do professor/formador é de apoiar e partilhar materiais.
- Construção do Conhecimento: Início do processo de interacção e participação, formulação de ideias, onde o professor/formador assume o papel de mediador do processo.
- Desenvolvimento: os estudantes tornam-se responsáveis pelas aprendizagens individuais e de grupo. Tornam-se independentes, reflectivos e críticos através de um alto nível de interacção e de estratégias de aprendizagem construtivistas.

Por fim, regressando à metodologia de implementação, a fase de avaliação

deverá focar um controlo dos objectivos e a avaliação dos resultados, «pautando-se esta última por critérios que devem ser definidos previamente e de forma rigorosa. Quer os objectivos quer a avaliação devem ser claramente compreendidos pelos alunos ou formandos» (Ledesma, 2011).

Ardizzone e Rivoltella (2004) apresentam uma proposta de metodologia com base em possíveis «cenários de aula» tendo em consideração, para além do contexto, a situação, as acções (estratégias, tácticas) e o foco da didáctica, tal como é apresentado na Tabela 2.

Segundo os autores, o primeiro cenário caracteriza-se pelo ensino presencial, onde em aulas presenciais são geralmente realizadas actividades de exposição e trocas de ideias, informações e experiências. Este cenário remete ao modelo tradicional didáctico cujo principal objectivo é a transmissão de conteúdos.

O segundo cenário representa o ensino a distância (*e-Learning*), que se identifica por um ensino-aprendizagem através de meios tecnológicos e que pode assumir as modalidades síncrona (sala de *chat* ou mensageiro), assíncrona (fórum), individual ou em grupo.

No que ao terceiro cenário se refere, o ambiente de aprendizagem materializa-se num espaço “virtual”, como um LMS e que pode ser complementar às aulas presenciais (*b-Learning*), servindo de apoio, registo e biblioteca de recursos.

No quarto cenário, o docente pode organizar e fomentar actividades com fins colaborativos para os estudantes. Aqui o «grupo de alunos virtual» destaca-se,

focado numa experiência didáctica caracterizada pela comunicação e colaboração através dos vários instrumentos que o LMS coloca à disposição.

Por último, definido pelos autores como «comunidade de alunos», é muito similar ao cenário anterior, porém, enquanto o grupo virtual se foca em torno de uma actividade, a comunidade é caracterizada pelas diversas possibilidades de escolha realizadas pelos participantes e por uma forte componente de desestruturação. A dinâmica deste cenário desenvolve-se através da troca de materiais, divulgação do próprio grupo, publicações periódicas (ex.: *newsletter*), intercâmbio de experiências e opiniões.

Esta proposta de Ardizzone e Rivoltella (2004), orienta os professores para tirarem partido das plataformas LMS, recorrendo ao conceito e modelos de curso *online*, fomentando actividades comunicativas e colaborativas entre os alunos, que resultam numa maior interactividade e partilha de conhecimentos.

Pela similitude da definição entre e-tutor e de e-professor justificada no estudo de Inocêncio (2009), pois o professor, na sua actividade directa com os alunos no meio *online* comporta-se obrigatoriamente como o primeiro, destacam-se as cinco competências identificadas por Nunes (2003) que vão de encontro ao levantamento que tem sido efectuado até então:

1. Competências pedagógicas – relacionadas com a dinamização e avaliação do processo de aprendizagem;
2. Competências sociais –

relacionadas com a componente comunicacional e a criação/animação de comunidades de aprendizagem;

3. Competências científicas – relacionadas com os conteúdos do curso;
4. Competências ao nível da gestão – definição da agenda de actividades, dos objectivos de aprendizagem, procedimentos e regras;
5. Competências tecnológicas – promovendo o conforto na utilização da tecnologia, para que esta seja estimuladora do processo de aprendizagem.

No entanto, as referências utilizadas neste artigo reúnem competências que ultrapassam as da proposta de Nunes (2003), para além de que se considera esta desajustada com o processo de Bolonha. Sentindo a necessidade de ajustar e actualizar, apresenta-se esta proposta reformulada, de forma mais concisa, para as competências de um e-professor:

- Competências Pedagógicas
 - domínio ou formação nas ciências da educação
 - organização e desenvolvimento do currículo;
 - definição da agenda de actividades compatível com presencial e on-line;
 - capacidade de adaptação dos perfis de formação;
 - criação e dinamização de estilos e ambientes de aprendizagem;
 - capacidade de reorganização e adaptação dos processos de

- avaliação;
- definição dos objectivos de aprendizagem;
- orientação/foco aos objectivos;
- Competências de Transposição Didáctica
 - domínio do processo de ensino-aprendizagem singulares e colectivos;
 - capacidade de conseguir transmitir de forma simples e compreensível os saberes, conhecimentos e experiências;
- Competências Profissionais
 - domínio profissional da área de ensino ou da disciplina;
 - experiência real na área de competências;
- Competências Científicas
 - domínio científico da área de ensino ou da disciplina;
 - domínio científico relacionado com os conteúdos do curso;
- Competências Sociais
 - consciência do (novo) sistema em que se está inserido;
 - ter forte capacidade criativa e adaptativa;
 - forte componente comunicacional;
 - criação/animação de comunidades de aprendizagem;
- Competências Tecnológicas
 - domínio das TIC e da tecnologia educacional promovendo o conforto na

- utilização da tecnologia, para que esta seja estimuladora do processo de aprendizagem;
- conhecimento e utilização das diversas ferramentas de um LMS.

O final do ponto anterior levanta a questão da importância que as várias competências têm para o professor e consequentemente para a construção do modelo pedagógico para um ambiente misto ou totalmente à distância. Fica claro que a falta de domínio destas competências limita e influencia o sucesso da construção ou conversão para um modelo em *b-/e-learning*.

Faz agora sentido uma relação entre estas competências e os maus resultados apontados no estudo de PAOL (2007) e Fino (2007). Reforça-se esta interligação com a premissa de que o ensino centrado no professor ainda está muito enraizado em Portugal, ao que ainda se pode juntar o facto de que muitos profissionais liberais sejam tomados como professores sem que lhes tivessem sido transmitidas as devidas competências básicas nas ciências da educação.

5. Boas Práticas

Os diversos resultados produzidos por Leite et al. (2009a) revelam algumas conclusões que são importantes no contexto deste estudo. Mas em primeiro lugar, deve ser feita uma ressalva a que, os seis docentes de onde foram retiradas estas conclusões foram vencedores do Prémio Excelência *e-Learning* (PEE).

O início deste projecto de implementação de *b-Learning* remota ao

ano de 2004, tendo vindo sendo feita a sua devida avaliação desde então. Segundo Leite et al. (2009^a, p. 80), no que diz respeito à questão pedagógica, «as estratégias que recorreram estes professores para garantir o sucesso do *b-Learning* passaram por: reconhecimento da necessidade de haver alguma utilidade pessoal e colectiva das propostas feitas aos estudantes; acréscimo do esforço pessoal e dedicação docente no processo de planeamento; mudança do método de ensino», sem esquecer a «dinamização, por parte dos docentes do ambiente virtual, provocando, desta forma, uma maior proximidade aos estudantes.» A corrente análise destas estratégias revela que «todas elas têm em comum o facto de o ensino estar centrado na aprendizagem activa do estudante (...)» (Leite et al., 2009a, p. 80).

Outra das boas praticas que se destaca é a que a «construção de uma de aprendizagem bidireccional com recurso a situações que suscitam aprendizagem fora dos cânones tradicionais faz-nos reflectir sobre a emergência de novos cenários de aula, onde seja possível aprender com prazer, sem descurar o rigor.» Alguns dos professores referem-se a estas “situações” como propostas de exercícios desafiadoras com uma dose de humor, permitindo ao aluno «aprender com prazer, sem descurar o rigor» (Leite et al., 2009^a, p. 80).

6. Metodologia

Com este estudo pretende-se realizar uma análise comparativa entre as características de um *b-Professor* resultantes do levantamento bibliográfico

e a comunidade docente de Turismo do ISCE. Este foi assente num questionário, o qual enviado por correio electrónico e armazenado na plataforma Google Docs, ao universo de professores.

A amostra caracterizou-se por 13 docentes activos do ISCE, entre os 26 e os 55 anos, 66% masculinos e 31% femininos. As suas habilitações literárias correspondem maioritariamente a mestrados e doutorados.

As perguntas colocadas no questionário são uma cópia adaptada aos da proposta reformulada para as competências de um e-professor. Estas foram divididas nos mesmos grupos definidos acima, sobre as competências pedagógicas, transposição didáctica, competências profissionais, científicas, sociais e tecnológicas. Para facilitar a resposta foi criada uma escala de 0 a 5, em que 0 indica sem competências, e 5 com totais ou completas competências. Foi ainda adicionado ao questionário, no início, uma pergunta de escolha múltipla sobre como identifica a sua metodologia de ensino, e no fim um grupo de duas perguntas de escolha múltipla que questionam sobre que ferramentas utiliza e de que forma dinamiza a plataformas de apoio ao ensino na unidade curricular respectiva.

Foi ainda tomada em consideração a experiência empírica como observador da equipa docente do ISCE para um confronto com o estudo apresentado por Leite *et al.* (2009^a) que diz respeito às boas práticas dos vencedores do Prémio Excelência *e-Learning* (PEE).

6.1. O b-Learning do Curso de Turismo no ISCE

Os resultados do questionário de alguma forma ainda apontam para os problemas ou as questões anteriormente aqui apresentadas. A primeira, relacionada com a metodologia de ensino, se está ou não centrada no aluno, aproximadamente ainda 23% por cento se está a adaptar a este novo paradigma, no entanto revelam que encontraram um equilíbrio que lhes permite não comprometer a sua actividade como professor, quer o processo de ensino-aprendizagem do aluno.

Quanto às competências, cerca de 38% revela que não tem domínio ou formação nas ciências da educação. Para todas as restantes perguntas sobre as competências, a soma dos 100% centra-se maioritariamente para cima do nível 3, destacando-se a “Tenho experiência real na área de competências” e “Tenho domínio/experiência profissional da área em que lecciono” em que soma os 100% acima do nível 4, assim como, com um maior reforço no valor 5, a pergunta “Consigo transmitir de forma simples e compreensível os saberes, conhecimentos e experiências”, “Tenho uma forte componente comunicacional”, e “Tenho domínio científico relacionado com os conteúdos do curso”.

No que concerne ao LMS, 92% dos professores disponibilizam “conteúdos utilizados nas sessões presenciais (apresentações, documentos de texto, etc...)”, e igualmente com a mesma percentagem disponibilizam “conteúdos relacionados com o conteúdo da UC”. Apenas 46% fomentam a discussão nos fóruns, e 77% acompanha “os exercícios

e/ou esclarece dúvidas”. Aproximadamente apenas 23% dos professores tem horas de atendimento marcadas na plataforma on-line.

7. Conclusões

Em consonância com o estudo de Leite et al. (2009, p. 80) está presente um: “predomínio da centralidade do processo de ensino na responsabilidade dos docentes (disponibilizar recursos, avaliar, promover o debate, entre outros) o que nos faz depreender que apesar da crença de que a adopção de uma componente não presencial possa aproximar o ensino aos pressupostos de Bolonha, ainda é precisa uma aproximação progressiva à mudança de papéis que, mesmo no ambiente on-line, nos parecem algumas vezes ainda formatados à sala de aula tradicional (conforme também aponta a literatura aqui revista).”

No entanto, ao contrário do estudo anterior, no universo dos professores de que o estudo foi alvo, já se denota uma tendência para a adaptação dos professores ao novo paradigma de Bolonha (100% nos níveis 4 e 5), especialmente no processo de ensino-aprendizagem, bem como um crescimento no domínio ou formação nas ciências da educação.

De um modo geral, focados em objectivos, maioritariamente criativos e adaptativos e com uma plena consciência do meio em que estão inseridos, reforçados com um domínio/experiência profissional e uma experiência real na área de competências, os professores de turismo do ISCE estão não só preparados

para o novo ambiente de ensino com uma aprendizagem focada no aluno. Estão também preparados para responder de forma intrínseca, prática e directa às necessidades do mercado, tão importante hoje e fortemente focada noutros estudos não abordados neste documento.

No entanto, quando se refere a utilização da plataforma LMS, a utilização desta tem como principal função para a disponibilização de recursos, assim como a disponibilização de exercícios e/ou esclarecimento de dúvidas, ficando aquém das expectativas o fomentar da discussão nos fóruns. Porém é do conhecimento geral, que se não houver uma recompensa ou uma obrigatoriedade associada (a qual não é prática corrente), o aluno tende a descurar a utilização e a resposta nos fóruns.

Enquanto não for feito um correcto levantamento de todas as modalidades e metodologias de *b-Learning*, a forma de como este é implementado numa unidade curricular específica irá sempre depender não só da metodologia adoptada, como pela interpretação do *b-Professor* atribuído. Levanta-se aqui um problema pois não existe ainda um modelo metodológico específico para cada unidade curricular. Cada área ou disciplina é diferente e terá de obedecer obrigatoriamente a diferentes metodologias, consoante seja mais prática, ou mais teórica, mista, ou equilibrada entre estas duas práticas. Ramos como matemática ou as línguas são difíceis de implementar em modalidades de ensino à distância devido à sua componente demasiado teórica, ou demasiado prática.

Esta adaptação de unidades

curriculares apresenta dificuldades (continuará a apresentar a curto e médio prazo) a professores e alunos. O resultado da investigação de Macedo (2009), ainda que maioritariamente do lado dos alunos, aponta exactamente para esses problemas. Embora estes identifiquem os benefícios do modelo de aprendizagem em *b-Learning*, «enunciando a flexibilidade espacial e flexibilidade temporal como a suas maiores vantagens», na realidade, muitos deles atestam «que o modelo de aprendizagem em *b-Learning* exige um grande esforço de aprendizagem e por isso não pretendem que este modelo seja aplicado a todas as disciplinas do curso.» A razão pela qual esta opinião é dada é porque numa avaliação global «consideram que as ferramentas síncronas e assíncronas da plataforma não estão adequadas às metodologias da disciplina».

Embora Ledesma (2011) apresente uma metodologia de implementação de *b-Learning*, ainda não é fácil para o futuro *b-Professor* todo o processo de adaptação ou transmutação da sua unidade curricular. Uma falha detectada é que não existe propriamente um gabinete, um grupo ou mesmo uma plataforma que permita um acompanhamento e apoio ao procedimento. O professor depende de si e das suas aptidões e competências, que nem sempre são suficientes. Sugere-se que a entidade (escola, universidade, faculdade, etc.) disponibilize não só um meio de apoio (que pode ser solucionado internamente através da selecção dos seus quadros mais experientes), mas também uma forma de monitorização de todo o processo a fim de poder retirar métricas e comparar resultados. Pensando local e agindo global, o projecto poderia ter

alcance a nível nacional através de parcerias e protocolos e contemplaria, por exemplo, um registo de boas práticas e casos de sucesso.

De outro ponto de vista, toda esta evolução e (re)adaptação do ensino aos novos paradigmas actuais, essencialmente centrado no aluno e na sua experiência, ou na partilha de experiências, leva a crer que estamos cada vez mais próximo dos princípios da andragogia. Questiona-se, até que ponto, o aprofundamento de alguns destes princípios seriam benéficos para o desenho de metodologias de *b-Learning*. Sugere-se aqui um apontamento para um futuro estudo sobre de que forma algumas das orientações da andragogia poderiam ser implementadas no contexto de *b-Learning* e quais os seus resultados.

Referências

- Adão, C. & Bernardino, J. (2003). Blended-learning no ensino de engenharia: Um caso prático. *Actas da III Conferência Internacional de Tecnologias de Instituto Superior de Engenharia de Coimbra*. Departamento de Engenharia Informática e de Sistemas. [on-line]: <http://www.nonio.uminho.pt/challenges/05comunicacoes/Tema2/02Carlos>.
- Ardizzone, P. & Rivoltella, P.C. (2004). *Didáctica para o e-learning*. Archidona: Ediciones Aljibe.
- Decreto-Lei n.º 74, de 24 de Março de 2006 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Diário da República — I Série-A, n.º 60 [on-line]: http://www.fct.pt/apoios/bolsas/DL_7_4_2006.pdf
- Fino, C. (2007). E-learning como Imprecisão Linguística: Uma visão prospectiva. In *Actas do IX Congresso da SPCE Educação para o sucesso: políticas e actores*". Universidade da Madeira. [on-line]: <http://www.uma.pt/carlosfino/publicacoes/24.pdf>
- Heinze, A. & Procter, C. (2006). Online Communication and Information Technology Education. In *Journal of Information Technology Education*, 5, pp. 235-249.
- Inocência, M. L. (2009). *A mediação pedagógica em bLearning. Uma abordagem de formação inicial de professores à distância em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- King, C. & Mcsporrann, M. (2005). *Blended is better: Choosing educational delivery methods*. [on-line]: <http://hyperdisc.unitec.ac.nz/research/KingMcsporrannEdmedia2005.pdf>.
- Ledesma, F. (2011). A metodologia blended-learning como mais uma alternativa na formação contínua de professores. In *Profforma n.º 04*. [on-line]: http://www.cefopna.edu.pt/revista/revista_04/pdf_04/es_01_04_fl.pdf.
- Leite, C. & Ramos, K. (2007). Docência universitária: Análise de uma experiência de formação na Universidade do Porto. In M^a Isabel Cunha (Org.), *Reflexões e práticas em pedagogia universitária* (pp. 27-42). Campinas: Papirus. [on-line]: http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC28/28_carlinda.pdf

- Leite, C., Lima, L. & Monteiro, A. (2009). A Prática Pedagógica com recurso ao b-learning no Ensino Superior. Investigar, Avaliar, Descentralizar. In *Actas do X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Instituto Politécnico de Bragança*. [on-line]: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26312/2/69251.pdf>
- Leite, C., Lima, Lurdes & Monteiro, A. (2009a). O trabalho pedagógico no ensino superior - Um olhar a partir do prémio excelência e-learning da universidade do Porto. *Educação, Sociedade & Culturas*, 28, 71-91. [on-line]: http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC28/28_carlinda.pdf
- Macedo, A.P. (2009). *Avaliação da satisfação de alunos em b-learning*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa. [on-line]: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/4043/1/TEGI0259.pdf>
- Masetto, M. (2003). *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus.
- Miranda, G. (2007). Limites e possibilidades das TIC na educação. *Sísifo*, 3, 41-50.
- Morais, N. & Cabrita, I. (2008). Ambientes virtuais de aprendizagem: comunicação (as)íncrona e interação no ensino superior. In *Prisma*, 6, 158-179.
- Nunes, M. (2003). *Professor, ensine-me a dar aulas*. Porto: ASA Editores.
- Paiva, J. (2003). *E-learning: O estado da arte*. [on-line]: <http://nautilus.fis.uc.pt/el/>
- Paol (2007). *O e-learning em Portugal*. [on-line]: <http://web.iscap.ipp.pt/paol/plataformas.html>
- Rosenberg, M. J. (2006). *Beyond e-learning: Approaches and technologies to enhance organizational knowledge, learning, and performance*. São Francisco: Pfeiffer.
- Salmon, G. (2000). *E-moderating: The key to teaching and learning online*. London: Kogan Page.
- Thorpe, M. (2002) Evaluating the use of learning Technologies. In E. J. Burge & M. Haughey, *Using learning technologies international perspectives on practice* (pp. 125-134). Edição publicada na livraria electrónica (e-Library) Taylor & Francis.
- UNESCO. (1998). *World Declaration on Higher Education for the Twenty-first Century: Vision and action*. [online]: http://www.unesco.org/education/educprog/wche/declaration_eng.htm
- Whitelock, D., & Jelfs, A. (2003). Editorial for special issue on blended learning: Blending the issues and concerns of staff and students. *Journal of Educational Media*, 28 (2-3), 99-100.
- Wilson, D. & Smilanich, E. (2005). *The other blended learning: A classroom-centered approach*. São Francisco: Pfeiffer.

Tabela 1

Categorização dos saberes docentes (Cunha, 2003, p.11)

Tardif, Lessard & Lahaye (1991)	Pimenta (1999)	Gauthier et al. (1998)	Saviani (1996)
1. saberes da formação profissional 2. saberes das disciplinas 3. saberes curriculares 4. saberes da experiência	1. saberes da experiência 2. saberes do conhecimento 3. saberes pedagógicos	1. saberes disciplinares 2. saberes curriculares 3. saberes das Ciências da Educação 4. saberes da tradição pedagógica 5. saberes experienciais 6. saberes da acção pedagógica	1. saber atitudinal 2. saber crítico-contextual 3. saber específico 4. saber pedagógico 5. saber didático-curricular

Tabela 2

Comparação dos cenários das aulas no ensino superior (retirado e adaptado de Ardizzone, & Rivoltella, 2004, p. 58)

Cenário	Situação	Ações	Didáctica
Presencial	Aula física	Exposição	Para os conteúdos
Ensino a distância	Aula integrada	Mediação	Para problemas
Curso on-line	Terceira aula	Gestão	Auto-aprendizagem
Grupo virtual	Quarta aula	Comunicação	Colaborativa
Comunidade	Quinta aula	Participação	Comunidade de prática

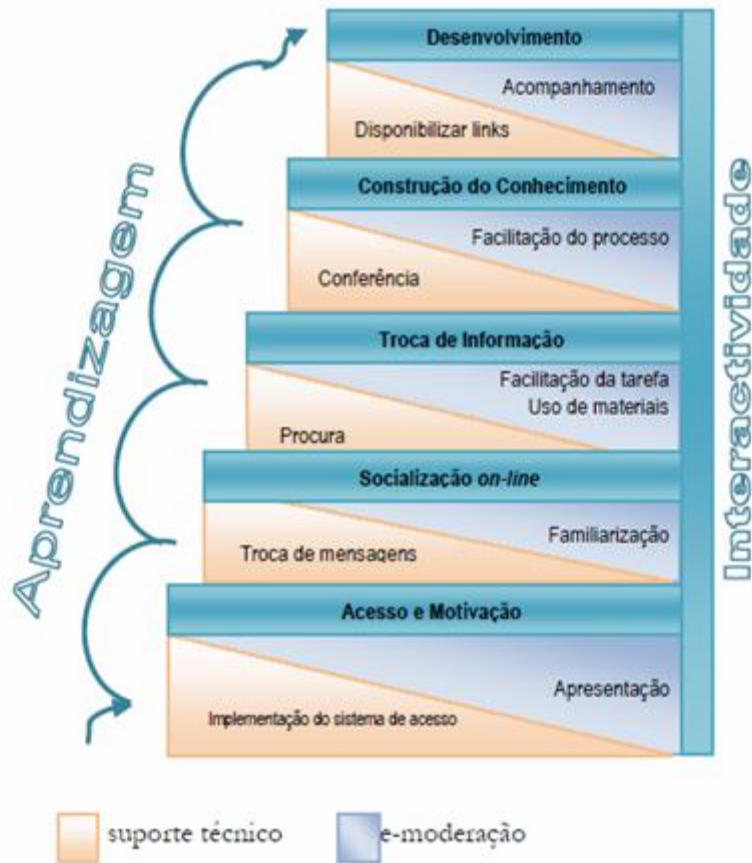


Figura 1. Fases da implementação de actividades. Adaptado de Salmon (2000)

Una aproximación del impacto del turismo de golf en el sur de la Península Ibérica: El caso del Algarve y Andalucía Occidental

213

Andrea Soares Miranda⁴

Doctoranda en Dirección y Planificación del Turismo

José Luis Sánchez-Ollero

PhD en Economía, Departamento de Economía Aplicada

Alejandro F. García-Pozo

PhD en Economía, Departamento de Economía Aplicada, Universidad de Málaga

Miranda, A. S., Ollero, J. L. S. & Pozo, A. F. G. (2014). Una aproximación del impacto del turismo de golf en el sur de la Península Ibérica: El caso del Algarve y Andalucía Occidental. *Tourism and Hospitality International Journal*, 3(3), 213-226.

⁴ Doctoranda en Dirección y Planificación del Turismo

Resumen

En los últimos años, el golf ha ganado gran importancia para el sector turístico destacándose como uno de los productos claves para la promoción de un destino, especialmente por su capacidad para la captación de nuevos segmentos de mercado con alto poder adquisitivo, su poder de atracción para el turismo de calidad y su gran potencial para romper la estacionalidad, la principal debilidad del mercado turístico en la península Ibérica. Actualmente, España y Portugal lideran el mercado europeo en este segmento, con un 28,5% y 17% respectivamente de cuota de mercado. El turismo de golf se convierte en unos de los segmentos turísticos estratégicos de mayor importancia peninsular. Este artículo realiza una aproximación del impacto del turismo de golf en el sur de la península ibérica, partiendo de la realización de encuestas propias que nos han permitido disponer de una base de datos adecuada a tal fin. En Portugal se ha analizado la región del Algarve y dentro de España, Andalucía Occidental (las provincias de Cádiz y Huelva). Así mismo, se analizan las posibilidades que ofrece tanto la competencia transfronteriza como posibles acuerdos cooperativos a través de alianzas estratégicas y transfronterizas, concluyendo que el aprovechamiento de las sinergias interterritoriales servirían para la mejora del golf como producto turístico.

Palabras-clave: Golf, Turismo, Península Ibérica, Sinergias.

Abstract

In recent years, golf has gained great importance for the tourism sector standing out as one of the key products to promote a destination, especially its ability to capture new market segments with high purchasing power, their attractiveness for quality tourism and its great potential to break the seasonality, the main weakness of the tourism market in the Iberian peninsula. Currently, Spain and Portugal lead the European market in this segment, with 28.5% and 17% market share. Golf tourism turns into one of the most strategic tourism peninsular segments significance. This article is an approximation of the impact of golf tourism in the south of the Iberian Peninsula, based on the realization of own polls that have allowed us to have a proper database for this purpose. In Portugal has analysed the Algarve region and in Spain, West Andalusia (the provinces of Huelva and Cádiz). Likewise, analysed the possibilities offered by both cross-border competition as potential cooperative agreements through strategic alliances and cross-border, concluding that the use of inter-regional synergies serve for golf improvement as a tourism product.

Key words: Golf, Tourism industry, Iberian Peninsula, Synergies .

1. Introducción

Hoy en día, el turismo y el deporte son elementos clave en la cultura de nuestro tiempo y tienen un peso específico en los comportamientos de la sociedad actual. Del punto de vista de diversos autores, el turismo y el deporte son dos fuerzas que contribuyen para el acercamiento de los países y de los grupos sociales pues “*al conocer se hacen más próximos*” (OMT, 2001)

Actualmente, debido al ritmo de vida que llevamos, las personas cada vez buscan menos las tradicionales vacaciones; éstas son vistas como un momento de evasión, a través del descubrimiento del mundo, de los demás, de países, de culturas, y un momento de renovación, descubrir cosas nuevas, recobrar la forma y practicar un deporte. El deporte sirve para recuperar energías.

Las prácticas deportivas que más demandan hoy los turistas son aquellas que pueden tener contacto con la naturaleza y el aire libre. El consumidor que elige esta modalidad en sus vacaciones busca una mejora de la calidad, tanto en la experiencia como en el medio físico y social que lo rodea dando valor a aspectos como destinos limpios, ambientes naturales protegidos incluso a aspectos culturales distintivos, entre otros (Prados, 2005)

El turismo de golf es uno de los segmentos turísticos que está ganando cada vez mayor importancia debido a sus características. Según Turespaña (2004), este segmento se ha popularizado considerablemente y cada vez más los jugadores viajan en busca de experiencias de golf. La importancia del golf tanto como segmento turístico como práctica deportiva es tanta que ha vuelto a ser

incluido en los Juegos Olímpicos 2016 (estaba ausente desde 1904) (RFEG, 2013)

El golf representa un segmento turístico estratégico por su capacidad catalizadora de atraer nuevos mercados y proyecta un turismo de calidad no solo por el uso de material exclusivo sino también porque los turistas aficionados al Golf son clientes fieles con alto poder adquisitivo. Estos demandan unos servicios de alto standing, hoteles de 4 y 5 estrellas, restauración de alto nivel y son turistas que demandan oferta complementaria. Su estancia y gasto medio superan al turista en general representándose como un fuerte impulso al desarrollo y a la renta económica del destino o región.

Otro aspecto muy positivo que el turismo de golf tiene es el gran potencial para romper la estacionalidad, la principal debilidad del sur de la península Ibérica (nuestras zonas en estudio). Debido a las condiciones meteorológicas, la práctica de este deporte se produce generalmente entre octubre y abril, precisamente cuando el turismo de sol y playa se encuentra en temporada baja.

El objetivo principal de este trabajo es analizar como dos destinos en principio homogéneos, Algarve (Portugal) y Andalucía (España) sin embargo, reflejan resultados tan distintos a nivel europeo y mundial en este y otros segmentos del turismo. Dentro de Andalucía, por motivos territoriales y para un análisis más homogéneo, las provincias analizadas serán Cádiz y Huelva.

2. Revisión Literaria

El turismo y el deporte, así como desarrollar una forma particularizada, y

ser asociado a menudo con las estrategias para el desarrollo sostenible de las regiones, su polos de desarrollo se encuentran y comparten, a menudo en la misma esfera de intervención en diversos sectores de la sociedad (Higham, 2009).

Para Carvalho, 2009, la evolución del deporte y el turismo surge para ambos en la revolución industrial y bajo su punto de vista presentan una evolución individualizada pero con una fuerte correlación. (Carvalho, 2009)

Varias fueran las definiciones que han surgido de turismo deportivo. La primera definición se debe a Hall (1992) citado por Paniza (2006) donde solo contempla el “sport tourism” y define como “aquellos desplazamientos realizados por razones recreativas (no comerciales) para participar u observar actividades deportivas fuera del lugar de residencia habitual”.

A partir de los finales de los años 80, el turismo deportivo empezó a ser visto como una gran oportunidad de negocio, que generar nuevos productos y servicios en el sector turístico y un factor de desastacionalización turística para destinos que tiene una fuerte dependencia del producto sol y playa y oportunidades para el desarrollo.

La unión de estos dos motores de desarrollo demuestra tal importancia que lleva a la celebración en 1986 del 1r. Congreso Mundial de Turismo deportivo celebrado en Israel, la aparición en 1993 del “Journal of Tourism Sports”, el acuerdo de cooperación entre el Comité Olímpico Internacional y la Organización Mundial del Turismo en 1999, o la 1ª Conferencia Mundial sobre Deporte y Turismo celebrada en el 2001 en Barcelona.

Según, la Organización Mundial del Turismo (2008:9), el de turismo deportivo se define por “quienes buscan lugares donde practicar su deporte favorito. Se consideran deportes turísticos, los invernales, acuáticos, alpinismo, cacería, pesca y en general todos aquellos que ejercítalos requiere un desplazamiento. También comprende los viajes turísticos para asistir como espectadores a grandes acontecimientos deportivos”.

Dentro de esta definición, para la Confederación de Empresarios de Andalucía (1999) citado por Domínguez (2002), define la relación entre turismo y deporte se relacionan estableciendo dos categorías turísticas específicas: Deporte turístico y Turismo deportivo definiendo Deporte turístico como “el que genera turismo por la realización de espectáculos deportivos” y Turismo deportivo como “la práctica del deporte por los propios jugadores o aficionados”.

Cunha (2009) corrobora con esta afirmación pero bajo su opinión el turismo deportivo pode dividirse en dos categorías según las motivaciones de los turistas. Cuando se asiste a manifestaciones deportivas (los juegos olímpicos, campeonatos de futbol, entre otros) donde el deporte surge como forma de espectáculo, los turistas asumen una participación pasiva o de forma activa con la práctica de actividades deportivas como la caza, la pesca, deportes náuticos, el alpinismo, el tenis, los deportes de invierno, el Golf, entre otros.

Este autor refiere aun que cuando los desplazamientos tienen como motivación la práctica de un deporte puede dar origen a destinos turísticos estructurados

con base en el deporte (centros de Golf, o de esquí).

Las tendencias actuales de demanda por las preferencias de vacaciones más activas lo que conllevan al desarrollo de los destinos turísticos donde la práctica de los deportes cuenta con los mejores medios para su realización.

Tal y como refiere Domínguez (2002), podemos definir golf como “aquel subsector turístico que incluido dentro de la categoría de turismo deportivo es practicado de forma directa por los propios turistas” donde su única motivación es jugar al golf.

Sin embargo se jugar al golf genera un desplazamiento y la utilización de las infraestructuras turísticas, la actividad deportiva es convertida en actividad turística.

El golf es un deporte que posea gran vocación turística. Es en este contexto que el Golf articulado conjuntamente con Turismo nace como un negocio reconocida a nivel universal y muestra una relación causa-consecuencia con el crecimiento del turismo en escala mundial. (Martins y Correia, 2004).

Estos autores refieren que la aplicación de la modalidad en una región determinada, se confunde en más a menudo con las estrategias de desarrollo económico y de hecho hay fuerte ritmo económico y turístico motivación con el crecimiento del Golf, que se ve, a menudo, como un producto turístico.

Martins y Correia, 2004 citado por Da Silva, 2011 reseñan que "las condiciones económicas y sociales han convertido a esta deporte en una importante industria y el turismo asociado con un potencial desarrollo muy alto”.

Entonces, de acuerdo con Domínguez (2002), podemos entender el turismo de golf como:

(...) fenómeno social que, motivado por la práctica de un deporte y cuyo fin es jugar al golf, provoca una serie de desplazamientos y movimientos de los interesados, originando una importante actividad económica a su alrededor. Confluyen en él una serie de aspectos de naturaleza deportiva, lúdica, turística, económica y social, puesto que, de alguna forma, este comportamiento determina y configura no sólo el perfil de jugador/turista de golf, sino aspectos que afectan, en gran medida, a su estilo de vida.

Para un mejor análisis de este segmento, se distinguen los jugadores en tres categorías. Esas categorías van en función del grado de afición al golf. Los golfistas pueden ser “Amateurs” considerados jugadores ocasionales, “Avid golfers” son aquellos que juegan 8 a 24 al golf por año y los “Core golfers” o golfistas con dedicación que juegan 25 o más veces al año. Estas dos últimas categorías son las que viajan al extranjero donde su principal motivación es jugar al golf.

Se pone de manifiesto la importancia que el turismo de golf podrá representar, pues como segmento turístico estratégico para un destino con la capacidad de captar diferentes mercados y producir sinergias económicas.

2.1 - Perfil del turista de Golf

Es importante referir el perfil del turista del producto trazado por IAGATO

a través de unas encuestas realizadas en 2005 a los principales mercados turísticos del golf. (Turismo de Portugal, I.P, 2006).

Los datos más relevantes a nivel mundial y europeo

El turismo de golf ha protagonizado un desarrollo notable a nivel mundial. Su importancia puede ser observada a través del aumento que quiere por el número creciente en campos, instalaciones asociadas como también por el volumen de negocios.

La evolución del número de jugadores que ha crecido de una forma sorprendente en los últimos años, principalmente en los países que cuentan con mayor tradición golfista. Según, la Golf Research Group citado por Guerreiro (2009) se estima que existen a nivel mundial 57 millones de jugadores.

En 2010, a nivel mundial realzan Estados Unidos (América del Norte) y Japón (Asia) como las zonas impulsoras del sector del Golf en cuanto a número de jugadores correspondiendo entre ambas al 90% del total de jugadores. Europa se encuentra en segundo lugar con un el 5,9% de los jugadores. Es de referir que en los últimos años ha experimentado un notable crecimiento.

En lo que se refiere al número de campos, encontramos nuevamente a América del Norte contando con más de la mitad de campos situándose nuevamente Europa se sitúa en segundo lugar en segundo lugar con el 19% y Asia baja al tercer lugar con el 11% de total de la oferta a nivel mundial. (RFEGOLF, 2010)

Según el BES (2013), en 2011, a nivel europeo existían 7,9 millones de jugadores de golf y 4,4 millones de

practicantes distribuidos por 6,757 campos.

En lo que se refiere su impacto económico, en 2011, la industria del golf ha contribuido con más de 15 mil millones de euros para la economía europea y fue el responsable por más de 180 mil empleos incluyendo también otros beneficios sociales.

Cabe señalar que se el valor por jugador europeo que es de aproximadamente (1925€) es similar al registrado en los EUA (2010€), mercado con más de 26 millones de jugadores. IAGTO (2013), estima que el gasto de los turistas de golf sea 120% superiores al de los restantes turistas.

El golf siempre fue visto como un juego elitista donde apenas está al nivel de la clase alta debido a los precios aplicados y a las reglas impuestas por los mismos clubes pero aun así no impide que esta industria siga creciendo.

Actualmente, el golf es una industria que por sí sola nueve inúmeras industrias y genera altas cifras de ingresos. El desarrollo del turismo de Golf depende en su gran mayoría del número de jugadores y la disponibilidad de los campos. La economía del golf puede estructurarse en actividades directas - explotación de las instalaciones y green-fees e indirectas, las inversiones en nuevos campos o ampliaciones, competiciones, material deportivo, el negocio inmobiliario y el turismo de golf.

Datos consultados en BES (2013), solo el sector turístico ingresa 1,553 millones de euros con esta industria. El sector inmobiliario, (sector bastante cercano al golf aunque cada vez más la imagen del golf no se ve tan asociada a este posiblemente debido a la crisis inmobiliaria) ingresa 95 millones de

euros y los torneos, eventos y la prensa cuenta con 359 millones de euros.

Según un estudio realizado por Turismo de Portugal, IP (2006), el mercado del producto se define como Golf Travel y se divide en tres segmentos: golf Sun & Fun, Golf & Exotic y Golf & Prestigio.

GOLF SUN & FUN: Son las experiencias en destinos de sol y playa con una variada oferta de campos, alojamiento de 4 y 5 estrellas y actividades complementarias. Este producto se puede encontrar en países como España (a costa del sol, Cádiz, Huelva) Francia, Italia y Portugal (Algarve) representa el 70% del total de las viajes del golf.

GOLF & EXOTIC: La oferta de este producto se sitúan en destinos exóticos en que el turista se encuentra una oferta y en un entorno diferente al habitual, como por ejemplo destinos como Dubai, Egipto, Grecia, Turquía, entre otros. Este tipo de producto representa el 8% del total de los viajes de golf.

GOLF & PRESTIGE: Un producto de alta calidad donde las experiencias de jugar al Golf están relacionadas con la práctica de golf en campos exclusivos y singulares donde solo clientes VIP lo pueden hacer, como por ejemplo, los campos de golf de Irlanda, Carolina de Sur, Escocia y Inglaterra.

La demanda primaria de los viajes internacionales del golf donde tiene como principal motivación del viaje es compuesta por aproximadamente por un millón de viajes representando el 0,40% del total de viajes de ocio de los turistas europeos.

Para varios expertos, el mercado del Golf Travel ha crecido a un ritmo del 7% al año y se estima que el volumen de

mercado se duplique en los próximos años alcanzando los 2 millones de viajes se mantienen las tendencias. (Turismo de Portugal - I.P, 2013)

3. Planteamiento del Problema

El turismo de golf viene representando una gran importancia para la Península Ibérica a lo largo de últimos años, siendo actualmente uno de sus productos turísticos estratégicos de mayor importancia.

En lo que concierne a Portugal, según Espirito Santo Research (2013) en 2012 los turistas han gastado 316 millones de euros en viajes exclusivos de golf para Portugal y fue considerado el mejor destino de Golf en Europa. De acuerdo con Turismo de Portugal, el principal destino de golf del País es el Algarve con el 46% de la oferta nacional en campos de golf y con una cuota superior al 34% del total del país. Dada la importancia que este segmento representa para la economía del país, el turismo de golf es considerado como un elemento clave en la promoción y dinamización de la región y del país.

En lo referente a España, según un estudio llevado a cabo por IAGTO - *Internacional Association Golf Tour Operators* (Hosteltur, 2013), el turismo de Golf en España tiene un valor anual de 340 millones de euros. Es el destino líder con el 28,5% de entre los turistas de golf europeos. Andalucía (comunidad donde se encuentran nuestras provincias en estudio) se clasifica como el primero destino peninsular con 1,8 millones de viajeros en 2012 lo que supone el 21,4% del turismo internacional que llegó a la Comunidad. Cabe añadir que la comunidad ha registrado un incremento

en el número de pernoctaciones en este mercado del 6,5% en el último año.

Es importante referir que el Algarve carece de estudios técnicos y actualizados sobre el segmento de Golf, ni de carácter público ni de carácter privado. Algo que Andalucía si tiene y que es de gran importancia: un balance del turismo de golf anual, que aunque tiende a ser muy generalista pues habla de Andalucía en general lo que conlleva a que las provincias carezcan de información detallada, da una visión general del comportamiento del sector y de su evolución estratégica.

Como tal, el planteamiento radica en conocer si las características y extensión de la oferta en este segmento son diferentes en ambas zonas de la frontera y evaluar la posibilidad de que cambios en esa oferta pudieran conllevar cambios en el comportamiento de los consumidores. Se pretende analizar también las posibilidades que ofrece tanto la competencia transfronteriza como posibles acuerdos cooperativos a través de alianzas estratégicas y transfronterizas, aprovechando de las sinergias interterritoriales para la mejora del golf como producto turístico.

Para poder responder a todas las cuestiones planteadas y las que nos fueran surgiendo a lo largo de la investigación, optamos por recurrir a una encuesta a los usuarios de los campos de golf y reforzarla con las opiniones de un panel de expertos de ambos lados de la frontera.

4. Metodología

4.1. Método de Muestreo

Nuestro enfoque se basa fundamentalmente en el análisis del impacto del turismo de Golf en la península Ibérica y saber cuál son las motivaciones de los turistas en la elección de Cádiz y Huelva en relación a la Región del Algarve. Se trata de un muestreo no probabilístico más concretamente muestreo por conveniencia.

Bonilla (2012, p. 76) lo define como “el procedimiento consistente en contactar con aquellos sujetos que sean más asequibles para ser encuestados en un momento dado”. Este procedimiento se utiliza a menudo en estudios exploratorios y en estudios piloto, cuando se comprobaba la validez del cuestionario. Nuestra encuesta tiene como principal objetivo descubrir la valoración de los usuarios de golf en relación al destino como destino turístico y como destino de Golf.

4.2. Participantes e Instrumentos de Trabajo

La población objeto de estudio son los usuarios de los campos de golf existentes en las tres zonas a analizar: Algarve, Cádiz y Huelva. Sobre esa población se realizaron una serie de encuestas de las que finalmente fueron cuestionarios completos los de 29 sujetos, mayoritariamente del sexo masculino y de origen extranjero, distribuidos por los siguientes campos de Golf: Algarve - Gramacho Campo de Golf, Cádiz - Golf Novo Santi Petri, Huelva: Club de Golf

Bellavista, Golf El Rompido y Club de Golf Costa Esuri.

Las encuestas fueron realizadas entre los días 3, 4 y 5 de Octubre de 2013. Estas fechas fueron elegidas dado que son la temporada alta para este tipo de segmento.

Para llevar a cabo este trabajo de investigación, los instrumentos de trabajo utilizados fueron la realización de una encuesta con preguntas cerradas de elaboración propia adapta de la encuesta “*Satisfacción y Gasto de los Usuarios de Campos de Golf*” realizada en 2008 por el Instituto de Estadística de Canarias. Hemos elegido esta encuesta porque creemos que era la que más se adecuaba a nuestros objetivos pues tal como la encuesta de Canarias, nuestro objetivo es analizar a través de nuestra encuesta la satisfacción de los usuarios en lo que concierne al destino turístico y destino de golf. Las preguntas de carácter valorativo fueron realizadas según la escala de Likert valorada de 1 a 5.

Junto con las encuestas a los usuarios de campos de golf hemos recogido las opiniones de un panel de expertos constituido por profesionales del sector turístico, de la industria del golf y profesores e investigadores de turismo. El debate en este panel se realizó sobre la base de un cuestionario donde cada experto opinaba sobre el impacto del golf en las zonas de estudio y valoraba la encuesta que fue realizada a los usuarios de los campos de Golf.

4.3. Recogida de Datos

Lessard-Hérbert, Goyette & Boutin (1995) indican que el “polo técnico” de una investigación está representado por el proceso de recogida de los datos sobre el

“mundo real” siendo este susceptible de ser observado considerando su subjetividad. La recogida de datos se ha establecido en tres fases distintas:

1ª Fase – Se establece la primera toma de contacto a través de contacto telefónico con los directores / responsables de los campos de golf.

2ª Fase - Envío de la encuesta a los directores/ responsables de los campos de golf existentes en nuestras zonas de estudio para su análisis y sucesivo permiso para la entregar de las encuestas a los participantes.

3ª Fase – Acceso a los campos de golf que han participado en el trabajo de investigación.

Tras la recogida de las encuestas, toda la información obtenida fue debidamente tratada a través del programa informático SPSS 20. Después del tratamiento de datos los resultados obtenidos serán presentados a través de un análisis descriptivo con dos enfoques: cuantitativos y cualitativos.

5. Analisis Descriptivo

El análisis descriptivo sirve para describir las características de un conjunto de datos a través de un conjunto de métodos que comprenden la recogida y presentación y el análisis y la interpretación.

Los estudios descriptivos buscan especificar las propiedades importantes de personas, grupos, comunidades o cualquier otro fenómeno que sea sometido a análisis midiendo o evaluando diversos aspectos, dimensiones o componentes del fenómeno a investigar. Desde el punto de vista científico, describir es medir (Bonilla, 2012)

Las variables que hemos clasificado para este trabajo fueran:

Características

Sociodemográficas

- ✓ Sexo
- ✓ Edad
- ✓ Nacionalidad
- ✓ Residencia
- ✓ Estado Civil
- ✓ Nivel Educativo
- ✓ Ocupación Profesional

Características del Juego

- ✓ Clasificación del jugador
- ✓ Federado
- ✓ Socio de club
- ✓ Hándicap
- ✓ Numero de hoyos
- ✓ Modalidad de juego
- ✓ Importe a pagar por el greenfee
- ✓ Realización del pago del Greenfee
- ✓ Canal de información de los campos
- ✓ Recomendación de los Campos
- ✓ Valoración calidad-precio de los campos

Turismo de Golf

- ✓ Principal motivación del viaje
- ✓ Motivación
- ✓ Modalidad del Viaje
- ✓ Repetición del viaje
- ✓ Valoración de las zonas de estudio como destino turístico
- ✓ Medio de transporte
- ✓ Numero de noches pernoctadas
- ✓ Modalidad en el contratación del viaje
- ✓ Conceptos incluidos en la contratación del viaje por internet
- ✓ Contratación del viaje por una página especializada en Golf
- ✓ Tipo de alojamiento elegido para su estancia

Enfoque Cualitativo

Variabes cualitativas: Lugar donde se realiza la encuesta, Sexo, Nacionalidad, Residencia, Estado Civil, Nivel Educativo, Ocupación Profesional, Clasificación del jugador, Federado, Socio de club, Modalidad de juego, Realización del pago del Greenfee, Canal de información de los campos, Recomendación de los Campos, Principal motivación del viaje, Motivación, Modalidad del Viaje, Repetición del viaje, Medio de transporte, Modalidad en el contratación del viaje, Conceptos incluidos en la contratación del viaje por internet, Contratación del viaje por una página especializada en Golf y Tipo de alojamiento elegido para su estancia.

Esta variables fueran analizadas también con la de la tendencia central (moda – Mo) y a través de la dispersión con la desviación típica, Mínimo y Máximo y representada a través de un gráfico de barras.

Enfoque Cuantitativo

Variabes cuantitativas: Edad, Hándicap, Días de juego, Hoyos jugados, Importe de Greenfee, Precio-calidad, Valoración del Destino, Número de noches pernoctadas.

Estas variables fueran analizadas a través de la tendencia central que son la media, mediana, y la moda y a través de la distribución que son la asimetría y la curtosis.

4. Resultados Obtenidos y Discusion

4.1. Resultados

De forma a obtener una apreciación más completa de los resultados obtenidos, a continuación serán presentados los resultados donde se hará

más hincapié a las características sociodemográficas y al turismo de golf.

Como tal, se empezará por las características sociodemográficas, seguidamente las del viaje, y para finalizar serán dados a conocer los resultados importantes y saber la valoración de estas características tras su tratamiento de datos las del turismo de golf.

Se pone de manifiesto el número de encuestas obtenidas en las tres zonas de estudio. Se ha logrado un número bastante reducido lo que conlleva a que la muestra (n) obtenida fue analizada como una cata muestral. Es de resaltar que este trabajo es un proyecto piloto para futura tesis doctoral y como tal, reiteramos que el número de la población encuestada fue muy reducida una vez en esta fase de investigación uno de nuestros principales objetivos era la aceptación y la validez del modelo de encuesta.

4.2. Discusión

En los últimos años, el golf se ha presentado como un gran impulsor para el desarrollo de la actividad turística, con la capacidad de generar nuevas oportunidades de negocio resultando en un motor en la creación de nuevos puestos de trabajo como también un elemento estratégico para la promoción y dinamización de un destino abriendo camino a nuevos mercados.

En lo que se refiere a nuestras zonas en estudio, actualmente, el turismo de golf es un producto turístico con mayor proyección y oferta por sus efectos directos en los ingresos turísticos como por la contribución al desarrollo de un segmento turístico de calidad conllevando a una diversificación y

desestacionalización de la oferta turística. (Turespaña, 2004)

A través de análisis podemos comprobar que ambas regiones posean realidades muy homogéneas. A nivel competitivo, la región del Algarve se centra en dos líneas: sus campos y la región. En lo que se refiere a sus campos se pone en relieve, su calidad, singularidad, exclusividad y diseño. Relativamente a la región se destaca su clima, su gastronomía, sus gentes y la naturaleza relativamente virgen.

Características muy similares presenta Andalucía (Cádiz y Huelva) aunque Andalucía posea una imagen bastante consolidada en el turismo internacional y también la fuerte referencia en su legado Andalusi.

Fue posible de ver que España es líder del producto frente a Portugal ocupando el primer en ranking europeo, tal como Andalucía frente al Algarve aunque la región Algarvía fuera por varias veces nombrada como mejor destino de golf pero luego en valores reales se quede en segundo lugar.

Según nuestros datos hemos podido verificar que en relación a Algarve frente a Cádiz y Huelva, los turistas de golf destacaban las diferencias en precio. También han referido la falta de promoción conjunta alojamiento/ campos y oferta complementaria. Los encuestados que reconocían haber jugado en las tres zonas hacen referencia a que los campos de golf del Algarve eran mejores pero más caros.

Dado el número reducido de encuestas que hemos obtenido es cierto que no podemos sacar muchas conclusiones pero nos permite reflexionar que el binomio precio/ calidad puede estar en el origen de la diferencia entre Algarve –

Andalucía en el Ranking de los mejores destinos europeos de golf. Tal vez la respuesta pase por dejar de ser vistos como competidores a cooperadores a través de implantación de alianzas estratégicas transfronterizas entre las ambas regiones.

Esta reflexión fue abordada por los participantes del panel de expertos y ante la pregunta “Uno de los principales competidores directos de Cádiz y Huelva es Portugal, concretamente, el Algarve, ¿cree usted que la clave del futuro está en una colaboración conjunta de las políticas de turismo de golf transfronteriza?”, el 90% de ellos están de acuerdo con una alianza estrategia.

En conclusión, esta estrategia podría ser la clave para éxito de los destino en el segmento del golf dando al turista de golf, la posibilidad de jugar en los mejores campos, con los mejores precios y con la posibilidad de una oferta única e histórica (Península Ibérica) frente a los demás competidores atrayendo muchos más turistas por la experiencia.

Como fue referido anteriormente este trabajo es un proyecto piloto para futura tesis doctoral, al que llamaríamos incluso pré-teste. También se pone de manifiesto que tras la investigación y recopilación de información para la futura tesis doctoral será introducido un nuevo apartado de gran importancia para el sector turístico y en particular para el golf, la sostenibilidad.

Referencias

Bonilla, J. M. & López Bonilla, J. M. (2012). *Investigación de mercados turísticos*. Madrid: Ediciones Pirámide.

Cunha, L. (2009). *Introdução ao turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.

Diogo Guerreiro, G. F. (2009). *Os impactes ambientais de “ondas” ou modas de investimento em campos de golfe*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Espirito Santo Research.(2013). *Turismo: Evolução recente e perspetivas*. Disponible en <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=dba7647a-5127-4302-ac33-45f01a93dae0>

Hosteltur (2013). *Turismo de Golf - El oro verde del turismo*. Disponible en <http://www.hosteltur.com/especial-impresa/especial-golf-hosteltur-2012-el-oro-verde-del-turismo>.

Lessard-Hébert, M.; Goyette, G. & Boutin, G. (1995). *Recherche qualitative: Fondements et pratiques*. Montréal: Éditions Nouvelles.

Martins, M. & Correia, A. (2004) *O golfe no Algarve – O presente e o futuro*. Universidade do Algarve.

Mill, R. & Morrison, A. (1985). *The tourism system*. New Jersey: Prentice-Hall.

Prados Paniza, J. L. (2005). *La percepción social del golf en Andalucía*. Granada: Junta de Andalucía – Consejería turismo y deporte.

Real Federación Española de Golf. (2008). *Profesionales*. Disponible en: <http://www.rfegolf.es/default.aspx>

Da Silva, F. (2011). *O golfe como polo de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira - Contributos para uma reflexão*. Universidade da Madeira

Organización Mundial del Turismo. (2001). *Conferencia Mundial sobre Turismo y Deporte – Turismo y*

- Deporte Informe Introductorio.*
Disponível em
<http://pub.unwto.org/WebRoot/Store/Stops/Infoshop/Products/1265/1265-3.pdf>
- Organización Mundial de Turismo (2013). *Panorama do turismo internacional.* Disponível em <http://mkt.unwto.org/es/publication/panorama-omt-del-turismo-internacional-edicion-2013>
- Turismo de Portugal. (2006). *Caracterização geral da oferta de golfe em Portugal.* Lisboa: Turismo de Portugal.
- Turismo de Portugal, I. P (2013). *Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) 2013-2015.* Disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/desaque/Pages/PlanoEstrat%C3%A9gicoNacionalparaoturismo2013-2015.aspx>.
- Turismo de Portugal. (2006). *Caracterização geral da oferta de golfe em Portugal.* Lisboa: Turismo de Portugal.
- Real Federación Española de Golf. (2013). *Profesionales.* Disponível em: <http://www.rfegolf.es/default.aspx>

**Viagens técnicas como instrumento de aprendizagem dos
alunos do curso técnico em Guia de Turismo do IFRS –
Câmpus Osório**

227

**Ana Lúcia Olegário Saraiva
Maria Augusta Martiarena de Oliveira**

IFRS – Câmpus Osório

Saraiva, A. L. O. & Oliveira, M. A. M. de (2014). Viagens técnicas como instrumento de aprendizagem dos alunos do curso técnico em Guia de Turismo do IFRS – Câmpus Osório. *Tourism and Hospitality International Journal*, 3(3), 227-.

Resumo

O trabalho objetiva apresentar os procedimentos de formatação, organização e avaliação das atividades práticas, denominadas viagens técnicas, obrigatórias do curso técnico em Guia de Turismo, na modalidade subsequente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Sul - *Câmpus* Osório, Brasil. Descreve o perfil profissional e as atribuições do guia de turismo, relata a organização, o planejamento e a execução das viagens técnicas realizadas ao longo de duas edições do referido curso, bem como a metodologia de avaliação do aluno na execução das atividades práticas de guiamento. Como orientação metodológica da pesquisa optou-se por trabalhar com a pesquisa-ação, pois procura desenvolver o conhecimento e a compreensão através da prática. O Guia de Turismo é o profissional responsável pelo acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos em visitas e excursões urbanas, municipais, estaduais, nacionais e internacionais. No Brasil o Guia de Turismo é a única categoria, entre os profissionais de turismo, que tem a profissão reconhecida desde 1986, sendo regulamentada por Lei Federal em 1993.

Palavras-chave: Guia de turismo, Formação profissional, Viagens técnicas

Abstract

The study presents the procedures for formatting, organization and evaluation of practical activities, known techniques, compulsory technical course in travel Tourism Guide, the subsequent mode of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul – Osório Campus, Brazil. Describes the professional profile and tasks of the tour guide, reports the organization, planning and implementation of technical trips conducted over two editions of this course, as well as the methodology of student assessment practices in the implementation of guidance activities. As methodological orientation of the research we chose to work with action research as it seeks to develop knowledge and understanding through practice. The Tour Guide is the professional responsible for monitoring, mentoring and providing information to individuals or groups on sightseeing and excursions urban, municipal, state, national and international. In Brazil Tourism Guide is a unique category among the tourism industry, which since 1986 has recognized profession being regulated by Federal Law in 1993.

Keywords: Tour guide, Training, Travel technical

1. Introdução

O Turismo é considerado um fenômeno social complexo. Muitos estudiosos vêm procurando defini-lo de maneira adequada. Para Beni (1998), o turismo é uma atividade complexa que engloba diversos elementos que interagem entre si num sistema mais amplo e resulta do somatório dos recursos naturais, culturais sociais e econômicos, o que torna seu estudo abrangente, complexo, multicausal e que demanda de planejamento e de gestão integrada. O benefício gerado pelo fenômeno pode ser observado na vida econômica, política e cultural e psicossociológica do espaço considerado. Enquanto atividade complexa, o Turismo engloba uma gama de serviços que viabilizem o atendimento do turista. Canani (1999, p. 94), coloca que:

As agências de viagens, visando proporcionar a seus clientes perfeitas condições de satisfação e prazer durante a viagem e agradáveis recordações ao final, buscam sempre os melhores meios de hospedagem, serviços de alimentação, entretenimento, transportes e, é claro, o melhor atendimento. Para obter esse atendimento diferenciado e eficaz, a presença do guia de turismo se torna indispensável.

Sendo o Guia de Turismo a única profissão reconhecida dentro do mercado de turismo brasileiro, é pertinente a reflexão sobre a formação deste profissional e conseqüentemente da necessidade das escolas ofertarem cursos que estejam alicerçados em três pilares: no conhecimento técnico, na habilidade

nas relações interpessoais e numa cultura geral (Carvalho, 2002).

Faz-se um recorte e para o estudo foca-se o pilar do conhecimento técnico, que envolve o aprendizado teórico e prático dos procedimentos técnicos relativos ao trabalho com passageiros, tais como embarque, acompanhamento em meio de transporte, check in e *check out* na hotelaria, informações turísticas, entre outras, realizados nas viagens técnicas do curso de guia de turismo.

No presente artigo serão apresentados os procedimentos de formatação, organização e avaliação das viagens técnicas realizadas nas disciplinas de Prática de Guiamento ao longo de três semestres do curso. Tais viagens são obrigatórias, pois habilitam o profissional Guia de Turismo a conduzir, orientar e informar os visitantes com qualidade na prestação dos serviços. Além disso, são considerados os principais instrumentos de aprendizagem dos alunos do curso Técnico em Guia de Turismo do IFRS – *Câmpus* Osório, Brasil, na sua formação profissional.

A importância do desenvolvimento de tais viagens técnicas está diretamente ligada à necessidade da qualificação deste profissional para o mercado de trabalho, através do desenvolvimento de competências e habilidades exigidas deste perfil profissional.

Como docente das disciplinas responsáveis pelas viagens técnicas, o grande desafio é aplicar metodologias de execução das atividades práticas e de avaliação dos alunos, que permitam realizar uma avaliação que constate o efetivo aprendizado e o desenvolvimento das competências inerentes a profissão.

Diante disso e a partir das experiências vivenciadas desde as

primeiras viagens do curso é que buscase a melhoria no processo avaliativo, que leva a procura por estratégias que permitam o seu aprimoramento.

Como metodologia da pesquisa optouse por trabalhar com a pesquisa-ação, pois procura desenvolver o conhecimento e a compreensão através da prática. Através dela, procura-se intervir na prática de modo inovador durante o processo de pesquisa e não apenas como possível consequência de uma recomendação na etapa final de execução do projeto. Hoje, a pesquisa-ação beneficia seus participantes por meio de processos de autoconhecimento e quando enfoca a educação, informa e ajuda nas transformações. Segundo Elliott (1997), a pesquisa-ação permite superar as lacunas existentes entre a pesquisa educativa e a prática docente, ou seja, entre a teoria e a prática e os resultados ampliam as capacidades de compreensão dos professores e suas práticas, por isso favorecem amplamente as mudanças. De acordo com Thiollent (2000), com a orientação metodológica da pesquisa-ação os pesquisadores em educação estariam em condição de produzir informações e conhecimentos de uso mais efetivo, inclusive ao nível pedagógico, o que promoveria condições para ações e transformações de situações dentro da própria escola.

O artigo está organizado em quatro partes. Na primeira parte são apresentados o perfil profissional e as atribuições do guia de turismo, na segunda parte é abordada a formação do guia de turismo no IFRS – Câmpus Osório, na terceira parte é apresentado o processo avaliativo das atividades práticas, realizado nas disciplinas de Prática de Guiamento. Finalmente, são

traçadas as considerações acerca dos resultados das ações desencadeadas durante a realização das disciplinas.

2. O Guia de Turismo: Perfil Profissional e Atribuições

O Guia de Turismo é o profissional responsável pelo acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas. No Brasil é a única categoria, entre os profissionais de turismo, que tem a profissão reconhecida desde 1986, sendo regulamentada pela Lei nº. 8.623 de 28 de Janeiro de 1993 (1993), no Decreto nº 946 de 1º de outubro de 1993 (1993) e mais recentemente pela Portaria nº 27, de 30 de janeiro de 2014 (2014), que estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de Guia de Turismo. É também regida por um Código de Ética Profissional (Federação Nacional dos Guias de Turismo, 2014). Conforme a legislação, de acordo com a comprovação da especialidade de sua formação profissional e das atividades desempenhadas, os guias de turismo serão cadastrados em uma ou mais das seguintes categorias:

- Guia Regional: quando suas atividades compreenderem a recepção, o traslado, o acompanhamento, a prestação de informações e assistência a turistas, em itinerários ou roteiros locais ou intermunicipais de uma determinada unidade da federação, para visita a seus atrativos turísticos;
- Guia de Excursão Nacional: suas atividades compreendem o acompanhamento e a assistência a grupos

de turistas, durante todo o percurso da excursão de âmbito nacional ou realizada nos países da América do Sul, adotando, em nome da agência de turismo responsável pelo roteiro, todas as atribuições de natureza técnica e administrativa necessárias à fiel execução do programa;

- Guia de Excursão Internacional: quando realizam as atividades referidas anteriormente para os demais países do mundo;

- Guia Especializado em Atrativo Turístico: suas atividades compreendem a prestação de informações técnico-especializadas sobre determinado tipo de atrativo natural ou cultural de interesse turístico, na unidade da federação para qual o profissional se submeteu à formação profissional específica.

A Portaria nº 27, de 30 de janeiro de 2014 (2014) trás em seu artigo 9º as atribuições do guia de turismo, dentre as quais destacam-se:

- acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais ou especializadas dentro do território nacional;

- acompanhar ao exterior pessoas ou grupos organizados no Brasil;

- promover e orientar despachos e liberação de passageiros e respectivas bagagens em terminais de embarques e desembarques aéreos, marítimos, fluviais, rodoviários e ferroviários;

- quando possível, acessar todos os veículos de transporte durante o embarque ou desembarque, para orientar as pessoas ou grupos sob sua responsabilidade, observadas as normas específicas do respectivo terminal;

- esclarecer aos turistas os serviços que prestará e os valores correspondentes, sendo vedada a cobrança de comissão como condição para levá-los a estabelecimentos comerciais.

É condição para o exercício da atividade de guia de turismo a realização de um curso de formação profissional de nível técnico e da efetivação do cadastro no Ministério do Turismo, junto ao Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR), sendo necessária a apresentação do certificado ou diploma de conclusão de curso específico de Guia de Turismo. O Guia de Turismo pode atuar por meio de contrato de prestação de serviço na qualidade de funcionário de agência de turismo ou transportadora turística cadastradas junto ao Ministério do Turismo, ou firmado diretamente com o consumidor final, conforme o caso.

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego (2013) também traz a descrição sumária da atividade do guia de turismo: “Executam roteiro turístico, transmitem informações, atendem passageiros, organizam as atividades do dia, realizam tarefas burocráticas e desenvolvem itinerários e roteiros de visitas”. Com relação às características do trabalho de guia de turismo, de acordo com a CBO, os guias trabalham predominantemente em empresas de turismo e órgãos governamentais de fomento ao turismo nas esferas municipal, estadual e municipal. Atuam de forma individual, sob supervisão ocasional, em diversos tipos de ambientes - fechado, em veículos e a céu aberto e, geralmente, durante o dia. No desempenho das atividades estão sujeitos a situações estressantes.

3. A Formação do Guia de Turismo no IFRS – Câmpus Osório

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996), em seu artigo 21, discorre que a educação no Brasil compõe-se de dois níveis escolares: educação básica (que é formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio) e educação superior.

Em sua Seção IV-A, a LDB trata especificamente da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, objeto deste estudo, que coloca que a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional (incluído pela Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008 (2008) Coloca que a educação profissional técnica de nível médio pode ser ofertada de duas formas: articulada com o ensino médio e subsequente e em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

A Portaria nº 870, de 16 de julho de 2008 (2008), o Capítulo III – Da Educação Profissional, da LDB; no art. 4º do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 (2004), no Parecer CNE/CEB nº 11/2008 (2008), e na Resolução CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008 (2008), considerando a necessidade de estabelecer um referencial comum às denominações dos cursos técnicos de nível médio; a consolidação desses cursos pela afirmação de sua identidade e caracterização de sua alteridade em relação às demais ofertas educativas; a necessidade de fomento à qualidade por

meio da apresentação de infra-estrutura recomendável com o escopo de atender as especificidades destes cursos aprovou o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Em 2012, o Conselho Nacional de Educação, através da Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012 (2012), dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008 (2008), definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, com a finalidade de orientar a oferta de cursos técnicos de nível médio nas redes públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica, 44 (quarenta e quatro) novos cursos, totalizando 220 cursos, distribuídos em 13 eixos tecnológicos, constituindo-se em referência e fonte de orientação para a oferta dos cursos técnicos no país.

O eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer compreende as tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação. Compreende os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer. As atividades abrangidas neste eixo referem-se ao lazer, relações sociais, turismo, eventos e gastronomia integrados ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais. São sete os cursos ofertados neste eixo, dentre os quais está inserido o curso técnico em Guia de Turismo, objeto de estudo do presente artigo (Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, 2014).

O curso técnico em Guia de Turismo apresenta carga horária mínima de 800 horas. Este profissional, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, orienta, assiste e conduz pessoas ou grupos durante traslados, passeios, visitas, viagens, com ética profissional e respeito ao ambiente, à cultura e à legislação. Informa sobre aspectos socioculturais, históricos, ambientais, geográficos e outros de interesse do turista. Apresenta ao visitante opções de roteiros e itinerários turísticos disponíveis e, quando for o caso, concebe-os considerando as expectativas ou necessidades do visitante. Utiliza instrumentos de comunicação, localização, técnicas de condução, de interpretação ambiental e cultural.

Com esta atualização do Catálogo de Cursos Técnicos, a partir de 2014, nenhuma instituição de ensino pode ofertar cursos de guia de turismo sem ser um curso técnico de nível médio, com carga horária mínima de 800h/aula. Sendo assim o CADASTUR somente aceitará a partir desta data, pedidos de cadastramento de guias de turismo que apresentarem o certificado de conclusão de curso técnico de nível médio.

No Brasil, a oferta do ensino público pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que teve início em 1909, hoje cobre todo o território nacional, se propõe a qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo, e dentre os setores, o de Turismo.

Em 2008, foi instituída uma nova configuração pelo governo para a educação profissional no país. Os centros

federais de educação tecnológica (Cefets), unidades descentralizadas de ensino (Uneds), escolas agrotécnicas, escolas técnicas federais e escolas vinculadas a universidades deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). São 38 institutos federais presentes em todos estados, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Atualmente são 354 unidades, totalizando cerca de 400 mil vagas distribuídas no país. Estão previstas 208 novas escolas com entrega até o final de 2014, que totalizarão 562 unidades e gerarão 600 mil vagas.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, localizado na região Sul do Brasil é uma destas 354 unidades, que busca oferecer cursos profissionalizantes que atendam às expectativas da comunidade em que se insere. As tratativas para instalação de um Câmpus do Instituto no município de Osório iniciaram em 2007 e a oferta de cursos efetiva em 2010.

O Câmpus Osório está localizado na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. O panorama socioeconômico da região de abrangência do Campus Osório, cujas atividades direcionam-se a 23 municípios, totalizando 303.351 mil habitantes (FEE, 2014), apresenta uma inegável diversidade cultural, com predominância açoriana. Possui belezas naturais com lagos e lagoas e a aproximação da serra e do mar. Além disso, sua economia é representada por 60% em serviços e comércio com característica sazonal, pois no verão a demanda chega a quadruplicar o número de pessoas que procuram o litoral. Mesmo assim, é a região do RS que apresenta uma das menores rendas *per*

capita e revela uma produtividade inferior à média do Estado, o que pode ser atribuído a uma menor densidade de sua economia e menor capacitação de sua mão-de-obra, características limitadoras de seu crescimento. Este cenário colocou em tela o potencial para o desenvolvimento do turismo na região, apontando como promissor o oferecimento de cursos técnicos no eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer, em especial o curso técnico em Guia de Turismo.

O Curso Técnico em Guia de Turismo na modalidade subsequente, de nível médio com as habilitações Guia de Turismo Regional e Guia de Turismo Excursão Nacional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Sul – Câmpus Osório, Brasil, é o espaço do conhecimento e da geração de novos saberes através dos trabalhos teóricos práticos realizados por alunos e professores. Apresenta uma estrutura curricular abrangente, mas interdisciplinar, que permite ao acadêmico desenvolver habilidades necessárias para sua inserção no mercado de trabalho.

O curso tem como objetivo formar o técnico em Guia de Turismo, com domínio de instrumental teórico, prático e metodológico, permitindo o desenvolvimento da profissão com condição de autonomia, competência e comportamento ético. Obedece aos parâmetros de qualidade exigidos pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Turismo. Busca sempre a qualificação do aluno para o mercado de trabalho, que exige o desenvolvimento de novas competências e habilidades.

Ao integralizar a totalidade da carga horária de componentes curriculares e as

viagens obrigatórias (através das disciplinas de Prática de Guiamento Regional, Nacional/América do Sul) o aluno recebe a certificação de Técnico em Guia de Turismo, com qualificação de Guia de Turismo Regional – Rio Grande do Sul e Guia de Turismo Excursão Nacional/América do Sul.

A Resolução nº 051, de 23 de junho de 2010 (2010), do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul aprovou o Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Guia de Turismo a ser ofertado no Câmpus Osório e autorizou seu funcionamento a partir do segundo semestre de 2010. Em 2 de agosto de 2010, iniciaram as atividades do curso técnico subsequente em Guia de Turismo.

Nesta primeira proposta pedagógica do curso, o Curso Técnico em Guia de Turismo está organizado em regime seriado semestral, distribuídos em três semestres, com uma carga-horária de componentes curriculares de 825 horas, oferecidos nos turnos diurnos ou noturnos, assim sendo: 315 horas no primeiro semestre, 270 horas no segundo e 240 horas no terceiro, totalizando 825 horas. Dentro desta matriz curricular estavam previstas atividades práticas inerentes ao perfil profissional, planejadas e executadas pelas disciplinas de Prática de Guiamento Regional I (54 horas/ aula); e II (90 horas/ aula) e Prática de Guiamento Nacional/América do Sul (144 horas/ aula) totalizando 240 horas de viagens técnicas.

Em virtude da experiência da oferta da primeira turma do curso de Guia de Turismo, considerando numa análise, o estudo teórico realizado de forma mais

profunda na área, a implementação do projeto pedagógico do curso, considerando as disciplinas ofertadas e conteúdos ministrados, a realização das atividades práticas extracurriculares, a realização das viagens técnicas obrigatórias, da realidade da região onde está sendo ofertado o curso – Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, dos momentos de avaliação e *feedback* do corpo discente e dos encontros e relatos do corpo docente, optou-se por rever a matriz curricular, com o objetivo de ofertar um curso que esteja integrado tanto a dimensão local com nacional.

Nesta atualização do projeto pedagógico do curso autorizada pela Resolução nº 010, de 21 de dezembro de 2011 (2011) e ofertada em 2012, a grade curricular conta com uma carga horária de 990 horas. Destaque para a inclusão dentro da matriz curricular dos conhecimentos locais, através da história, geografia, arte e cultura. As viagens técnicas continuam sendo realizadas, com pequena alteração em sua distribuição de cargas horárias pela disciplina de Prática de Guiamento Regional I (52 horas/ aula) e Prática de Guiamento Regional II (72 horas/ aula) e Prática de Guiamento Nacional/América do Sul (126 horas/ aula), totalizando 210 horas de atividades práticas de guiamento.

Os procedimentos de formatação, organização e avaliação das viagens técnicas estão a cargo das disciplinas de Prática de Guiamento e conseqüentemente dos seus docentes responsáveis. Tais viagens são obrigatórias em legislação específica do Ministério do Turismo, pois habilitam o profissional Guia de Turismo a conduzir,

orientar e informar os visitantes com qualidade na prestação dos serviços.

No curso estão previstas as viagens técnicas e atividades de guiamento de caráter obrigatórias, onde os alunos simulam situações cotidianas do profissional Guia de Turismo, totalizando no mínimo 200 horas de planejamento e execução de guiamentos, conforme exigências da normatização. As viagens técnicas são regidas por regulamento próprio, sendo realizadas no mínimo seis viagens técnicas, contemplando as seguintes características: viagens terrestres regionais com e sem pernoite; viagens rodo-aéreas interestaduais com pernoite; viagem terrestre América do Sul, com pernoite.

As viagens são acompanhadas por professores responsáveis pelas disciplinas de Prática de Guiamento e de Teoria e Técnica de Guiamento; e do Guia de Turismo credenciado.

A viabilização financeira das viagens ficou a cargo do IFRS – *Campus* Osório, que subsidiou os recursos de transporte, serviço de bordo, ingressos e guia de turismo, sendo que o investimento dos alunos foi em alimentação. Os destinos são definidos de acordo com seu poder de atração junto aos turistas e de acordo com a estrutura turística que ofertam, sendo priorizados os destinos que englobam uma gama de serviços turísticos que se destacam em qualidade na oferta do produto turístico. A partir da definição do município ou região a ser visitado, passa-se a fase de estruturação do roteiro turístico e posterior da construção do “passo a passo” da viagem técnica. O roteiro considera os atrativos que serão visitados, os pontos de parada, locais para alimentação, rodovias percorridas e meios de hospedagem. O “passo a passo”

é um instrumento criado por professores da disciplina de Prática de Guiamento para sistematizar todos procedimentos, horários e apresentação de atrativos que devem ser realizados na atividade prática.

Como subsídios para a realização das viagens técnicas, buscou-se em fontes como Carvalho (2002); Chimenti & Tavares (2007); Hintze (2007) e Campos & Serpa (2010) todo um arcabouço teórico-prático necessários para a estruturação dos procedimentos técnicos de viagem técnica e para apresentação dos atrativos turísticos.

4. A Avaliação das Viagens Técnicas

A educação deve ser compreendida como um sistema aberto, composto por processos transformadores que decorrem da experiência sujeito e objeto ou individuo e meio. Moraes (1997, p. 99) define o sistema aberto como “(...) movimento contínuo e cada ação completa é insumo para um novo começo”, ou seja, trata-se de um processo em movimento constante.

No paradigma educacional emergente, o foco é o aprendiz, o individuo que é dotado de inteligência e experiências próprias e é agente ativo no processo de construção do conhecimento (Moraes, 1997). Nesse caso, entende-se que a aprendizagem é resultado da relação sujeito-objeto e trata-se de um movimento constante de assimilação e acomodação e de adaptação e auto-organização. Nesse contexto, o educador passa a assumir o papel de educador-educando, o agente que garante o processo de aprendizagem, integrando teoria e prática, instigando diferentes formas de diálogos que procurem explorar diversas alternativas, visões e

perspectivas. Em todas estas situações deve-se considerar o contexto, pois o aprendiz está inserido em uma sociedade, além de considerar os fatores histórico-culturais, biológicos e pessoais, que influenciam o desenvolvimento das capacidades humanas e, conseqüentemente, o desenvolvimento do conhecimento. Também é preciso estar atento de que há mudanças no conhecimento e no espaço onde este se propaga. O desenvolvimento tecnológico provoca mudanças cada vez mais rápidas, o que exige novos hábitos, inclusive intelectuais, e a adaptação dos processos e metodologias educacionais, interagindo com este espaço.

Todas essas mudanças de atitude exigem uma forma de ensino que supere a visão fragmentada disseminada pela pluridisciplinariedade. É necessário desenvolver uma visão holística, através da interconexão entre conceitos e teorias, correlacionando disciplinas e promovendo a melhoria da formação geral fundamentada em um “(...) conhecimento mais integrado, articulado e atualizado, numa construção auto-suficiente do sujeito” (Moraes, 1997, p. 183). Essa situação pode desencadear novos campos do conhecimento e, inclusive, possibilitar uma melhor formação profissional, onde o aluno desenvolve uma metodologia emancipatória de competências e habilidades, estabelecendo a prática do aprender a aprender. Essa é uma condição fundamental de sobrevivência na atual conjuntura de mudanças aceleradas no meio científico, tecnológico e social.

Neste sentido o curso técnico em Guia de Turismo do IFRS – Campus Osório, busca trabalhar as viagens técnicas

através da integração das disciplinas, pois o conhecimento das áreas das Ciências Humanas e Sociais é fundamental na execução da prática profissional de guiamento.

Optou-se por avaliar as técnicas, isto é, os procedimentos técnicos realizados para o guiamento e a apresentação dos atrativos turísticos, justamente para integrar e valorizar o conhecimento adquirido em outras disciplinas do curso. Na busca por uma metodologia de avaliação optou-se por desenvolver um trabalho orientado pela metodologia de Campos & Serpa (2010) que dividem as viagens em três categorias: viagens de reconhecimento, viagens de desempenho monitorado e viagem de avaliação de desempenho. A partir da vivência prática e das análises efetuadas pelos discentes e docentes, o modelo proposto foi adaptado, conforme apresentado abaixo:

Viagens de reconhecimento: são as duas primeiras viagens do curso. O guia de turismo contratado realiza os procedimentos técnicos como figura central e o aluno observa e acompanha. Neste momento, os alunos realizam a apresentação dos atrativos turísticos previamente definidos. O aluno é avaliado pela sua participação e apresentação do atrativo. A construção do “passo a passo” é realizada pelo docente, da disciplina que socializa com os alunos sua construção e distribui os atrativos turísticos entre os alunos;

- Viagens de desempenho monitorado: são a terceira e a quarta viagens. O guia de turismo contratado realiza em parceria as atividades com os alunos, quando necessário, monitorando as atividades. Os alunos seguem realizando a apresentação dos atrativos turísticos e agora realizam procedimentos técnicos.

O aluno é avaliado pela sua participação, apresentação do atrativo e realização do procedimento técnico. A construção do “passo a passo” é realizada pelo docente da disciplina que socializa com os alunos sua construção e distribui os atrativos turísticos e os procedimentos técnicos entre os alunos;

- Viagens de avaliação de desempenho: são a quinta e a sexta viagens: o guia de turismo acompanha a distância os procedimentos realizados e interfere na ocorrência de falhas que possam vir a prejudicar o andamento da viagem e orienta a melhor forma de executar os procedimentos, se necessário. O aluno desempenha as funções de forma autônoma e é avaliado, sobretudo pelo domínio da atividade, isto é, pela execução de todos os procedimentos e informações de atrativos turísticos e pela atitude frente às dificuldades. A construção do “passo a passo” é realizada pelo aluno, orientada pelo professor, há uma divisão em grupo, sendo que cada um é responsável por uma viagem técnica do seu início ao término do guiamento.

Deste modo, num primeiro momento, o aluno observa o procedimento realizado pelo Guia de Turismo, visto que ainda não possui conhecimento prático da função. Num segundo momento, todos já realizam algum procedimento de guiamento. Finalizando, num terceiro momento, o grupo de alunos que é responsável pelo guiamento de uma forma geral, executa todos os procedimentos, já que se trata de um grupo menor de alunos, o que possibilita a visualização da atividade como um todo, compreendendo o processo de guiamento desde o início da viagem ao

encerramento das atividades, no retorno da viagem.

Os itens a serem avaliados durante as viagens compreendem dois grupos: apresentação dos atrativos turísticos e os procedimentos de guiamento. A apresentação dos atrativos turísticos são os pontos relevantes que devem ser informados aos turistas do destino em que se está realizando o guiamento. Os procedimentos são as técnicas que o Guia de Turismo deve executar durante a viagem.

O conhecimento dos atrativos turísticos é obtido em sala de aula, nas diferentes disciplinas do curso, como Arte e Cultura, Geografia, História e, fundamentalmente, pelas pesquisas realizadas pelos alunos (livros, folhetos, internet, entrevistas, dentre outros). Os procedimentos de guiamento foram estudados nas disciplinas de Teoria e Técnica de Guiamento e Prática de Guiamento.

Cabe informar que após cada viagem o aluno entrega um relatório de viagem técnica e uma planilha de auto-avaliação, em modelos previamente estabelecidos. O relatório de viagem técnica trás os objetivos da viagem, as bases legais e custos para a viabilização da viagem, o roteiro, uma análise do desempenho do guia oficial, uma auto avaliação descritiva, baseada na planilha de auto-avaliação e considerações dos pontos turísticos visitados. A planilha de auto-avaliação é composta por oito itens: apresentação pessoal; pontualidade; apresentação dos atrativos; postura; pesquisa histórica, geográfica, cultural, atrativos turísticos, serviços de apoio ao turismo; participação; conhecimento da atividade e avaliação das técnicas de condução de grupo. Cada item apresenta

critérios, com a possibilidade de o aluno expressar-se tanto qualitativamente como quantitativamente, atribuindo-o uma nota numa escala de zero a dez.

Além disso, há aspectos que devem ser observados tanto pelo docente como pelo aluno avaliado na realização das viagens técnicas, e que diz respeito principalmente ao comportamento e apresentação do futuro profissional guia de turismo. Destaque para os itens: vestimenta, apresentação pessoal, uso de modismos, questões de envolvimento amoroso, ingestão de bebidas alcoólicas e cigarros, uso de equipamentos de lazer e equipamentos eletrônicos, enfim, com relação ao comportamento geral. Há uma convergência de idéias neste sentido da academia e do mercado, que prima cada vez mais pela oferta do serviço com a máxima em qualidade.

Ao final da realização de cada viagem é elaborado um parecer descritivo individual, com base nas anotações realizadas nas planilhas de auto-avaliação e nos vídeos gravados pelos alunos. Após as considerações foi atribuída uma nota (em escala de zero a dez), visto que o sistema de avaliação da Instituição prevê a média sete para aprovação. As notas das viagens são somadas e divididas, o que permite gerar a média final.

Salienta-se que o processo de avaliação das viagens técnicas é um processo que busca identificar o crescimento do aluno ao longo do desempenho das suas atribuições enquanto prática profissional. Além disso, a interdisciplinaridade surge como ponto fundamental, pois as viagens exigem o entrelaçamento da técnica, da história, da cultura, da geografia, dos hábitos, da realidade dos destinos turísticos, das relações humanas e éticas

para que o aluno desempenhe a prática de guiamento. As viagens técnicas vêm sendo realizadas desde o segundo semestre de 2010 e cada uma delas proporciona um novo aprendizado e a busca pelo aprimoramento do processo avaliativo.

5. Considerações Finais

As viagens técnicas como instrumento de aprendizagem para os alunos do curso técnico em Guia de Turismo, modalidade subsequente do IFRS- *Campus* Osório tem sua importância justificada no projeto pedagógico do curso que prima pelo desenvolvimento de competências e habilidades exigidas pelo perfil profissional, através de atividades práticas. A formação de profissionais capazes de informar e conduzir grupos e excursões turísticas regionais, nacionais e internacionais requer recursos humanos qualificados para atuar na geração e aplicação de metodologias e tecnologias utilizadas no exercício da profissão de guia, no contexto turístico e sócio-econômico regional e nacional, considerando sempre o contexto social e humano.

Realmente percebe-se que há uma evolução no processo de avaliação, verificada através das práticas realizadas nas duas edições ofertadas do curso, em termos de estruturação de metodologias a partir da autoreflexão coletiva empreendida pelos participantes das viagens técnicas, ou seja, docentes e discentes e das experiências trocadas com profissionais da área de turismo.

O desafio de realizar um processo de avaliação coerente, que priorize o aprendizado das competências necessárias ao perfil profissional, que permita uma interdisciplinaridade entre

as áreas do conhecimento e, ao mesmo tempo, forme cidadãos que saibam respeitar as diferentes formas de vida e com respeito ao ambiente, deve continuar a gerar inquietações, pois a prática docente é re-elaborada cotidianamente.

Referências

- Beni, M. C. (1998). *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Senac.
- Campos, F. H. & Serpa, E. M. (2010). *Guia de turismo: Viagens técnicas e avaliação*. São Paulo: Érica.
- Canani, I. S. S. (1999). Guia de turismo: O mérito da profissão. *Revista Turismo e Análise*, 10(1), 92-106.
- Carvalho, P. J. (2002). *Condução de grupos no turismo*. São Paulo: Chronos.
- Chimenti, S. & Tavares, A. M. (2007). *Guia de turismo: O profissional e a profissão*. São Paulo: Senac.
- Decreto n.º 946, de 1º de outubro de 1993 (1993). Regulamenta a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/129176/decreto-946-93>.
- Elliot, J. (1997). *La investigación-acción en educación*. (3 ed.). (Pablo Manzano Trad.) Madrid: Morata.
- FEE – Fundação de Economia e Estatística (2014). *Corede Litoral*. Disponível em <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Litoral>.
- Federação Nacional dos Guias de Turismo. [FEGANTUR]. (2014). *Código de Ética do Guia de Turismo*. Disponível em <file:///C:/Users/Instituto/Downloads/c%3%93digo%20de%20%20c%3%89tica>

- %20do%20guia%20de%20turismo.pdf.
- Hintze, H. (2007). *Guia de Turismo – Formação e perfil profissional*. São Paulo: Roca.
- Lei n.º. 8.623, de 28 de Janeiro de 1993 (1993). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8623.htm.
- Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB]*. (1996). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.
- Lei n.º. 9.984, de 17 de julho de 2000 (2000). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9984.htm>
- Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008 (2008). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm.
- Ministério do Trabalho e Emprego. [MTE]. (2013). *Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)*. Disponível em <http://www.mtebo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jspx>.
- Moraes, M. C. (1997). *O paradigma educacional emergente*. São Paulo: Papirus.
- Organização Mundial de Turismo. [OMT] (2003). *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman.
- Parecer CNE/CEB n.º 11, de 7 de julho de 2008 (2008). Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf
- Portaria n.º 870, de 16 de julho de 2008 (2008). Disponível em http://pronatec.mec.gov.br/cnct/pdf/portaria_870.pdf.
- Portaria n.º 27, de 30 de janeiro de 2014 (2014). Disponível em <http://www.turismo.gov.br/turismo/legislacao/portarias/20140131.html>
- Resolução CNE/CEB n.º 3, de 9 de julho de 2008 (2008). Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf.
- Resolução n.º 051, de 23 de junho de 2010 (2010). Disponível em <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201061494952140resol51.pdf>
- Resolução n.º 010, de 21 de dezembro de 2011 (2011). Disponível em http://www.osorio.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2012128124420187resolucao_10.pdf
- Resolução CNB/CEB n.º 4, de 6 de junho de 2012 (2012). Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB n.º 3/2008, Disponível em file:///C:/Users/Instituto/Downloads/rceb004_12.pdf.
- Catálogo Nacional de Cursos Técnicos* (2014). Disponível em <http://pronatec.mec.gov.br/cnct/>.
- Thiollent (2000). *Metodologia da pesquisa ação, 10*. São Paulo: Cortez.

Planejamento turístico no Cariri Cearense: Integração e desenvolvimento responsável

242

Cassiana Gabrielli

Faculdade Ateneu (FATE), Fortaleza/CE.

Gabrielli, C. (2014). Planejamento turístico no Cariri Cearense: Integração e desenvolvimento responsável. *Tourism and Hospitality International Journal*, 3(3), 242-258.

Resumo

O presente artigo traz um estudo sobre o planejamento turístico que está sendo realizado no Cariri Central, localizado no sertão do estado do Ceará, no nordeste brasileiro. Região com características culturais e ambientais bastante peculiares, apresenta grande potencial para o desenvolvimento de diferentes tipos de turismo. Através das informações coletadas em campo, entrevistas, além de pesquisas documentais e bibliográficas, são apresentadas aqui algumas considerações sobre o planejamento turístico e sua relação com os ideais de turismo responsável e sustentável; uma breve caracterização dos municípios analisados e algumas reflexões sobre ações que devem ser executadas a fim de que o turismo possa ser um elemento de integração e desenvolvimento sustentável da região.

Palavras-chave: Cariri, Planejamento turístico, Turismo responsável, Geoparque, Sustentabilidade

Abstract

This paper presents a study of the tourism planning in central Cariri, located in the state of Ceará, in Northeast Brazil. Region with very special cultural and environmental characteristics, it has great potential for the development of different types of tourism. Using the information collected in visits, interviews, documentary and literature searches we present here some considerations about the tourism planning and its relation to the ideals of responsible and sustainable tourism; a brief characterization of the analyzed towns and some reflexions about actions that must be performed in order to the tourism could be an element of integration and sustainable development of the region.

Keywords: Cariri, Tourism planning, Responsible tourism, Geopark, Sustainability

1. Introdução

A região do Cariri, como considerada para esse estudo, é composta por nove municípios no sul do Ceará, estado localizado no nordeste brasileiro. É justamente nessa região, do Cariri Cearense, que se encontram importantes jazidas de fósseis (animais e vegetais) pré-históricos. Por conta disso, em 2005 foi criado o Geopark Araripe. Esse parque, que é administrado pela URCA (Universidade Regional do Cariri), se estende por sítios localizados em seis municípios da região metropolitana do Cariri (RMC). Em 2006, o geoparque passou a integrar a Rede Global de Geoparques, sob os auspícios da UNESCO, sendo o único representante da América Latina.

Criado com o intuito de proteger o patrimônio geológico e paleontológico, além de incentivar as pesquisas científicas na área, atualmente o Geopark Araripe tem se tornado também alvo de interesse turístico. Até então, o turismo na região era massivamente relacionado ao segmento cultural/religioso, atraindo um significativo fluxo regional por conta da devoção ao Padre Cícero (importante figura da cultura local).

Nascido na cidade de Crato, Cícero Romão Batista, que mais tarde ficou conhecido como Padre Cícero, se tornou um ícone da religião em toda a região nordeste por conta de supostos milagres. Atualmente, tais milagres são a origem principal de grande parte dos atrativos turísticos e romarias que acontecem no Cariri, em especial na cidade de Juazeiro do Norte, mas que também se refletem nas cidades de toda a região metropolitana.

Há ainda que se mencionar o destaque das áreas naturais, que se diferenciam das demais da região, visto que os municípios aqui em questão se situam no sertão semiárido, que por vezes sofre com a estiagem, amargando longos períodos de seca. Porém, no Cariri Central há grande exuberância de flora e fauna nativas, sendo essas consideradas propícias para a prática de atividades de ecoturismo, já que este visa a preservação das áreas onde acontece, tornando-se um mecanismo de proteção ambiental quando bem planejado.

Contudo, apesar de tal variedade de atrativos, somente após a criação do Geopark Araripe, em 2005, é que outros tipos de turismo, além do religioso, passaram a ser pensados como potencialidades para o desenvolvimento sustentável da região. No entanto, há ainda grandes lacunas, principalmente no que se refere ao planejamento turístico, que devem ser trabalhadas a fim de que o turismo atinja todo seu potencial como meio de transformação social, e preservação ambiental e cultural na região.

Com vistas a tal processo, atualmente está sendo elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) para a região do Cariri. Um projeto desenvolvido pela Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará, com apoio do Banco Mundial, que tem como objetivo mapear e propor ações com o intuito de integrar os nove municípios que compõem a região metropolitana de Juazeiro do Norte (Cariri Central), tendo como elo central o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável.

Nesse sentido, objetiva-se com esse artigo apresentar a realidade do turismo

na região do Cariri atualmente; e, também, discutir brevemente o planejamento turístico e suas articulações com o turismo responsável e a sustentabilidade, além de apontar algumas ações a serem desenvolvidas na região com a finalidade de integrar os municípios por meio da prática do turismo sustentável.

Para realizar a presente pesquisa empreenderam-se pesquisas de campo, onde foram observados e analisados os geossítios, equipamentos turísticos e demais atrativos em todos os municípios componentes do polo. Na ocasião de tais visitas foram também realizadas entrevistas com diversas pessoas envolvidas com o turismo na região, como guias de turismo, representantes de secretarias de turismo municipais, gestores de equipamentos e atrativos turísticos, entre vários outros.

Ainda, a fim de complementar as informações adquiridas em campo, buscou-se acesso a documentos, em esfera municipal e estadual, que pudessem colaborar no desenvolvimento do trabalho. Foram verificados os inventários turísticos de três municípios, pesquisas regionais sobre o perfil da demanda atual, planos diretores, entre outros que caracterizam a pesquisa documental. E, por fim, recorreu-se a pesquisa bibliográfica, com intuito de enriquecer as análises e proposições com a teoria e a inspiração em exemplos observados em outros lugares.

Sendo assim, o presente artigo se inicia com uma breve apresentação do estado da atividade turística em cada um dos municípios componentes do Polo Cariri. Posteriormente, são discutidos alguns conceitos referentes ao turismo responsável, ao desenvolvimento

sustentável e ao planejamento turístico. Por fim, delineiam-se algumas considerações sobre pontos prioritários no processo do planejamento turístico da região.

2. Apresentação dos Municípios Componentes do Polo Cariri

246

2.1. Barbalha

Os destaques da cidade de Barbalha se relacionam tanto a atrativos naturais como culturais. Relacionado a manifestações culturais o principal é a Festa do Pau da Bandeira, festejo relacionado as comemorações do dia de Santo Antônio (13 de junho). Essa festa chega a atrair cerca de 400 mil pessoas no dia em que o cortejo chega com o mastro e o coloca na praça da Igreja Matriz de Santo Antônio. Neste momento a bandeira do Santo é hasteada e então se dá o início oficial da festa. Essa tradição, que faz parte do contexto cultural da localidade desde o período colonial, vem adquirindo nuances contemporâneas, sendo que, atualmente, a festa ocorre por cerca de dez dias com apresentações musicais de renome nacional, festival de quadrilhas juninas, e estrutura de barracas com comidas regionais, bebidas e jogos.

O centro de Barbalha apresenta certa riqueza histórica já que conta com mais de quarenta edificações construídas entre os séculos XVIII e XIX, muitas delas preservadas e bem sinalizadas. Algumas são abertas a visitação e abrigam instalações comerciais, enquanto outras são residências particulares ou estão fechadas

Além das atrações histórico-culturais, pela localização particular da cidade, no

sopé da Chapada do Araripe, lá ainda se localizam alguns balneários e estruturas de lazer. Um dos destaques é o Balneário do Caldas, local mantido pela prefeitura do município. Essa estrutura conta com fontes e piscinas naturais, águas minerais hipotermiais, além de quadras poliesportivas, campo de futebol, restaurante, etc., destacando-se a prática de balneoterapia.

Ainda em Barbalha está o Arajara Park, parque aquático privado com estrutura de piscinas, tobogãs, restaurantes, hospedagem, além de algumas trilhas, inclusive uma que leva a Gruta do Farias, formação geológica com cavidade de 150 metros e registros de vida pré-histórica.

Especificamente relacionado ao turismo em áreas naturais, encontra-se o geossítio Riacho do Meio. Inserido junto a duas unidades de conservação, uma estadual e outra municipal, a entrada nesse local é permitida somente com o acompanhamento de guias credenciados junto ao geoparque, ou com autorização para a retirada das chaves. O fato de permanecer fechado inibe a livre a visitação, mas é fundamental para a preservação do ambiente que se destaca pela presença da espécie de aves “soldadinho do Araripe” que atualmente se encontra em extinção.

Ainda no geossítio Riacho do Meio existem trilhas ecológicas, nascentes de água, além de formações geológicas diferenciadas, como a Pedra do Morcego (local onde Lampião e seu bando acampavam quando estavam na região). Esse local tem grande potencialidade para a prática de ecoturismo e pode ser trabalhado em conjunto com as opções de hospedagem e lazer do próprio município.

Barbalha é um município com grande vocação para o turismo em áreas naturais, podendo atrair também um público regional voltado ao turismo de lazer e histórico cultural. A cidade tem um número reduzido de meios de hospedagem regulamentados, mas conta também com algumas opções de hospedagem domiciliares. A pequena distância para Juazeiro do Norte também pode ser vista como um ponto positivo para o desenvolvimento turístico no município.

2.2. Caririáçu

Não foram identificados atrativos turísticos, tampouco potencial para tal no município de Caririáçu. Trata-se de uma cidade pequena, vizinha a Crato, desprovida de meios de hospedagem turísticos. Não existem agências de viagens ou serviços de guias no município. Os equipamentos de alimentação e entretenimento são simples, voltados ao atendimento apenas da população local. Os eventos que acontecem no município também não apresentam potencial para atrair visitantes, sendo executados com foco apenas no público da própria cidade. Tal município não aparece nem listado em sites de buscas e informações turísticas como Guia Quatro Rodas, Tripadvisor, entre outros.

A cidade de Caririáçu poderá se beneficiar do desenvolvimento turístico da região participando da cadeia produtiva dessa atividade, fornecendo insumos para as empresas dos municípios próximos, produtos artesanais e/ou ainda mão de obra capacitada para atuar nas cidades vizinhas que possuem maior potencial turístico.

2.3. Crato

Crato é o município que abarcava a área de Juazeiro do Norte, este que antigamente era apenas um distrito. Após a emancipação de Juazeiro, em 1911, paulatinamente a nova cidade passou a concentrar o desenvolvimento industrial e comercial, ficando Crato com destaque na área natural e cultural.

Crato é a terra natal do famoso Padre Cícero, grande personalidade da região. Lá também se encontra a URCA (Universidade Regional do Cariri) e parte da FLONA (Floresta Nacional do Araripe, a primeira do Brasil). Por conta da Universidade é lá também que se localiza a sede administrativa do Geopark Araripe, já que esse é vinculado a tal instituição.

No centro histórico do município existe grande concentração de comércio de rua, sendo que no turismo destaca-se a Praça da Sé, com a Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha, construída entre os anos de 1745 e 1768.

Nos arredores da praça ainda se encontram diversos outros atrativos históricos, como o Museu de Fósseis do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Com instalações bem simples, tal museu é considerado apenas um depósito com exposição permanente de fósseis e amostras das formações geológicas da região, que são coletados por pesquisadores ou apreendidos pela Polícia Federal.

Além do museu de fósseis, nas imediações da Praça da Sé ainda é possível localizar o Museu de História do Crato e o Museu de Arte Vicente Leite. Existem ainda algumas construções históricas como o Colégio Santa Teresa

de Jesus, o Teatro Rachel de Queiroz, a Casa Bárbara Alencar, entre outros.

Em Crato também se situa o Batateiras, outro geossítio localizado em área de preservação, o Parque Estadual Sítio do Fundão. Local de valor cultural por conta de lendas regionais, lá é possível observar uma construção de taipa (barro batido) de dois andares, a única conhecida no país. Existem ainda as ruínas de um engenho construído aproximadamente em 1880 e uma antiga usina hidrelétrica, de 1930.

Tendo em vista os segmentos a serem trabalhados como prioritários na região do Cariri, pode-se dizer que o turismo ecológico, juntamente com o religioso (de modo a complementar a oferta de Juazeiro do Norte) devem ser os mais bem trabalhados em Crato, tendo a parte histórica caráter complementar com vistas a agregar valor à oferta turística da cidade.

2.4. Farias Brito

Não foram identificados atrativos turísticos, tampouco potencial para tal no município de Farias Brito. Trata-se de uma cidade pequena, relativamente distante dos demais municípios do Polo Cariri, desprovida de meios de hospedagem regulamentados. Não há agências de viagens ou serviços de guias no município. Os equipamentos de alimentação e entretenimento são simples, voltados ao atendimento apenas da população local.

Anualmente, no dia primeiro de maio, acontece no ginásio da cidade o Festival de Violeiros. Realizado com intuito de resgatar e manter as tradições locais de rodas de viola e produção de cordéis, esse evento atrai violeiros de outras

idades da região, mas o público é majoritariamente local.

No mês de setembro é realizada a Vaquejada do Parque Silva Antero. Esse evento é particular e congrega negócios agropecuários, shows musicais e competições esportivas. O público é em sua grande maioria da própria região. O evento não apresenta nenhuma singularidade em relação a outras festas de vaquejada que acontecem em todo o estado, se configurando apenas como uma opção de entretenimento local.

A cidade de Farias Brito poderá se beneficiar do desenvolvimento turístico da região participando da cadeia produtiva dessa atividade, fornecendo insumos para as empresas dos municípios próximos. Por conta da distância do município para os principais destinos do Polo, o deslocamento diário de mão de obra pode ficar comprometido.

2.5. Jardim

O município de Jardim atualmente não conta com atrativos turísticos significativos ou com potencial para atrair uma futura demanda turística. Trata-se de uma cidade pequena, relativamente distante dos demais municípios do Polo. Não foram identificadas agências de viagens ou serviços de guias no município. Os equipamentos de alimentação e entretenimento são simples, voltados ao atendimento apenas da própria população.

Há que se pontuar que em Jardim existe somente um meio de hospedagem regulamentado. Trata-se de uma pousada composta por nove unidades habitacionais (uh's) com capacidade total para 16 hóspedes simultaneamente. Essa

é a única estrutura turística presente no município.

Na cidade acontece anualmente a festa popular dos Caretas. Com origem estimada no final do século XIX, a festa acontecia com um grupo de agricultores que criavam máscaras e roupas (muitas vezes feitas com pele de animais) para festejar o período das colheitas. Nessa ocasião eles costumavam confeccionar ainda um espantalho com o qual desfilavam entre as propriedades rurais e o “malhavam” no ápice do festejo.

Com a urbanização da região, a festa foi sofrendo algumas transformações até adquirir a atual configuração. Nos dias de hoje o festejo é realizado no período da semana santa, as máscaras são produzidas com materiais como papelão e tecidos, e o boneco a ser malhado deixou de ser um espantalho e passou a ser o personagem bíblico de Judas, a festa passou a ter um tema diferente a cada ano (em 2014, por exemplo, o tema foi “não a violência”) e ainda no último dia da festa é realizado um concurso que premia as melhores caretas.

Com intuito de resguardar algumas passagens da história e da cultura do município foi criado o Museu Histórico Municipal Joaquim Pereira. De estrutura simples, nesse local são expostos artefatos, imagens e textos que remontam a história do município e também a Festa dos Caretas. Inaugurado em 2003, no museu ainda é possível encontrar alguns exemplares de fósseis encontrados na região do Cariri. Apesar de ser um equipamento de importância cultural para a localidade, possui potencial turístico muito baixo.

Foi identificado que no município de Jardim existe uma rampa para a prática de voo livre, porém, não existe nenhuma

agência especializada em esportes de aventura, ou mesmo local para aluguel e/ou manutenção de equipamentos. Na rampa não existe qualquer tipo de estrutura de apoio e/ou segurança.

Por fim, é necessário observar que na região de Jardim existem algumas trilhas adequadas para a prática de mountain byke. Não há uma estrutura apropriada ao longo das trilhas, porém existe a possibilidade de que sejam trabalhadas a fim de que possam receber eventos desse esporte, uma vez que requer poucos equipamentos turísticos para tal. Porém, por conta da distância dos demais municípios do Polo Cariri, assim como pela carência de estruturas turísticas adequadas, o turismo não deve se configurar como atividade prioritária no momento.

2.6. Juazeiro do Norte

Juazeiro do Norte é o município mais desenvolvido do polo, destaca-se por um posicionamento relativamente central (em relação aos demais destinos aqui trabalhados), e por uma boa oferta de comércio e serviços em geral. É lá que se localiza o aeroporto (um dos principais portões de entrada da região) e, também, a maior quantidade de equipamentos turísticos.

Atualmente, o maior fluxo de visitantes que frequentam a cidade de Juazeiro do Norte está voltado ao turismo religioso, daí que grande parte dos atrativos sejam diretamente relacionados a esse segmento. Foi nesse município que Padre Cícero atuou e realizou suas ações que são consideradas milagres. Tendo como destaque principal a Colina do Horto (onde se localiza a Estátua do Padre Cícero, o Museu Vivo do Padre

Cícero, o Santo Sepulcro e está em construção a Igreja de Bom Jesus do Horto, além da bela paisagem visível a partir do mirante onde se localiza a estátua), a cidade recebe anualmente milhões de romeiros motivados pelo legado de Padre Cícero.

Na Colina do Horto existem equipamentos como lojas e lanchonetes, sanitários, ou mesmo pontos de apoio (estes especificamente ao longo da trilha do Santo Sepulcro) que só funcionam nos períodos de realização de romarias. Apesar de identificar que existem turistas que procuram o local apenas como atração turística, sem nenhuma relação explícita com aspectos religiosos, não há ações voltadas para atender esse público, como serviços de guias nos locais, postos de informações turísticas, dentre outros.

É evidente a falta de ações relacionando a atividade turística com o patrimônio ambiental do local, percebendo-se, inclusive, pontos de aglomeração de lixo junto a vegetação. Trata-se de um geossítio componente do Geopark do Araripe, que pode ser trabalhado, juntamente com o entorno, a fim de complementar a oferta de ecoturismo e geoturismo da região.

Além dos atrativos presentes na Colina do Horto, outros locais como a Basílica Menor de Nossa Senhora das Dores (que conta com ampla estrutura com equipamentos como sanitários, bebedouros, e posto para atendimento de primeiros socorros), o Santuário do Sagrado Coração de Jesus (que apresenta peças trazidas de Roma pelo Pe. Cícero) e a Capela de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro (local onde Pe. Cícero foi sepultado) complementam a oferta de atrativos turísticos da cidade.

Existe ainda a Lira Nordestina (gráfica especializada em literatura de cordel) e a oficina do Mestre Noza (reconhecido escultor local), pontos que cada vez mais tem atraído visitantes interessados na cultura da região do Cariri.

Há também a estrutura que a cidade oferece para o turismo de negócios e eventos. Por se tratar do município mais desenvolvido urbanística e economicamente e, também, o que conta com maior oferta hoteleira (dentro da qual se situam muitas salas e auditórios para a realização de convenções), além de ser sede da UFCA (Universidade Federal do Cariri) e o portão de entrada para região do Cariri, identifica-se o potencial para o turismo de eventos, em especial para o público regional.

De modo sintético, percebe-se que o turismo em Juazeiro do Norte, assim como boa parte de sua produção cultural, é fortemente voltado aos aspectos religiosos, em especial aqueles relacionados ao Pe. Cícero, porém, há condições propícias para uma diversificação mais efetiva da oferta de produtos e serviços turísticos, que podem inclusive dialogar diretamente com o turismo religioso já estabelecido.

2.7. Missão Velha

Os principais atrativos turísticos de Missão Velha são os geossítios lá situados, denominados Floresta Petrificada e Cachoeira de Missão Velha. Este, lugar de singular beleza cênica, se torna ainda mais interessante por conta de sua formação geológica e a presença de uma trilha onde podem ser identificados iconofósseis. Trata-se de um local onde se localizam uma cachoeira, um cânion e uma trilha onde

se encontra uma floresta fóssil com afloramento de troncos fossilizados. O conjunto desses recursos desperta grande interesse de visitantes, sendo adequado à prática tanto de ecoturismo quanto de turismo científico.

Porém, tal local carece de estruturação para a recepção de visitantes. Na ponte que passa sobre o Rio Salgado, é o único lugar onde se percebe a existência de muretas de guarda corpo. Saindo de tal via de acesso, não são mais encontrados qualquer tipo de equipamentos de segurança, tampouco sinalização sobre capacidade de carga e/ou procedimentos para apreciação do atrativo. O lugar onde se encontram os iconofósseis e a trilha situa-se em uma propriedade particular cercada com arame farpado que inibe a visitação de turistas independentes.

O Geossítio da Floresta Petrificada permanece fechado para evitar a degradação do local e a extração ilegal de sedimentos. Porém, as visitas são permitidas desde que acompanhadas por guias locais credenciados junto a Embratur, esses devem retirar as chaves junto a sede do Geopark na cidade do Crato. Não existe nenhum tipo de estrutura de apoio para os visitantes.

Missão Velha se localiza próximo a Barbalha, sendo destino de excursionistas, que passam o dia no município e retornam a outros destinos para o pernoite. Sem dúvidas as principais ações a serem tomadas dizem respeito a adequação do acesso a trilha da Cachoeira de Missão Velha, a qualificação de serviços de alimentação e desenvolvimento de produtos e serviços que possam agregar valor e promover maior integração da população junto a cadeia produtiva do turismo, como a produção e comercialização de

artesanatos ou a criação de equipamentos de lazer, por exemplo.

2.8. Nova Olinda

Nova Olinda é um município que se destaca na área turística no Polo Cariri. Por conta das atividades da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri surgiu a necessidade de desenvolver estruturas para a recepção de turistas na cidade, partindo daí o desenvolvimento dos projetos de turismo de base comunitária (TBC). Tais ações fizeram com que Nova Olinda fosse eleita, em 2010, um dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional do Brasil, sendo a quarta cidade cearense a ser contemplada nesse programa.

Sem dúvidas o grande atrativo da cidade é a Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, que se situa numa casa construída ainda no século XVI para ser sede de uma fazenda. Na fundação são desenvolvidos projetos nas áreas de artes, comunicação e turismo, atraindo, atualmente, grande público de outras regiões, interessado em vivenciar experiências culturais ao mesmo tempo que participam dos demais projetos oferecidos na fundação. Também nesse local encontra-se um pequeno museu, “Memorial do Homem Kariri”, onde são apresentados registros do desenvolvimento histórico da comunidade local.

Ainda relacionado ao turismo de base comunitária na cidade, além da oferta de hospedagem domiciliar na área urbana, existe também a propriedade de “Seu Zé Arthur” onde é praticado o plantio por meio de técnicas de agrofloresta. Tal iniciativa faz com que muitas pessoas

procurem o local, promovendo o turismo rural na região.

Destacam-se nesse município também os trabalhos artesanais, em especial o de “Seu Espedito Seleiro”. Ele mantém sua oficina aberta a visitação, uma loja para comercializar seus produtos e atualmente está implementando um museu escola para disseminar suas técnicas e promover a valorização do artesanato local. Existem ainda outros artesãos que trabalham com tear, escultura em pedra cariri, entre outros, que merecem ser alvo de projetos de valorização da arte por meio do turismo.

Em relação ao ecoturismo, em Nova Olinda encontra-se o Geossítio Ponte de Pedra (trata-se de um ponte natural de formação milenar) que é aberta a visitação, conta com sinalização, porém é desprovida de qualquer tipo de fiscalização e segurança (o que a longo prazo pode vir a ser prejudicial para sua conservação e uso). Na mesma área são encontradas trilhas ecológicas e um mirante (também desprovido de equipamentos de segurança e fiscalização).

Há ainda o geossítio Pedra Cariri que possui elevado interesse científico e permanece aberto para visitação. Embora seja bem sinalizado, a ausência de um guia acompanhante compromete o aproveitamento dos visitantes que não são especialistas em geologia.

Nova Olinda sem dúvidas tem um grande potencial turístico por conta das ações culturais, mas também pode vir a desenvolver de modo mais dinâmico as atividades em áreas naturais, desde que estas sejam devidamente adaptadas para tais fins.

2.9. Santana do Cariri

Santana do Cariri é um município que se destaca no turismo científico, pois lá se localizam o Geossítio Parque dos Pterossauros, o Museu de Paleontologia da URCA e o Geossítio Pontal de Santa Cruz, sendo esses os atrativos turísticos da cidade.

O Parque dos Pterossauros está localizado em um sítio de propriedade da Universidade Regional do Cariri e possui áreas de escavação e estudos de fósseis, despertando interesse de pesquisadores de diversas nacionalidades. O local é aberto para visitação contando apenas com um zelador, que lá reside, para fazer a fiscalização do local.

O Museu de Paleontologia da URCA é bem estruturado, possui acervo de fósseis encontrados na região, réplicas de dinossauros, exemplares de formações sedimentares da Chapada do Araripe e um espaço onde são expostas obras literárias de escritores da cidade. Existe ainda no local uma pequena loja com *souvenires* produzidos na região, e a oferta de serviço de guias para acompanhamento das visitas.

O Pontal de Santa Cruz se situa no topo da Chapada do Araripe, destacando-se pela vista panorâmica de toda a chapada. O acesso até o local é feito por meio de uma via bastante íngreme, o que impossibilita o acesso de alguns veículos, como ônibus pesados, por exemplo, ou então por meio de uma trilha a ser seguida a pé. No Pontal existe um restaurante que funciona do horário do almoço até o final da tarde, com estrutura de banheiros e parquinho para crianças. Toda a área conta com cercas de proteção, diferentemente dos mirantes visitados em outros geossítios.

A cidade não possui outros atrativos turísticos, tampouco oferta de meios de hospedagem, entretenimento e alimentação voltados ao público turístico. Esse fato faz com que alguns visitantes se hospedem em Nova Olinda ou mesmo em Juazeiro do Norte e Crato. O foco principal do município é mesmo o turismo científico e geoturismo e pode ter como oferta complementar o ecoturismo.

3. Planejamento Turístico, Desenvolvimento Sustentável e Turismo Responsável

O planejamento e o desenvolvimento de políticas públicas focadas na atividade turística no Brasil, passaram a ser articuladas de modo mais profissionalizado e adequado apenas há pouco mais de dez anos, com a criação do Ministério do Turismo, em 2003. Com a criação desse órgão, em nível federal, foi possível a criação de planos e projetos a longo prazo voltados às mais diversas esferas do turismo nacional.

Porém, ainda é relativamente comum, especialmente em regiões menos centralizadas, encontrarmos no território brasileiro locais com grande potencial turístico, mas que ainda são subutilizados ou explorados de maneira inadequada. É evidente também que, apesar dos esforços do ministério, as secretarias estaduais, e em especial as municipais (quando essas existem), ainda não estão adequadas e com mão de obra devidamente qualificada. Desse modo, compromete-se a proposição e implementação de planos e projetos turísticos que consigam ter como eixo central a compatibilidade entre crescimento econômico, responsabilidade social e sustentabilidade ambiental.

O planejamento, em sua perspectiva mais ampla, pode ser entendido como a definição da direção a ser seguida e os passos necessários para que se caminhe em tal direção. Barreto (2012, p.12) o explica da seguinte maneira:

O planejamento é uma atividade, não é algo estático, é um dever, um acontecer de muitos fatores concomitantes, que têm de ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo. Sendo um processo dinâmico, é lícita a permanente revisão, a correção de rumos, pois exige um repensar constante, mesmo após a concretização dos objetivos.

Sendo assim, quando falamos em planejamento turístico, é essencial pensar nos objetivos que se pretendem atingir por meio da atividade turística na localidade estudada. Porém, ao mesmo tempo em que se criam planos e ações para atingir tais objetivos, deve-se ter em mente as articulações com as mais diversas áreas e atividades que dialogam diretamente com o fazer turístico, e suas devidas adequações. A visão holística é fundamental para que o turismo seja planejado de modo harmônico com as práticas econômicas, ambientais, culturais, sociais, etc.

No contexto atual, é possível afirmar que, infelizmente, no Brasil ainda são poucos destinos que tem a atividade turística planejada de modo consciente e profissional antes do início de sua comercialização massiva. Essa falta de planejamento adequado faz com que, em muitos casos, o turismo seja visto negativamente quando consideradas suas

relações ambientais (sociedade, cultura, ecologia, economia).

Desse modo, é fundamental que nos locais onde é possível desenvolver planos e projetos para o desenvolvimento turístico, esses sejam traçados com foco na sustentabilidade da atividade e, conseqüentemente, das demais áreas e atividades a ela articuladas. É importante pontuar que o desenvolvimento sustentável do turismo “é aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras” (World Commission of Environment and Development, 1987).

A ideia de sustentabilidade relacionada ao planejamento turístico é bastante ampla, sugerindo a adequação do uso dos recursos turísticos no presente para que sejam passíveis de uso no futuro. No entanto, não são citadas sugestões de como seria esse uso adequado, tampouco quais recursos são passíveis de atenção no contexto turístico.

Paralelamente, o uso indiscriminado dos termos sustentável / sustentabilidade pelo senso comum, em nível global, tendo como foco principal os recursos ambientais, fez com que as demais esferas carentes de atenção, especialmente nas relações turísticas, ficassem relegadas a segundo plano.

Nesse sentido, alguns teóricos passam a buscar novas referências, que deem conta de abranger, indistintamente, aqueles recursos que são fundamentais para o desenvolvimento e a manutenção das atividades turísticas de modo harmônico entre visitantes, visitados e ambiente. Surge então o conceito de turismo responsável.

O Turismo Responsável tem como característica principal o enfoque na participação efetiva do turismo nas comunidades envolvidas, quaisquer que sejam as suas características socioculturais ou localização geográfica. O que é apregoado é um elo de ligação entre os atores inseridos no processo, onde exista um equilíbrio amplo e irrestrito de benefícios e responsabilidades, gerando assim uma atmosfera favorável às parcerias e a participação da comunidade no desenvolvimento turístico. (Oliveira & Fontana, 2006, p.5)

Na acepção do turismo responsável, nota-se um enfoque primordial nas relações sociais desenvolvidas durante a experiência turística, tendo como ponto central “o equilíbrio amplo e irrestrito de benefícios e responsabilidades”. Desse modo, tanto visitantes quanto visitados são chamados à reflexão sobre suas ações no processo turístico e às consequências das mesmas.

A OMT (Organização Mundial do Turismo) criou, ainda em 2003, um manual do turista responsável, sugerindo práticas adequadas para os viajantes que tem consciência de seu papel e de sua influência durante as escolhas e práticas turísticas. Porém, é válido salientar que, apesar do enfoque dado às relações sociais, a preocupação com o ambiente não é minimizada. Essa pode ser entendida como consequência das responsabilidades atribuídas tanto à comunidade local quanto aos turistas, pois sem a conscientização de que ambos os grupos de pessoas são partes ativas no

processo, não é possível preservar os recursos ambientais.

Por fim, é importante considerar que o planejamento turístico com base nos preceitos tanto da sustentabilidade quanto da responsabilidade, deve ter como objetivo o desenvolvimento do turismo como instrumento de transformação social. Em proporções individuais ou coletivas, as experiências de trocas culturais, interações sociais e ambientais e, também, o consequente efeito econômico devem ser estruturados harmonicamente para que a atividade atinja todo seu potencial.

4. Considerações sobre o Planejamento do Turismo no Cariri

Como pode ser notado na caracterização dos municípios componentes do polo Cariri, existem diversos segmentos turísticos com potencial para serem trabalhados, alguns em comum a várias cidades, outros específicos de cada uma. O grande destaque é sem dúvidas o Geopark Araripe, que se faz presente em seis das nove localidades pertencentes a região metropolitana.

Os geoparques são, antes de mais nada, territórios com um importante patrimônio geológico. Eles devem ser locais onde a “Memória da Terra” é preservada. Os geoparques devem também ter em conta outros tipos de patrimônio natural, histórico e cultural, material e imaterial. (...) Mas um geoparque não é um simples espaço natural, sem presença humana. Ele não é uma “Reserva Natural, muito menos uma “Reserva Geológica”. O geoparque é um

território “vivo”, resultado do encontro entre o homem, a natureza e o tempo. (Governo do Estado do Ceará, 2012, p.10).

Nesse sentido, é válido destacar que todos os geossítios elencados no Geopark Araripe contam com referências históricas, culturais, ou outras que justificam seu mapeamento e incitam a visitação de pesquisadores e visitantes convencionais. Considerando as características de tais geossítios, e suas áreas de entorno, é possível considerar a possibilidade de criar estruturas para a prática de ecoturismo, coadunando-as a ações de promoção do geoturismo. Este pode ser caracterizado como:

Um segmento da atividade turística que tem o patrimônio geológico como seu principal atrativo e busca sua proteção por meio da conservação de seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando, para isso, a interpretação deste patrimônio tornando-o acessível ao público leigo, além de promover sua divulgação e o desenvolvimento das Ciências da Terra. (Ruchkys, 2007, s/p)

Entende-se que um e outro tipo de turismo podem ser planejados e desenvolvidos adequadamente para compartilhar os mesmos espaços e estruturas. Esses seriam os segmentos com potencial para atrair demanda nacional para o polo, pois são os que apresentam elementos diferenciados de outros destinos nacionais. Já os segmentos de lazer, cultural e religioso devem ser trabalhados em nível de atração regional, visto que não tem potencial para atrair e manter demanda

que necessite longos períodos de permanência e altos investimentos financeiros para a realização de viagens.

Voltando à ideia de ter o Geopark Araripe como principal produto turístico da região, é necessário considerar a mudança de posicionamento do destino que, atualmente, tem como vocação principal o turismo religioso baseado no legado do Padre Cícero.

Assim, as ações a serem tomadas devem se voltar a adequação da oferta, promoção e comercialização junto ao segmento de demanda específico, e conscientização junto ao quadro institucional, além da necessária formação de mão de obra qualificada para turismo e hotelaria, que atualmente é inexistente em toda a região.

Para isso, o trabalho multi e interdisciplinar se faz fundamental, para que sejam estudados os diversos âmbitos que dialogam diretamente com o desenvolvimento turístico, com destaque especial, nesse caso, para as áreas econômica, social, ambiental, histórica (paleontologia/arqueologia) e urbanística.

Considerados os devidos aspectos técnicos e legais, a principal ação a ser tomada com vistas ao reposicionamento do destino Cariri no mapa turístico nacional, pode vir a ser a formação de parceria público privada (PPP), nos moldes de outras já instituídas no Brasil, como no Parque Nacional de Iguazu (nas Cataratas de Foz do Iguazu), no Paraná.

O principal ponto seria prover os geossítios de estruturas adequadas para visitação. Seria necessário a implantação de centros de visitantes, lojas e bares/cafés/restaurantes. Além disso, seria interessante desenvolver uma marca a ser trabalhada em todo o geoparque a fim de que se criem e comercializem

produtos que ajudariam no fortalecimento e disseminação do parque.

Tendo em vista a situação atual das estruturas públicas e da necessidade de integração entre diversos municípios, o que pode vir a comprometer a gestão do geoparque como um todo, a formação de uma PPP parece ser uma alternativa adequada. Segundo o Tribunal de Contas da União:

as Parcerias Público-Privadas (PPP) são contratos de concessão em que o parceiro privado faz investimentos em infraestrutura para prestação de um serviço, cuja amortização e remuneração é viabilizada pela cobrança de tarifas dos usuários e de subsídio público (PPP patrocinada) ou é integralmente paga pela Administração Pública (na modalidade de PPP administrativa) (2014, s/p).

A gestão de uma estrutura como o geoparque por parte de um parceiro privado, no que se refere aos aspectos de estruturação e serviços para visitação, poderá ser fundamental para um desenvolvimento adequado com vistas a consolidação e a divulgação do produto.

É importante ressaltar que o interesse em ter o Geopark Araripe como produto prioritário do turismo na região do Cariri, tem vistas a fortalecer a atividade como um todo. Sendo que, não se pretende desconsiderar a importância cultural e econômica do turismo religioso, mas sim considerá-lo um segmento turístico complementar, a fim de melhorar o modo como o turismo é praticado atualmente naquela região.

Ao se eleger o turismo voltado às áreas naturais, seja o ecoturismo seja o geoturismo, como segmentos prioritários,

tem-se como objetivo diversificar a demanda turística da região, fugindo a problemas como sazonalidade, uso intenso e reduzido efeito multiplicador junto a economia local. Tais características são, em alguns casos, identificadas na prática turística atual, especialmente no que se refere às romarias. A chegada de grande quantidade de visitantes em alguns períodos específicos compromete não apenas a experiência turística desses, mas também a infraestrutura urbana e o meio ambiente.

Ao se estruturar o turismo para que seja praticado ao longo de todo o ano, prevê-se que nos períodos de visitação intensa, ao menos as estruturas estarão mais adequadas para suportar a massa de visitantes. Além disso, com um bom planejamento é possível pensar na inserção de ações para a participação efetiva de pessoas com os mais diferentes perfis e necessidades tanto como demanda, quanto como produtores da oferta turística, fazendo dessa atividade não apenas um instrumento de preservação ambiental, mas também de inclusão social.

Com um planejamento adequado no sentido de explorar os recursos ecoturísticos e de geoturismo relacionados ao Geopark Araripe, a atividade turística em toda a região poderá ser beneficiada, não apenas pelo incremento quantitativo da demanda turística, mas também, e principalmente, pela qualificação da oferta. Desse modo, mesmo as estruturas, e os turistas que praticam os demais tipos de turismo que se fazem presentes no Cariri Cearense, poderão ser melhor estudados e planejados. Assim, o turismo poderá atingir seu objetivo de potencializar o

desenvolvimento econômico e social da região, conjugando-se ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente e da cultura local.

Referências

- Barreto, Margarita (2002). *Planejamento e organização em turismo*, 7 ed. Campinas: Papirus.
- Governo do Estado do Ceará (2012). *Geopark Araripe: Histórias da terra, do meio ambiente e da cultura*. Projeto Cidades do Ceará - Cariri Central. Crato, CE.
- Oliveira, S. & Fontana, R. (2006). *Turismo responsável: Uma alternativa ao turismo sustentável?* Trabalho apresentado ao GT2 “Abordagem Histórico – Crítica do Turismo” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Caxias do Sul.
- Ruchkys, U. A. (2007). *Patrimônio geológico e geoconservação no quadrilátero ferrífero, Minas Gerais: Potencial para a criação de um geoparque da UNESCO*. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Tese de doutorado.
- Tribunal de Contas da União. *Parceria público-privada*. Disponível em http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/regulacao/Parceria_P%C3%BAblico_Privada_Portal_web.pdf.
- World Commission of Environment and Development (1987). *Our common future*. Oxford: Oxford University Press.

Carrying capacity and spatial plan as a condition for sustainability: The National Park Tara

259

Brankica Todorovic

School of Economics, Uzice, Serbia

Todorovic, B. (2014). Carrying capacity and spatial plan as a condition for sustainability: The National Park Tara. *Tourism and Hospitality International Journal*, 3(3), 259-272.

Abstract

The national parks around the world are under the special protection regime which is being implemented in accordance with the legislation in this area. The National Park Tara is an area of special purpose and conditions of the Republic of Serbia. This national park has the potential of regional and international importance which gives it a leading role in the development of Republic of Serbia. The key issue of sustainability is reflected in the definition of the conditions for the sustainable development of resources and natural resources as well as the conditions for the controlled use of natural resources which requires checking of border facilities for specific purposes and functions. Analysis in this paper is aimed at testing the existence of a conflict between divergent goals: tourism development and sustainable development. Rating tourism development is given based on the movement of tourist traffic, construction of accommodation facilities and quality of the tourism offer. Assessment of sustainable development is given based on the analysis of legal documents that protect biodiversity and allow the development of tourism. The goal of the analysis is to point out the possibility of tourism development in line with the carrying capacity of the territory with respect to spatial constraints leading to sustainable development.

Keywords: Carrying capacity, Spatial plan, The National Park

1. Introduction

Areas that have a strong geological, biological, ecosystem and/or landscape diversity can be declared as protected areas of common interest.

In the regime of protected areas in Serbia following forms are classified: national parks, strict nature reserves, special nature reserves, natural monuments, protected habitats, landscapes of exceptional quality and nature parks.

National parks are areas with a large number of diverse ecosystems of national significance that have specific landscape features and cultural heritage of the area which people can live in harmony with nature.

The National park Tara (NP Tara) is one of five national parks in Serbia that covers most of the mountain of Tara which is located in the far west Serbia. Tara was declared a national park because it is among the most wooded mountains of Europe (75%) but also because of the large number of relict and endemic plant and animal species to have her natural habitat.

Natural resources are degraded due to economic activity and pollution. Therefore, a decrease in reserves of non-renewable resources must take more account of the expenditure of natural capital in the park.

Concept development and establishment of a database for strategic planning for sustainable development in the future, carrying capacity and spatial plan can be a function of biodiversity

conservation in NP Tara. In this way it will not restrict tourism development which in addition to the qualitative and quantitative characteristics should be sustainable.

2. Tourism Development in Accordance with the Carrying Capacity

Carrying capacity is the maximum number of visitors an area could accommodate without there being excessive deterioration of the environment or declining visitor satisfaction (Hovinen, 1982).

The World Tourism Organization (WTO, 1992) defines carrying capacity as being:

fundamental to environmental protection and sustainable development. It refers to maximum use of any site without causing negative effects on the resources reducing visitor satisfaction or exerting adverse impact upon the society, economy and culture of the area. Carrying capacity limits can sometimes be difficult to quantify, but they are essential to planning for tourism and recreation.

The World Tourism Organization in 1983 defined guidelines are expressed in terms of visitors per day and per hectare. These guidelines are as follows forest parks: up to 1,5 visitors per day and per hectare; natural suburban parks: 15-70 visitors; high-density picnic areas: 300-600; low-density picnic areas: 60-200;

sports/team sports: 100-200 and golf: 10-15.

Carrying capacity is the maximum number of people who can use a site without an unacceptable alteration in the physical environment and without an unacceptable decline in the quality of the experience gained by the visitors (Mathieson & Wall, 1982).

According to O'Reilly (1986) and Farrell (1992), there are at least four different dimensions of carrying capacity. The four types of capacity are:

- economic carrying capacity-the extent of the dependency of the economy upon tourism,
- psychological carrying capacity-the expressed level of visitor satisfaction associated with the destination,
- environmental carrying capacity-the extent and degree of impact of tourism upon the physical environment and
- social carrying capacity-the reaction of the local community to tourism.

The four carrying capacities are not independent of each other, but it may be possible to exceed the threshold limit of one capacity for a limited amount of time without there being necessarily a detrimental effect upon another type of capacity.

Holden (2000) asserts that the impacts of tourism in an area can be analyzed in terms of three major components forming the TCC dimensions including: physical-ecological, socio-demographic and political-economic (Kovacic, 2007; Geneletti & Duren, 2008).

Physical carrying capacity is the maximum number of tourists that can be accommodated physically. Physical carrying capacity is the limit of a site beyond which environmental problems will arise.

All types of carrying capacities are interrelated. Economic carrying capacity is in an interdependent relationship with physical carrying capacity and can be determined based on it. Measuring these may not only be a subjective exercise, it can also prove extremely difficult due to the degree of interdependency among them.

2.1. Tourism Traffic as an Indicator of Development

Organized tourism in the mountain of Tara is 101 years and is connected to the writer Milovan Glisic who is recovering. The first one who noticed and proved natural features of Tara was a scientist Joseph Pancic from 1875.

Getting organized in tourism at Tara is tied to a monk Zechariah Milekic who built the first accommodation facilities at Tara which is called the apartment (between the two world wars).

The development of tourism in Tara role played a famous businessman in Serbia at the beginning of the 20th century an engineer Milos Savcic. It is on behalf of Transport Bank to Tara built the first lift and the first forest railway for timber exploitation. This system started working in 1908.

The construction of the railway Uzice-Visegrad 1925 Tara became more attractive tourist resorts. The first state institution for the development of tourism issued by the Ministry of Public Health in 1928.

The first dedicated facility for the development of tourism was the coach home in Raca Sljivovica 1956. It is made of wood and the mountain style.

In 1966 in Tara registered 2.299 tourists who made 12.796 overnight stays and 40 foreign tourists with 63 nights.

In the seventies of the 20th century there was an increased building weekend houses and hotel facilities. In 1966 so in 1975 the turnover of tourists and overnight stays at Tara show a significant increase. Faster economic growth contributes to the construction of Hydropower plants "Bajina Basta". The number of inhabitants in Perucac growing between in 1971 and 1981 and the number of households involved in tourism which orients the development of tourism in addition to Tara and the valley of the Drina River.

Military Institution (MI) Tara was established of 7th of July in 1977 and in 1979 the construction of Child resorts Mitrovac. In addition to hotel services, MI has long been engaged in agricultural production and the military economy sinkhole and was especially known for the production of seed potatoes.

Since 1981 tourism Tara is developed in accordance with the rules of the management and development of the National Park which was declared 13 July in 1981. The main activity of the park, in

addition to basic, relating to the protection and preservation of natural value is forestry. National Park is the raw material wood base for a dozen mini plant timber industry. In addition to forestry, permitted a planned hunting, fishing and tourism. Data on tourist traffic from 1981 to 2010 are given in Table 1.

Events in the former Yugoslavia during the 90's of the 20th century lead to reduced tourist traffic. Between 1990 and 2010 there were no major shifts in tourist traffic. Greater increase in tourist arrivals and overnight stays in 1998 may be due to some improvements in living standards. Insignificant number of foreign tourists and overnight stays consequence of the unstable socio-political situation in our country, as well as, to the tourist offer of Tara is not well represented on the tourist market.

Since 2007⁵, there is a tendency of increase in arrivals of domestic tourists whose number is higher than in 1981. The only year in which the tourist traffic increased compared to 1981 in 1998.

2.1.1. Characteristics of Tourists who Visit the National Park Tara

Promulgation Tara of national park influenced the specification of tourism demand. Tara is gradually shifting from mass tourism destinations in sustainable tourism destination visited by

⁵ About tendencies of tourist traffic of Tara see Todorovic, B. (2012). Comparative analysis of tourist traffic Zlatibor and Tara, p. 439-446.

environmentally conscientious tourists who prefer individual experience.

Some characteristics of the tourist traffic of Tara are⁶:

- In the period from 2000 to 2013, the largest number of tourists visited Tara in May. In addition to May, visited the moon is October, which means that the primary reason for the visit Tara is not mountain tourism.
- The average length of stay at Tara is 5 days. The average length of stay of domestic tourists was 5,3 days. The average length of stay of foreign tourists was 1,2 days. Foreign tourists staying longer than 1991 (5 days).
- From 2010 to increase the length of stay of foreign tourists to 3 days. In recent years an increasing number of foreign tourists in the hotels "Spruce" and "White Pine". Foreign tourists in hotels VU "Tara" staying on average 2,5 days and 3,5 days domestic tourists. Members of the Ministry of Defense and the Serbian Armed Forces, on average, spend about 5 days.
- Health reasons, prices, clean air and unspoiled nature as the main reasons why the area by the lake.
- The main drawbacks are the lack of trash cans, shops and facilities for children. As the problem is stress

and poor roads and approach roads and infrastructure generally. There are also complaints about the accommodation (aging) and the brightness.

- Opening of the National Ecological Centre at Zboriste, the highest peak of Tara, 2011 year, intended for the organization of educational and promotional programs of seminars and workshops related to *environmental protection* and "The Magic Mountain" hotel creates the opportunity to visit and educate both domestic and foreign tourists.

2.2. Carrying Capacity of NP Tara

During more than 70 years since the construction of the first building to accommodate tourists, the material basis of tourism on Tara is still adapted to the concept of mass tourism (school trips, vacationers, travelers in transit) and the average age of the buildings is 34 years old with dilapidated infrastructure.

In the last decade of the 20th century, there was a significant violation by the number and quality of the properties, which was created as a result of reduced investment and a modest tourist traffic to these facilities.

The characteristics of the load-bearing capacity of Tara are: Storage capacities has 1.526 beds (Spruce hotel 370, Hotel White Pine 230, Maple Annex 50, Child resort 560 and farm 316). Utilization of accommodation facilities VU Tara in the last ten years is approximately 38%. The

⁶ The presented results are part of the statistical analysis for the reported doctoral dissertation, "The role of mountain destinations in the tourism development of the Zlatibor District," Todorovic, B.

largest accommodation capacity utilization was achieved in 1990 (83%).

In the structure of guests within the VU Tara dominate the Republic of Serbia citizens (85%), members of the Ministry of Defense and the Serbian Armed Forces and their families (10%) and foreign guests (5%).

Hotels Spruce, White Pine and Maple Annex are part of VU Tara. Since 2001, when the implementation of the Law on Privatization of the territory of the Republic of Serbia, military assets are not alienated, but it is not invested in the modernization and equipment facilities. Therefore, at Tara appears insufficient accommodation facilities, none of which 4 or 5 stars.

Carrying capacity NP "Tara" around 146.000 tourists per year (National Parks 1 or 2 visitors per hectare per day, Farrell 1992). However, over the years the most popular (in 1988 and 1989). stayed at Tara around 72.000 tourists and early 21 century about 45.000 tourists. The years with the largest attendance with about 50% utilization of accommodation facilities which indicates a relatively small number of tourists and less chance of damaging the environment. On Mitrovac and Kaluderske Bare in which resides the bulk of tourists and day visitors concentration of tourists is much higher and can range to 30 to 50 per acre which causes a lot of negative consequences.

3. Spatial Plan as a Function of Biodiversity Conservation and Sustainable Development

The beginnings of nature protection in the area that today cover NP "Tara" dating back to the 19th century. The first written document found in the first basis for forest management unit Star. On this basis the forests on the canyon side of the mountain stars, according to the Drina river and creek bilberry determine the protective forests in prohibiting and planned utilization. In the 20th century made the decision on the protection of individual sites and the area of Tara was declared a National park in 1981 "The Law on the National Park Tara" ("RS Official Gazette" no. 41/81).

3.1. The Need of Sustainable Development of NP Tara

Sustainability NP Tara is conditioned by the need of preserving biodiversity. Ecosystem, species and genetic diversity classified Tara in areas of great importance to the protection of biodiversity.

Different forest ecosystems cover more than 75 % of the total territory of Tara mountain. Serbian spruce (*Picea spruce*) is known as the "queen of all endemics of Europe". All forests in which it occurs spruce on Tara mountain area protected as a unique habitat and presentation of rigorous scientific nature reserves.

The area is characterized by the existence of a unique forests of beech, fir

and spruce (Picea-Abieti-Fategum). Previous research on Tara has found over 1000 vascular plant species of which 66 endemic species. Determined by the number of bird species to date is 135 species and over 40 species of mammals, 10 species of amphibians, and nine species of reptiles. Of special value are the salmonid species characteristic of highland aquatic ecosystems: brown trout (*Salmo trutta* L.) and shoot (*Hucho* L.). In the area of Tara was noted 115 species of butterflies and 23 species are listed in the Red book of butterflies Serbia.

Tara area is recognized as an internationally important area for:

- 1) Tara wider area has been identified as an area of significant plant (Important Plant Areas-IPA);
- 2) TARA IBA, IBA CODE: IBA026SRB recognized as an important bird area (Important Bird Areas-IBA). IBA encompasses the wider environment of Tara;
- 3) The area of the National Park Tara is a selected area for butterflies in Serbia (Prime Butterflies Areas in Serbia-PBA).

Bearing in mind the importance of preserving biodiversity in the area of the mountain Tara, there is a need zoning protect with the prescribed activities and striving to develop tourism in the intended area and space and according to the load-bearing capacity.

3.2. Characteristics of Spatial Planning

Spatial plan of special purpose "Tara" is a space that contains the values of the republic, regional and other significance. The values of republican significance are: Tara National Park, Nature Park "Sargan-Mokra Gora" area of exceptional importance "Zaovine" and part of the Nature Park Zlatibor.

The protection and development of the planning area are (Spatial Plan of Special Purpose "National Park Tara", 2010):

- protection of natural resources and cultural heritage while respecting the demands arising from the functions of special purpose
- establishing zones of special purpose
- creating conditions for sustainable development of resources
- determine the conditions and modes of construction, development and use of the area in protected areas for complementary activities
- revitalization, improvement and further development of rural areas and their involvement in activities related to the primary purpose of protected areas
- creating conditions for the controlled use of natural resources, which is requesting to check the capacity limit for a particular purpose and functions and
- mutual alignment concept planning solutions in protected areas and concepts of planning decisions maintenance and improvement of

water use, water quality protection and protection from the harmful effects of water.

The main modes of protected areas are:

1. I level, the highest, involves the most stringent protection of natural, cultural and historical values, as well as elements of the natural environment of strict protection,
2. II level implies a lower level of immediate, interim protection around the area in the first instance, the protection of particularly valuable whole environment,
3. III level, the lowest level, involves selective use of limited natural resources and controlled interventions and activities in the area including *tourism development functions* of recreation and sports, water, clean energy, renewable energy and transportation;
4. regulates forestry and animal husbandry, *fully functions of tourism*, recreation and sport, water, clean energy, renewable energy and transportation.

In line with the defined levels of protection are defined and permitted activities in protected areas (Table 2).

New legal procedure provides two protection zones within the degree of protection:

Ia-degree strict protection, which is being conducted on the part of the protected area with the original, unmodified or slightly modified ecosystems of great scientific and practical

importance which allows only natural succession and

Ib degree-strict protection with the ability to manage populations to preserve in order to improve the current state of the ecosystem.

Protection regime II level protection is implemented on the part of the protected area with partially altered ecosystems of great scientific and practical importance. Mode III level of protection is defined as in previous legal proceedings but they were specifically enumerated types of activities in accordance with the principles of sustainable tourism development.

Zone and extent of cover 2948.75 ha, 15,37% of the total area of the National Park, and to the protected area of nature, natural resources and cultural assets: ten nature reserves and natural curiosities (Table 3).

From plants, scarcity of natural character of particular importance for the national park with Serbian spruce (*Picea spruce* Punch), Holly and holly (*Ilex aquifolium* L), Bear hazel (*Corylus colurna* L), Jeremicak (*Daphne blagayana* Frey), Peony (*Paeonia Corralina* Retz), Yew (*Taxus baccata* L), Big blue gentian (*Gentiana acaulis* var. *dinarica* Beck), Yellow gentian (*Gentiana lutea* L), Black hellebore (*Veratrum nigrum*) and others.

Regional Plan and safeguards to protect all habitats Serbian spruce along the plot on which they are located.

Character of natural rarities, protected by law are among others: the peregrine falcon (*Falco peregrinus* Sharp), Honey Buzzard (*Pernis apivorus* L), Short-toed

Eagle (*Circaetus gallicus* GM), Golden eagle (*Aquila shrysaetos* L), Eagle Owl (*Bubo bubo* L), Tawny Owl (*Strix aluco* L).

Significantly the presence of the whole series of rare (in parts of Europe already extinct), sparse or in scientific terms important species (chamois, bear, alpine shrew, live-lizard, et al.).

The second level of protection includes 7732,29 ha, or 40,33 % of the total area of the National Park and is an area of natural reserves, natural monuments that make up the landscape background to the values of the first mode of protection. This includes protecting forests, seed facilities, park forest, experimental fields, springs and streams and springs of water, hunting-breeding and hunting-research reserves (bear, deer and chamois) and cultural-historical sites Sedaljka and Rastiste and wider area around Raca Monastery.

Zone III level of protection cover 8493,86 ha, 44,30 % of the total area of the National Park which there are state forest outside of first and second degree, agricultural land (1,300 ha) and building area tourist centers: Kaluderske Bare, Mitrovac, Oslusa, weekend zone villages and hamlets Solutusa.

4. Conclusion

There is a conflict between two different interests in the national parks related to environmental protection and tourism development. Intensification of tourist activity increases and the pressure that it creates a protected area. The

importance of tourism carrying capacity, as well as the control concept based on the principles of sustainability, is that it greatly contributes to the improvement of tourism development and nature conservation activities in protected areas. This paper analyses the six protection of the National Park Tara in Serbia in terms of defining the zones that define permissible activities and supporting tourist facilities.

Tourism development is carried out according to the spatial plan for the area of the protection regime III.

An example of this national park shows the importance of spatial planning that aligns the requirements of contemporary space, ecology and sustainability as well as process monitoring and visitor management and biodiversity.

In the example of NP Tara is observed stagnation of tourism development that has not reached the bearing capacity of the area in the third zone of protection. It can therefore be optimally plan the sustainable development of tourism as well as the entire area.

References

- Agenda 21 (1999). Programme for Action for Sustainable Development
- Geneletti, D. & Duren, I. V. (2008). Protected areas zoning for conservation and use: A combination of spatial multicriteria and multiobjective evaluation. *Landscape and Urban Planning*, 85, 97-110.

- Holden, A. (2000). *Environment and tourism*. London and New York: Routledge.
- Jennings, G. (2001). *Tourism research*. Milton: Wiley.
- Kovacic, M., Dundovic, C. & Boskovic, D. (2007). Natural tourism development through integrated planning. *Pomorstvo* (1), 195-196.
- Law on Environmental Protection, ("Official Gazette of RS", no.66/91 and 36/09).
- Law on National Parks ("Official Gazette of RS", no.39/93 and 44/93, 53/93, 67/93, 48/94 and 101/2005).
- Law on the National Park Tara ("Official Gazette of RS", no.41/81).
- Management Plan SRP Zasavica 2012-2022.
- National Environmental (2007). Institute for Nature Conservation of Serbia.
- Nature Protection Act ("Official Gazette of RS" no.36/2009 and 88/2010).
- PPPPN "Tara National Park" 2010 ("Official Gazette of RS", no.100/10)
- Report on the World Summit on Sustainable Development, Johannesburg, South Africa. (2002). New York: UN Department of Public Information.
- Spatial Plan of the National Park Tara ("Official Gazette of RS", no.3/89).
- Todorovic, B. (2012). Comparative analysis of tourist traffic Zlatibor and Tara. In *Thematic Proceedings Tourism-Challenges and Opportunities (VII)* (pp.439-446). Scientific conference with international participation, Trebinje, Economic Institute Belgrade.
- Statistical Yearbooks, Republic Statistical Office of Serbia, Serbia.

Table 1

Arrivals and nights of 1981-2010

Year	Arrivals	Nights	Sum	Index (1981=100)
1981.	50.200	323.800	374.000	100
1982.	46.600	328.000	374.600	100,16
1983.	60.000	361.000	421.000	112,57
1984.	52.537	361.730	414.267	110,77
1985.	59.676	371.463	431.139	115,28
1986.	69.563	460.596	530.159	141,75
1987.	67.721	399.864	467.585	125,02
1988.	72.066	415.094	487.160	130,26
1989.	71.138	443.204	514.342	137,52
1990.	67.536	397.650	465.186	124,38
1991.	35.450	190.099	225.549	60,31
1992.	52.147	329.023	381.170	101,92
1993.	12.907	66.517	79.424	21,24
1994.	17.743	94.896	112.639	30,18
1995.	13.651	65.235	78.886	21,09
1996.	26.101	112.851	138.952	37,15
1997.	31.363	126.213	157.576	42,13
1998.	73.469	362.526	435.995	116,58
1999.	29.234	120.421	149.655	40,01
2000.	45.033	176.210	221.243	59,16
2001.	45.444	206.976	252.420	67,49
2002.	46.003	194.770	240.773	64,38
2003.	44.863	198.397	243.260	65,04
2004.	45.801	165.920	211.721	56,61
2005.	50.865	193.097	243.962	65,23
2006.	47.905	157.799	205.704	55
2007.	56.866	193.856	250.722	67,04
2008.	56.041	182.701	238.742	63,83
2009.	50.097	165.386	215.483	57,62
2010.	51.007	160.760	211.767	56,62

Source: Statistical Yearbooks, Republic Statistical Office of Serbia

Table 2

Permitted activities in accordance to the prescribed regime of protection

Degree of protection	Permitted Activities ⁷	Permitted Activities new Law on Environmental Protection ⁸
I	Scientific research will include scientific field of biology, soil science, physical geography, agriculture, medicine, veterinary medicine, forestry, the unique program	Ia degree - strict protection
		Excludes all forms of space utilization and activities other than scientific research and controlled education. An exception may be intervention activities of emergency with approval Ministry
		Ib degree-strict protection with the ability to manage populations
	Possible only scientific research, controlled education and activities aimed at preserving and improve the current condition of the ecosystem (controlled grazing, mowing, regulation of the water regime, etc.)	
II	Activity in the area of may be made to the extent that allows the improvement of the condition and presentation of natural good without prejudice to its primary values	Possible control interventions for restoration revitalization and overall improvement of the natural resource, without prejudice to primary value of its natural habitats, populations and ecosystems, as controlled and traditional activities that during his unscrewing not threaten the primary value of space
III	Controlled interventions and activities in the area, if they comply with the functions of protected natural resource or linked to inherited forms of traditional performing economic activities and housing, including tourism development	Be selective and limited use of natural resources management interventions for restoration, rehabilitation and improvement of the overall good, sustainable use, development and improvement of rural households, arranging objects of cultural and historical heritage and traditional architecture, the preservation of the traditional activities of the local population, infrastructure development in line the values, the potential and capacity of the protected area intended development, rural, health, sports and recreation, and other forms of tourism in accordance with sustainable development principles

⁷ The study of nature, done by the Institute for Nature Conservation of Serbia, March 2009. year, based on the legislative art. 49 Law on Environmental Protection, "RS Official Gazette", no. 66/91, which was at the time the Study was valid, defines the protection regimes I, II and III degree, ie, activities that are prohibited in the natural resources and national parks.

⁸ "Official Gazette of RS", no. 36/09

Table 3

Area NP "Tara" according to the degree of protection

Natural values and cultural heritage	Level I	Level II	Level III
Total ha	2.948,75	7.732,39	8.493,86
%	15,37	40,33	44,30